



Silêncio, Cuba.

A esquerda democrática diante do regime
da Revolução Cubana





Coleção *O Estado da Democracia na América Latina*
Dirigida por Bernardo Sorj e Sérgio Fausto

A coleção *O Estado da Democracia na América Latina* é parte do projeto Plataforma Democrática, uma iniciativa do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e do Instituto Fernando Henrique Cardoso, dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na região, através do debate sobre as transformações da sociedade e da política na América Latina e no mundo.

Títulos publicados

Usos, abusos e desafios da sociedade civil na América Latina
Bernardo Sorj (org.)

As Farc. Uma guerrilha sem fins?
Daniel Pécaut

Próximos títulos

Difícil Democracia: Instituições e Cultura Política na América Latina
Sérgio Fausto (org.)

Democracia, Agência e Estado. Uma teoria com intenção comparativa
Guilherme O'Donnell

Poder político e meios de comunicação. Da representação política ao reality show
Bernardo Sorj (org.)





CLAUDIA HILB

Silêncio, Cuba.
A esquerda democrática diante do regime
da Revolução Cubana



PAZ E TERRA





© 2010, Claudia Hilb

Traduzido do original em espanhol: *Silencio, Cuba*

Tradução: Miriam Xavier

Preparação: Maria José de Sant'Anna

Revisão: Pedro Silva

Projeto gráfico e diagramação: Gustavo S. Vilas Boas

Capa: Miriam Lerner

Imagem de capa: © Donald Nausbaum / Corbis / Latinstock

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H542s

Hilb, Claudia

Silêncio, Cuba. : a esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana / Claudia Hilb ; tradução Miriam Xavier. - São Paulo : Paz e Terra, 2010.

112p. - (O estado da democracia na América Latina)

Tradução de: *Silencio, Cuba : la izquierda democrática frente al régimen de la Revolución cubana*

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7753-131-8

1. Cuba - Política e governo - 1959-. 2. Cuba - História - Revolução, 1959. 3. Controle social. 4. Partidos socialistas. 5. Socialistas. I. Título. II. Série.

10-3077.

CDD: 320.97291

CDU: 32(729.1)"1959/..."

020110

EDITORA PAZ E TERRA LTDA

Rua do Triunfo, 177

Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010

Tel.: (011) 3337-8399

E-mail: vendas@pazeterra.com.br

Home page: www.pazeterra.com.br

2010

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*





“De tanto calar, tanto silêncio quase nos deixa mudos”
Eliseo Alberto, *Informe contra mí mismo*







Sumário

Agradecimentos.....	9
Introdução.....	13
CAPÍTULO 1	
A década revolucionária: igualitarismo radical e concentração de poder.....	17
CAPÍTULO 2	
A organização e mobilização da sociedade. Entusiasmo, temor, controle social	43
CAPÍTULO 3	
Sobre o princípio de ação do regime cubano, o medo e a dominação total.....	67
EPÍLOGO	
Para terminar com o “sim, mas...”	91
Bibliografia	101







Agradecimentos

Este ensaio deve muito, ou quase tudo, a Claude Lefort, mesmo que ele nunca venha a saber. Quando, no fim dos anos 1970, eu lutava, no exílio francês, com o que tinha sobrado da minha tradição política de esquerda radical, encontrei nos textos e nos seminários de Lefort as chaves que me permitiram repensar minha experiência sem renunciar ao irrenunciável, ou seja, a minha sensibilidade de esquerda. Em seus escritos e em seus cursos, encontrei as palavras e a maneira de começar a dar forma ao que, desordenadamente, vinha tentando pensar: a contribuição dessa esquerda da qual eu tinha feito parte, na qual eu tinha sonhado com a realização de um bem político maior, para o surgimento da pior catástrofe política da história argentina do século XX.

Já de volta à Argentina, segui com o mesmo interesse o lançamento de seus livros, que continuaram alimentando as minhas próprias perguntas. Todos os textos com base nos quais tentei repensar a tradição da esquerda local, suas concepções e suas práticas, estiveram marcados pela obra de Claude Lefort.



Em 2004, fui convidada a comentar uma conferência de Lefort na Biblioteca Nacional, em Buenos Aires. No final, no decorrer do jantar e em uma conversa amigável e descontraída, concordamos a respeito de diferentes ângulos no caráter escandaloso do silêncio da esquerda latino-americana a respeito do regime político cubano. Eu terminara um trabalho árduo de teoria política “pura” e decidira dedicar um período à reflexão teórica de problemas políticos, como já fizera em outras ocasiões, e o tema de Cuba, ou mais precisamente, a dificuldade de falar sobre Cuba, começava a me interessar particularmente. A conversa com Lefort deu o impulso que faltava para que eu me decidisse a trabalhar no tema de maneira mais sistemática.

Em 2007, solicitei uma bolsa mista Fulbrigert-CONICET para uma temporada de pesquisas de três meses na Universidade Internacional da Flórida, em Miami. A concessão da bolsa me permitiu não só o acesso a toda a imensa bibliografia sobre o tema, mas também pude entrar em contato com colegas especialistas, participar de reuniões científicas de alto nível e fazer algumas entrevistas valiosas que foram muito úteis. Cristina Eguizábal, Uva Aragón, Damián Fernández e os demais colegas do Centro Latino-americano e do Caribe e do Instituto de Pesquisas de Cuba fizeram com que eu me sentisse em casa. Marifeli Pérez-Stable atendeu com amabilidade meus diversos requerimentos; Guillermo Loustau facilitou-me generosamente o contato com Huber Matos, que, por sua vez, foi muito generoso ao conceder-me uma entrevista. A longa conversa, entremeadada por vários cafezinhos, com Juan Antonio Blanco é uma das melhores e mais produtivas lembranças de minha estada. A todos eles e a todos que não citei, balseiros, marielitos,¹ exilados de diversas procedências, que me contaram suas histórias, aqui vai meu agradecimento.

Quando voltei, após a temporada de pesquisas, me propus a escrever um artigo no qual eu pudesse transmitir, de alguma maneira, o que no meu entender era o núcleo da dificuldade da esquerda argentina para pensar o tema de Cuba: entendia, como defendo na introdução, que ele deve ser procurado na impossibilidade de dissociar o processo

¹ Marielitos: Termo aplicado a cerca de 125 mil cubanos que emigraram para os Estados Unidos durante o êxodo do Porto de Mariel, quando as restrições americanas sobre a emigração cubana foram relaxadas entre abril e outubro de 1980. (N.T.)

de nivelamento das condições, executado durante a primeira década da Revolução, com a formação de um regime de dominação total. Desta forma, comecei a esboçar as linhas gerais de um artigo que, quase contra a minha vontade, foi se transformando em um texto muito mais extenso do que eu tinha previsto inicialmente. Com efeito, conforme escrevia, descobri a necessidade de sustentar meu argumento mais conceitual, mais teórico, se preferirem, sobre uma base relativamente importante de fatos, coisa que, sentindo-me mais em casa na teoria política do que na história, confesso que achava um pouco cansativo. Foi mérito do meu editor, Fernando Fagnani, convencer-me de que o artigo, já bastante grande, podia tomar a forma de um pequeno livro. Se este ensaio se assemelha a um livro, o mérito é de Fagnani; se conserva os traços do artigo inicial – certo caráter intempestivo, certa urgência, talvez – reconheço minha culpa pela persistência dessa marca de origem.

Quero agradecer àqueles que, mais uma vez, apoiaram-me com sua amizade pessoal e intelectual. Fernando Ruiz orientou-me com generosidade em minhas primeiras indagações bibliográficas. Meu marido, Emilio de Ipola, acompanhou todo o processo de criação deste texto com sua inteligência, humor e apoio incondicional. Vincent Bloch, Lucas Martin, Vicente Palermo, Matías Sirczuk e Juan Carlos Torre discutiram minuciosamente as primeiras versões do texto. Javier Roncero contribuiu, a meu pedido, com um olhar de não especialista interessado. Os participantes do seminário de discussão do projeto de pesquisa Ubacyt – “A modernidade política e o problema da verdade: interrogações teóricas e encenações políticas” –, que coordeno na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, discutiram algumas das primeiras teses e fizeram com que eu repensasse mais de uma afirmação inicial. A todos eles também expresse meu agradecimento.

Ainda que pareça pouco original e mesmo sabendo que muitos compartilham em grande parte o que eu demonstro no texto, quero destacar que nada do que afirmo implica aqueles que mencionei em meus agradecimentos. Tanto seus acordos quanto seus desacordos, suas coincidências ou suas objeções foram para mim de grande utilidade e espero que este ensaio possa alimentar de maneira proveitosa um debate que, no meu entender, já deveria ter acontecido entre nós há muito tempo.





Introdução

O objetivo deste ensaio é analisar uma dificuldade que foi, por muitos anos, também minha, e que pode ser descrita da seguinte forma: para nós, que participamos, de uma maneira ou de outra, do entusiasmo revolucionário dos anos 1960 ou 1970 e hoje nos identificamos como democratas de esquerda, parece surpreendentemente difícil ter uma posição pública a respeito do regime cubano. Digo surpreendentemente difícil porque, se esquecermos nossas adesões passadas e nos ativermos a um juízo comparável ao que poderíamos fazer diante de regimes democráticos que não estão tão próximos de nós, nossa condenação a respeito do caráter autocrático, antilibertário, antidemocrático e repressivo do regime em questão deveria ser perfeitamente ouvida há muito tempo.

Logicamente, isso não foi assim. Ainda hoje é difícil – pelo menos na América Latina – para alguém que se diz de esquerda, condenar publicamente o regime político cubano. Eu mesma, no momento de escolher minhas palavras, devo lutar contra a tentativa de suavizar as minhas afirmações, nas quais, está claro, acredito firmemente. Meu propósito é



compreender o núcleo dessa dificuldade, captar o ponto cego da cumplidade da esquerda democrática com o regime que surgiu a partir da Revolução Cubana para começar a penetrar nesse núcleo e, dessa forma, poder refletir livremente sobre a natureza desse regime. Como irei argumentar, entendo que essas dificuldades não se relacionam unicamente com a recusa a revisar as nossas adesões do passado. Acredito que existem no silêncio público da esquerda democrática razões de cunho político intelectual mais complexas, que ligam os fins da Revolução Cubana – aos quais tão fervorosamente aderimos no passado – com a forma política que esses fins encarnaram.

A hipótese que orienta minha reflexão é que a recusa de grande parte da esquerda democrática – da esquerda que me interessa – a se pronunciar claramente a respeito da natureza opressiva do regime político da Revolução Cubana encontra seu ponto de resistência na defesa de algumas realizações indiscutíveis do regime em questão, particularmente o fato de igualar as condições sociais e universalizar o acesso à saúde e à educação, rapidamente postas em prática durante a primeira década revolucionária. A igualação das condições sociais e a universalização do acesso à saúde e à educação, sem dúvida, são pilares inquestionáveis da sensibilidade da esquerda, a do passado e a de hoje. Agora, o que tentarei argumentar é que aquelas realizações do regime que surgiu da Revolução Cubana sobre as quais essa esquerda dá o seu apoio ou, pelo menos, silencia a respeito da natureza politicamente opressiva do regime, não podem ser dissociadas da *forma do regime*. Dito de outra maneira, o processo de nivelamento das condições e o processo de constituir uma forma política com vocação de dominação total são indissociáveis e formam em seu entrelaçamento as chaves daquilo que denomino o *regime* em um sentido mais amplo.¹ Nessa mesma direção, tentarei apresentar as razões pela quais entendo que a repressão, a ausência de liberdades civis e públicas ou a proibição de abandonar o país, vigentes em Cuba, não são epifenômenos de um regime que, por motivos incompreensíveis para as consciências democráticas, infringe de forma irritante certos di-

¹ Uso a noção de *forma de regime* e de *regime* de uma ampla e prestigiosa tradição da filosofia política que, de Platão a Lefort, passando por Montesquieu e Tocqueville, entende por este – se me permitem esta síntese brutal – o conjunto de instituições, significados, comportamentos e crenças que apresentam uma determinada compreensão do que uma comunidade entende por legítimo e ilegítimo, por justo e injusto, por adequado e inadequado.

reitos humanos, mas sim, formam elementos coerentes com sua natureza – com a natureza de um regime do qual não podemos dizer que viola os direitos humanos, mas que, em sua própria forma, não reconhece a existência desses direitos tal como são defendidos nas nossas sociedades liberal-democráticas modernas. Consequentemente, se esta é a direção do argumento, é preciso ficar claro que entendo que não podemos aplacar as nossas boas consciências sustentando que defendemos a igualação das condições que a Revolução impôs, mas nos opomos à violação de direitos por parte do próprio regime. O modo no qual essa igualação foi posta em prática, repito, é, no meu entender, inseparável da forma de um regime que não reconhece direitos fora dele e que pretende uma legitimação supra ou extrademocrática para a sua ação de transformação radical. É assim que entendo que a nossa *Auseinandersetzung*, o nosso ajuste de contas com o regime da Revolução Cubana, não pode dispensar uma análise política do regime que surgiu da Revolução de 1959 e, com ele, sem dúvida, com a própria ideia moderna de Revolução.²

Minha investigação se desenvolve no seguinte sentido: nos dois primeiros capítulos, desenvolverei a hipótese apresentada, tentando evidenciar o laço indissolúvel que parece haver entre a vertiginosa obra igualadora da Revolução Cubana durante a década de 1960 (cap. 1) e a instauração de um regime com vocação de dominação total (cap. 2). Esse trajeto deverá permitir vislumbrar um ponto que para mim é crucial, já que aquilo que aparece no processo da Revolução Cubana toca no ponto culminante dos paradoxos da utopia revolucionária: para dizer de modo ainda muito provisório, deverá poder mostrar, ainda que seja sutilmente, de que maneira o desejo de liberdade se transformou em aceitação de servidão, como a emancipação se transformou em opressão, e o entusiasmo e a virtude, em temor e adaptação (cap. 3). Por fim, o ensaio conclui com um breve epílogo que sugere que também existe uma relação indissociável entre o sentido das dificuldades que o regime encontrou,

² Acredito ser útil esclarecer os motivos pelos quais o bloqueio comercial dos Estados Unidos contra Cuba não será objeto deste ensaio. Conheço o modo como este bloqueio influenciou as restrições que afetaram o desenvolvimento cubano, sobretudo na década de 1960. Mas também entendo que a natureza do regime – que é o objeto que me interessa tratar aqui, em sua dupla dimensão de igualação radical e concentração de poder – não pode ser explicada pela existência desse bloqueio.



quase desde o seu início, para alcançar os seus objetivos no campo do desenvolvimento econômico, e a forma do regime, e que esta relação foi consumada no colapso econômico e social dos anos 1990 que não deixou incólumes – longe disso – os pilares da adesão do pensamento de esquerda ao regime desde a sua origem, a saber, o bem-estar compartilhado equitativamente e a igualdade.





CAPÍTULO 1

A década revolucionária: igualitarismo radical e concentração de poder

A década revolucionária de 1959-1970, que vai desde a entrada em Havana do vitorioso exército rebelde liderado pelos irmãos Fidel e Raúl Castro, Camilo Cienfuegos, Huber Matos e Ernesto Guevara, até o fracasso da safra de cana-de-açúcar de dez milhões e, com ele, o início do descalabro no qual caiu a economia cubana a partir de 1970, resume, no meu entender, todos os problemas que devemos considerar.¹ Esses anos mostram, ao mesmo tempo, uma dinâmica que igualou as condições sociais e que foi extraordinariamente veloz, uma concentração de poder progressiva e não menos impressionante, a tensão entre a promoção do

¹ Para a safra dos dez milhões, cf. este capítulo.



modelo de desenvolvimento comunista por parte da URSS e de seus porta-vozes em Cuba, particularmente o antigo Partido Socialista Popular (PSP),² e as tendências mais heterodoxas e também improvisadas representadas em grande parte pelo voluntarismo de Ernesto “Che” Guevara; a eclosão da criatividade intelectual e artística daqueles que se situavam “dentro da Revolução”, acompanhada pela perseguição daqueles que não aderiram abertamente a ela, e, finalmente, o ato de silenciar todos com a ortodoxia a partir de 1970. Nessa década, aconteceu a inversão, à qual me referi anteriormente, do entusiasmo e do ativismo em temor e adaptação, e criou-se o nó paradoxal que elegera a manifestação da conduta revolucionária como a maior expressão de conformismo, como a conduta adequada para um regime progressivamente dirigido, uma vez passado o fervor revolucionário, pelo princípio de ação do medo. É por isso, porque nesses anos foram formados, executados e concretizados os diferentes elementos que formarão o caráter a partir daí dominante da forma política do regime, que acredito que para entender o destino da Revolução Cubana e para compreender as adesões e a cegueira da esquerda até os dias de hoje é fundamental analisar essa década.

Para começar a desatar esse nó, acredito que devemos, em primeiro lugar, identificar os elementos que permitem questionar a natureza da associação entre os avanços extraordinários ao igualar-se as condições em Cuba durante os anos 1960 e o não menos extraordinário processo de concentração total de poder nas mãos de Fidel Castro na mesma época. Sem dúvida, é possível argumentar, como já foi feito, que o processo de concentração de poder foi a consequência inevitável, talvez indesejada, da vocação de igualação em condições adversas, como seria igualmente possível – e também já foi feito – defender o argumento oposto, segundo o qual privilegiar os setores mais desfavorecidos da sociedade foi a via pela qual o núcleo dirigente construiu uma base de apoio para a sua política de poder. Ambas as respostas são, no meu entender, insatisfatórias, e ambas escondem a visão do que é preciso iluminar: a relação do igualitarismo radical da década de 1970 e a política de

² O Partido Comunista de Cuba (PCC), fundado nos anos 1920, transformou-se, em 1944, no Partido Socialista Popular (PSP). Depois da Revolução, juntou-se aos movimentos políticos revolucionários (Movimento 26 de Julho, Diretório Revolucionário), primeiro nas Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), depois no Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), já constituído em partido único e, por fim, em 1965, no Partido Comunista de Cuba.

concentração absoluta de poder nas mãos de Fidel Castro, que formaram a própria natureza do regime que se instalou muito rapidamente em Cuba após a Revolução. Essa relação entre igualação da sociedade e concentração de poder acena para a vocação de construção de uma sociedade orgânica, à imagem da ideia que o líder propõe sobre ela, desde um polo de poder absoluto, desde o topo de uma pirâmide a partir da qual o social torna-se visível em sua plenitude. Dito de outra maneira, a concentração de poder não é o resultado indesejado de uma política para igualar, mas sim um componente essencial de um modo de compreender e de agir politicamente. Se perdermos de vista esta pretensão de organização social a partir de um ponto de visibilidade absoluta, a convicção de um núcleo reduzidíssimo de pessoas de que o social pode ser moldado como argamassa visando a sua reorganização total em função de um objetivo, perderemos a possibilidade de ter acesso à compreensão do processo de constituição de um regime absoluto, autocrático, personalista, com vocação para a dominação total, que em seu afã construtivista e organicista não pode ser incluído na compreensão clássica do despotismo. E, simultaneamente, se perdermos de vista que essa reorganização total foi baseada na promoção de uma fortíssima igualação de condições, sustentada na liberação inicial de um forte entusiasmo emancipador após a queda da ditadura de Batista, perderemos não só a capacidade de compreender por que tal processo político de concentração total de poder contou, no início, com uma base de apoio formidável, com o apoio fervoroso de vastos setores da população, mas também, e sobretudo, de que modo aconteceu, no processo de sua constituição, a passagem de uma dinâmica que parecia opor a virtude dos revolucionários e de seus seguidores ao terror exercido aos contrarrevolucionários, para a sedimentação posterior em uma dinâmica que terminou identificando a conduta virtuosa, a conduta adequada, com a conduta inspirada pelo medo, e que tornou tão difícil para muitos de seus antigos seguidores fugir da captura ou do encanto mortífero dessa inversão.

Como ressaltei anteriormente, acredito que para poder avançar nesse sentido é preciso voltar a ver, mesmo que de forma superficial, as ações de ambos os processos, o processo de igualação de condições e o processo de concentração de poder, tal como foram operando durante a primeira década da Revolução. Tudo o que direi é, sem dúvida, bastante conhecido pelos especialistas que estudam a Revolução Cubana e só pretendo resumir o essencial das contribuições alheias a fim de preparar

o terreno sobre o qual plantar uma reflexão que, para qualificá-la de algum modo, deverá ser mais conceitual do que propriamente histórica.

O processo de igualação das condições

Admite-se comumente que é possível distinguir dois períodos de grande avanço na obra de igualação social realizada durante a primeira década da Revolução: o primeiro vai de 1959 a 1964 e o segundo de 1966 até 1970.³

Se observarmos o primeiro período, podemos constatar, para começar, que no decorrer dos cinco anos iniciais da Revolução foram feitas duas reformas agrárias (1959-1960 e 1963) que expropriaram, a primeira, as grandes propriedades (fazendas de mais de 400 hectares) e a segunda, a média propriedade (terras com mais de 67 hectares). A primeira reforma (1959-1960) teve como resultado a distribuição de uma parte das terras para duzentos mil camponeses sem terra e a destinação do restante das propriedades expropriadas, que era a maior parte, para cooperativas sob o controle do Estado. Após a segunda reforma, tornou-se mais rígido o controle estatal sobre o que restou da agricultura privada (aproximadamente 25%), por meio da imposição do “acopio”, a venda obrigatória da produção ao Estado a preços determinados por ele.⁴ Esta primeira onda igualitária eliminou a grande e média propriedade, colocou 75% das terras sob o controle estatal, a maioria na forma de cooperativas e, ao mesmo tempo, pôs o setor da pequena propriedade que permanecia em mãos privadas (25%), sob forte controle do Estado.

Entre 1959 e 1961, a coletivização e a estatização estenderam-se também para as refinarias estrangeiras, as usinas de açúcar de proprie-

³ Para reconstituir este período me baseei essencialmente em: Carmelo Mesa-Lago (ed.), *Revolutionary Change in Cuba*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1971b, cap. 11, p. 277-338; *Dialéctica de la Revolución Cubana: del idealismo carismático al pragmatismo institucionalista*, Madri, Playor, Biblioteca Cubana Contemporânea, 1979; *La economía en Cuba socialista. Una evaluación de dos décadas*, Madri, Playor/The University of Mexico Press, 1983; *Breve historia económica de la Cuba socialista*, Madri, Alianza, 1994. Carmelo Mesa-Lago é, segundo opinião praticamente unânime, o melhor analista da situação socioeconômica de Cuba desde a Revolução. Pertenceu à Revolução e dedicou-se à área econômica desde jovem, emigrando em 1962 ao discordar do rumo que ela tomava.

⁴ Como destaca Mesa-Lago (1994, p. 32), o preço dos grãos era fixado abaixo dos preços de mercado, o que constituiu um tipo de imposto indireto para a agricultura privada, gerou renda para o Estado e impediu que os agricultores obtivessem lucros que o Estado julgava excessivos.

dade norte-americana, as companhias elétricas, os bancos, os telefones e grande parte da indústria doméstica. No final de 1960, todo o comércio atacadista, a Bolsa e a maior parte do comércio varejista, da indústria e da construção passaram às mãos do Estado. Ao mesmo tempo, nesses dois primeiros anos da Revolução, foram expropriadas residências de aluguel, o custo dos aluguéis urbanos diminuiu em 50%, agora sob controle do Estado, e foram oferecidos planos muito favoráveis aos inquilinos para a posse definitiva das residências; aumentou-se o salário mínimo e as pensões de menor valor, reduziu-se o custo da eletricidade em 50%, estatizou-se a educação privada e os grandes hospitais e a unificação do sistema da previdência social e da saúde nas mãos do Estado foi finalizada. Com o Estado como empregador quase único, as diferenças salariais foram drasticamente reduzidas e fixou-se uma escala salarial que determinou as retribuições e que estabeleceu o princípio de retribuição igual para trabalho igual em todo o setor estatal; este processo de igualação esteve, por sua vez, acompanhado do provimento, cada vez mais universal e nivelador, dos serviços sociais (educação, saúde, etc.) antes diferenciados socialmente. Ao mesmo tempo, tanto através da campanha de alfabetização quanto da distribuição territorial dos serviços sociais, a lacuna entre as zonas urbanas e rurais foi reduzida de maneira considerável. E diante dos primeiros sinais de problemas de abastecimento de produtos de primeira necessidade ocasionados principalmente pela desorganização da produção em um contexto de rápida transformação da estrutura econômica,⁵ a resposta do racionamento teve, novamente, efeitos niveladores: o acesso a tais bens escassos foi garantido igualmente para toda a população, independentemente da renda. O efeito desse conjunto de ações foi uma redução drástica das desigualdades tanto a respeito da renda quanto do provimento dos serviços sociais.⁶

⁵ A desorganização é, entre outras coisas, o resultado da saída de uma parte importante dos escalões mais altos das empresas nacionalizadas e também da expropriação dos latifúndios e, portanto, da necessidade de substituir uma equipe experiente por outra muitas vezes com formação insuficiente.

⁶ Ainda que seja difícil, como adverte mais uma vez Mesa-Lago, estabelecer os dados precisos do nivelamento executado durante os primeiros anos da Revolução, a redistribuição de renda durante a primeira década da mesma a favor dos setores baixos e médios foi, sem dúvida, muito alta. Ver Mesa-Lago, (1994); Claes Brundenius, *Revolutionary Cuba. The Challenge of Economic Growth With Equity*, Boulder, Co., Westview Press, 1984.

Os anos 1964-1966 representam uma parada no processo de igualação: um intenso debate opôs dois modelos de organização econômica, o primeiro de corte radicalmente centralizador e voluntarista, encarnado essencialmente na pessoa de Ernesto “Che” Guevara, então ministro de Indústrias; o segundo, o modelo chamado “libermanista”, mais próximo da experiência reformista na época em desenvolvimento na União Soviética, cujo expoente máximo foi Carlos Rafael Rodríguez, diretor do Instituto Nacional da Reforma Agrária, que abrigava principalmente os membros do velho PSP.⁷ A postura guevarista defendia a necessidade de pender, decididamente, para o lado de uma igualdade sem restrições; ou seja, era preciso marchar sem demora em direção à eliminação de todo mecanismo de mercado, dos salários, dos incentivos materiais. O estímulo, a partir de todos os âmbitos e por intermédio do incentivo moral, de uma transformação dos valores, iria redundar na formação de um “Homem Novo”, livre do egoísmo, da preferência por si mesmo, guiado principalmente por sua consciência revolucionária, ou seja, pelo desejo de igualdade e pelo bem comum. Por sua parte, os libermanistas ou pragmáticos defendiam a existência de incentivos materiais individuais (bonificações salariais) ou coletivos (participação nos lucros das empresas), acreditavam na necessidade de que a produção, ainda que centralizada no Estado, fosse adaptada a uma racionalidade econômica a partir de cada unidade produtiva – autofinanciamento, atenção aos indicadores dos resultados da gestão (benefícios, produtividade, qualidade, etc.) – e mostravam-se reticentes diante do aumento dos serviços sociais gratuitos, que tendiam a reforçar o “salário social” em detrimento do esforço salarial individual. Os homens e mulheres cubanos, diziam, não estavam preparados para guiar-se em suas ações pela consciência revolucionária: era preciso orientar suas condutas econômicas com mecanismos de incentivo material.

O epicentro da segunda onda de nivelamento (1966-1970) foi a “ofensiva revolucionária” de 1968, traduzida na intervenção de Fidel Castro a favor dos setores voluntaristas do regime, daqueles que propunham, de acordo com o slogan de Che Guevara, construir simulta-

⁷ Provavelmente essa parada não tenha sido só consequência desse debate, sem dúvida fundamental para o período, mas também e em boa parte, da necessidade do aparato estatal de se organizar melhor para absorver a enorme massa de recursos apropriados nos anos anteriores.

neamente o socialismo – que retribui a cada um de acordo com seu trabalho – e o comunismo – que dá a cada um de acordo com as suas necessidades.⁸ No decorrer dessa intervenção, eliminou-se de uma vez o comércio varejista privado, mesmo o mais precário, que ainda representava 25% do comércio total, confiscando 58 mil pequenos negócios. Também foram eliminados os lotes familiares dos trabalhadores das fazendas estatais que produziam para autoconsumo e para troca e que, em condições de desabastecimento, alimentavam o mercado negro de produtos agrícolas. Foi estatizado quase todo o transporte e a indústria que ainda subsistia fora do Estado. O resultado igualador de tal ofensiva reside, sobretudo, na eliminação quase total de agentes econômicos que não dependiam, no que se refere à fixação de salários (pequeno comércio, pequena indústria familiar) e ao abastecimento de bens (lotes familiares), do controle e do provimento do Estado. Junto com essas medidas, nos setores já submetidos ao controle do Estado, foram eliminadas as recompensas materiais pelo aumento da produção, seguiu-se a tendência de eliminação das bonificações salariais tradicionais que sancionavam direitos adquiridos antes da Revolução (“salário histórico”, bônus, etc.), promoveu-se o trabalho voluntário gratuito em lugar do pagamento de hora extra, e tudo contribuiu para um nivelamento salarial, que foi acompanhado de uma expansão significativa dos serviços sociais gratuitos (espetáculos esportivos, telefones públicos, creches) e de uma nova redução dos aluguéis para os setores menos favorecidos.⁹

Ao mesmo tempo que estas medidas favoreceram ainda mais a igualdade de condições, também tiveram o efeito de aprofundar a desorganização da produção em consequência tanto da incapacidade do Estado de suprir a atividade do comércio varejista colocado fora da lei, de compensar a destruição de uma rede, muitas vezes clandestina, de

⁸ O lema próprio da etapa de transição “de cada qual segundo suas possibilidades, para cada qual segundo seu trabalho” deve ser substituído pelo lema comunista “de cada qual segundo suas possibilidades para cada qual segundo suas necessidades”. A retribuição do esforço não deve estar ligada ao trabalho entregue para ser atribuída de acordo com a determinação das necessidades de cada um. Seriam, de acordo com seu pensamento, os órgãos do poder popular que determinariam para quem iria esta retribuição. Lembremos que o triunfo passageiro das teses guevaristas aconteceu quando Guevara já tinha abandonado Cuba.

⁹ Os preços dos aluguéis foram fixados em 6% da renda e são gratuitos para as famílias com menos de 25 pesos de renda mensal.

fornecimento de produtos agrícolas que gerava lucros muito superiores aos das cooperativas estatais e que, pelo mercado negro, abastecia um mercado de alimentos fortemente desabastecido, quanto de desestimular aqueles que perderam alguns benefícios históricos do salário e mostraram-se pouco dispostos a contribuir com mais trabalho em troca de uma retribuição menor. Os problemas de produção que assolaram esse período provocaram, entre outros, grande escassez de produtos básicos, razão pela qual ao mesmo tempo que se ampliou a quantidade de bens submetidos ao racionamento, diminuiu-se a quantidade de cada bem, repartindo os produtos escassos igualmente entre toda a população.

A convocação de Fidel Castro para uma cruzada revolucionária em prol de uma colheita recorde de dez milhões de toneladas de açúcar em 1970 aprofundou a opção voluntarista encarnada inicialmente por Guevara (que já tinha sido morto na Bolívia), ao mesmo tempo que agravou de maneira dramática a desorganização da produção. A reorientação de uma enorme massa de recursos humanos e econômicos para realizar tal objetivo teve resultados catastróficos para o restante das atividades econômicas que nesta aposta pelo monocultivo viram-se bruscamente privadas de homens, máquinas e investimentos; simultaneamente, a utilização de mão de obra sem experiência e a ausência de infraestrutura (em transporte e em máquinas) capaz de absorver as necessidades do aumento da produção levaram, inevitavelmente, ao fracasso desse objetivo dos dez milhões.¹⁰

Em resumo, a ênfase desse período, que terminou com o colapso econômico coroado pela aposta da safra de dez milhões, esteve orientada em direção ao desaparecimento progressivo do salário e do dinheiro e da sua substituição pelo acesso igual e universal aos bens e serviços fornecidos pelo Estado – produtor, distribuidor e empregador exclusivo de uma sociedade mobilizada, perfeita e harmonicamente organizada. Por trás da aposta voluntarista, como destacamos anteriormente, estava a convicção de que a consciência revolucionária da população contribuiria, para o processo de igualdade e desenvolvimento imaginado pelos dirigentes, com o esforço a mais que a Revolução pedia e que tinha

¹⁰ *Las iniciales de la tierra*, de Jesús Díaz (Barcelona, Anagrama, 1987) descreve admiravelmente o caráter ao mesmo tempo épico, coibidor e completamente irracional em termos produtivos da aposta sobre a safra dos dez milhões.

retribuído, especialmente para os setores até então mais desprotegidos, com benefícios palpáveis.

Neste contexto, é fácil compreender que os setores mais carentes tenham sido muito rapidamente a principal base de apoio do regime e que a primeira onda de exilados (1959-1964), tenha sido constituída pela elite, a mais afetada em seus interesses diretos: executivos e proprietários de empresas, grandes comerciantes, proprietários de engenhos de açúcar, proprietários de terras, representantes de companhias estrangeiras e profissionais liberais.¹¹ Da mesma forma, provavelmente não estranha que a segunda onda de coletivização agrária tenha, às vezes de forma violenta, empurrado para a oposição camponeses médios que tinham sido favoráveis à Revolução durante os primeiros anos – o auge das revoltas de Escambray de 1961 e 1962, estimulado pela oposição política mais radical contra Castro, dentro e fora de Cuba, foi em boa parte alimentado por eles – e também não é de se estranhar que a estatização do ensino e da medicina tenha resultado nos primeiros tempos, a despeito de sua expansão quantitativa, em uma queda na qualidade da educação e do atendimento médico em razão do alto índice de emigração de profissionais que levou, apesar do esforço realizado para ampliar a atenção médica, a uma paralisação dos indicadores de saúde.¹²

Da mesma forma, a “ofensiva revolucionária” de 1968 teve o efeito de afastar cada vez mais os pequenos proprietários que até então tinham

¹¹ Nelson Amaro e Alejandro Portes, “Una Sociología del Exilio: Situación de los Grupos Cubanos en los Estados Unidos”, em *Aportes*, n. 23, 1972, p. 6-24. Silvia Pedraza, *Political Disaffection in Cuba's Revolution and Exodus*, University of Michigan, Ann Arbor, 2007. É importante observar que, como ressalta o livro coletivo *Investigación sobre las condiciones de trabajo. La experiencia cubana*, Miami, Universidade de Miami, Marymar, 1963, as reformas radicais dos primeiros anos sancionaram o desaparecimento total ou quase total de diversas profissões, como as de despachante alfandegário, agente imobiliário e a diminuição importante da atividade de outras profissões, como arquitetos, urbanistas, etc.

¹² Ainda que o efeito nivelador das políticas sanitárias durante a primeira década revolucionária tenha sido impactante, seus resultados foram moderados: os índices de mortalidade, morbidade e doenças infecciosas não mostraram melhoras significativas com relação aos índices anteriores à Revolução que, vale recordar, já colocavam Cuba entre os quatro países com melhores índices (em todos os itens sobre saúde) da América Latina. As melhorias mais consistentes foram observadas depois de 1970, com a maior parte desses índices caindo novamente a partir de 1990. A paralisação durante a primeira década se deve, sem dúvida, à mencionada emigração de profissionais qualificados, mas provavelmente reflete também o progresso na elaboração das estatísticas, que mostra de maneira mais adequada a realidade sanitária.

conservado suas atividades, muitas vezes de subsistência, e também de gerar distanciamento entre os setores assalariados que viram desaparecer, em um contexto de penúria cada vez maior no que se refere ao fornecimento de bens de primeira necessidade, algumas de suas conquistas históricas. Com efeito, esses setores, ainda que tenham se beneficiado da gratuidade crescente dos serviços sociais, da redução do preço dos aluguéis e de outras medidas niveladoras, muitas vezes perceberam que perderam mais do que ganharam: os pequenos trabalhadores autônomos viram-se privados de seus meios tradicionais de vida, os setores assalariados foram convocados para um esforço cada vez maior de aumento da produtividade sem retribuição econômica associada, sendo praticamente forçados a dedicar horas de trabalho gratuito sob a forma de “trabalho voluntário”.¹³ Em nome da política de “conscientização”, a maior ou menor capacidade de ter acesso a determinados bens deixou de depender da decisão de cada um de dedicar-se mais ao trabalho (de trabalhar mais horas, de melhorar a produtividade). Esta transformação da relação entre trabalho e retribuição teve efeitos negativos não só no que concerne à adesão desses setores ao regime, mas também, como veremos mais adiante, no campo da produtividade e da qualidade da produção.

Nestes setores médios e médios/baixos afetados negativamente pela ofensiva revolucionária de 1968 fermentará com maior virulência o distanciamento com relação ao regime. Foram eles, especialmente aqueles não tinham sido “cooptados” de maneira ferrenha pelo regime, que contribuíram para engrossar as fileiras da emigração da “segunda onda”, a dos *desencantados*, que contou com o dobro de exilados, diferentemente da primeira onda, composta pelos que se opuseram desde o início à Revolução. E foram eles também, ou seus filhos, que fizeram explodir seu claro desafeto dez anos depois, por ocasião do êxodo do Porto de Mariel.¹⁴

¹³ Cf. adiante o subtítulo “A subordinação do movimento sindical”, p. 30.

¹⁴ De acordo com o censo norte-americano de 2000, a população de origem cubana que emigrou entre 1959 e 1964 representa somente 17,5% (144.732) do total da população de origem cubana residente nos Estados Unidos e que chegou depois de 1959 (828.577). 29,9% correspondem a uma segunda onda de imigração, já não daqueles que se opuseram desde o início à Revolução, mas sim dos “desencantados” que emigraram entre 1965 e 1974 em razão da ponte aérea acordada entre os Estados Unidos e Cuba para pôr fim a um caótico êxodo marítimo. Estas cifras, é claro, não registram os imigrantes falecidos desde a sua chegada até a data do censo, sendo assim, podemos supor que o peso da primeira onda foi um pouco maior no total da emigração. Destacamos também que a emigração no período

O processo de concentração de poder

Como podemos observar, o processo de igualação das condições foi baseado fundamentalmente na capacidade do Estado de se apropriar e dirigir todos os recursos cada vez mais. A capacidade da qual deu mostras o governo de levar adiante a sua política de concentração da economia nas mãos do Estado e do poder político nas mãos de um núcleo reduzido de pessoas – que passaram a responder cada vez mais à liderança inequívoca de Fidel Castro – encontrou sua base na conjunção entre a euforia da derrota da ditadura de Batista, o caráter claramente redistributivo da política dos primeiros tempos da Revolução e também, de maneira inequívoca, na vontade de poder de Castro.

Desde o início da Revolução, Fidel deu provas de que estava decidido a concentrar na sua pessoa o sentido dos acontecimentos, ao não permitir que outras vozes imprimissem ao processo significados ou direções diferentes das que ele dispunha, em cada momento, como as mais adequadas. Sua decisão, sua vontade, e porque não, seu carisma, o transformaram no líder absoluto – “só alguns poucos”, me contaria décadas depois Huber Matos, “por sermos mais velhos e com mais experiência, não ficamos encantados com sua personalidade arrebatadora, sem a qual o desenvolvimento do processo cubano dificilmente é compreensível”.¹⁵ Estabelecida na onda do entusiasmo e no vendaval do ativismo inicial, a Revolução, simbolizada fundamentalmente por Fidel Castro, gozou de um prestígio indiscutível e rapidamente ficou claro que opor-se à vontade de seu líder máximo era um projeto condenado ao fracasso, um fracasso de consequências muito perigosas.

Nos próximos parágrafos tentaremos mostrar que não só para os opositores naturais da Revolução, mas também para as forças que a apoiaram ou que participaram ativamente dela, a única opção disponível era aderir incondicionalmente à vontade do núcleo dirigente ou optar pelo silêncio, pela ruptura ou pelo exílio.

1990-2000 representa, por sua parte, 28,3% (234.681) dos cubanos residentes nos Estados Unidos no ano do censo (Pedraza, 2007, p. 5). Dos emigrantes de 1980 que saíram pelo Porto de Mariel, indica Pedraza, aproximadamente a metade cresceu no contexto da Revolução. *Ibid.*, p. 120 e 154; Nelson Amaro e Alejandro Portes, 1972, p. 13.

¹⁵ Entrevista com Huber Matos, Miami, fevereiro de 2008.

A subordinação do movimento estudantil

A subordinação do movimento estudantil ao controle do grupo dirigente foi concretizada em duas manobras sucessivas, resolvidas através da intervenção direta dos irmãos Castro. A primeira, a subordinação do Diretório Revolucionário liderado por Faure Chomón, que tivera uma participação importante na inclusão dos estudantes na resistência contra Batista, aconteceu no exato momento da vitória da Revolução. A pretensão do Diretório Revolucionário – que, diante da queda do regime de Batista, havia tomado o palácio presidencial e outros lugares-chave em Havana e havia se apropriado de uma quantidade significativa de armas – de conservar um lugar de destaque dentro do grupo triunfante foi afastada retoricamente com intervenção direta de Fidel Castro pela televisão, conclamando a unidade e criticando duramente, ainda que sem dar nome aos bois, o Diretório em um discurso que ficaria na memória intitulado: “Armas para quê?”.¹⁶ Rapidamente, comprovando nessa escaramuça o poder arrasador da retórica de Fidel sobre os partidários da Revolução, o grupo de Chomón mudou de atitude, levantou trincheiras e entregou as armas para os guerrilheiros que entraram em Havana. Faure Chomón transformou-se logo depois em funcionário do regime.

O processo de cooptação do movimento estudantil revolucionário foi completado nos dois anos seguintes. Poucos meses depois do triunfo da Revolução, em outubro de 1959, os irmãos Castro intervieram diretamente nos assuntos universitários com o objetivo de impor uma candidatura unificada nas eleições estudantis da Federação de Estudantes Universitários (FEU). Os candidatos eram Pedro Luis Boitel, líder juvenil do M-26 de Castro, que gozava de um importante reconhecimento entre os estudantes universitários e Rolando Cubelas, que, vindo das fileiras do Diretório, era subsecretário do Ministério de Governação do Governo Revolucionário e contava com o apoio dos Castro. Apesar da forte pressão que sofreu – que incluiu um chamado pessoal de Fidel Castro às vésperas da eleição e um editorial no *Granma* assinado pelo próprio Fidel pedindo uma candidatura única no dia do comício – Boi-

¹⁶ <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f080159e.html>. Discurso de 8 de janeiro de 1959.

tel manteve a sua candidatura.¹⁷ Cubelas, baseado no apoio manifesto dos irmãos Castro, impôs-se finalmente em um clima tenso em razão dos rumores e informações contraditórias, cujo resultado foi a presença de apenas 50% dos estudantes na votação.¹⁸ Entretanto, além da tensão e da confusão, provavelmente instrumentadas pelos inimigos de Boitel, o fato decisivo no resultado foi, sem dúvida, a intervenção explícita de Fidel e a presença de Raúl Castro junto a Cubelas na Universidade, no dia da eleição. É possível imaginar que, em pleno auge revolucionário, isto fez pender a balança a favor de Cubelas; mas, a despeito da pressão que significava sobre os eleitores, a conclusão dos acontecimentos indica claramente o prestígio arrasador de Fidel Castro naqueles momentos iniciais e o preço, sobretudo simbólico – mas cada vez mais, não só simbólico –, de opor-se à sua vontade. Fidel, sem dúvida, *era* a Revolução.

A nova direção da FEU desempenhou um papel fundamental no processo de “purificação revolucionária” que culminou no decorrer de 1960 com a partida de quase 80% dos professores da Universidade de Havana e com a resignação da tradicional autonomia da instituição. Durante esse ano, dessa maneira se aprofundou a exigência de “pureza revolucionária” dos professores, iniciou-se a expulsão de estudantes reconhecidamente contrários ao regime da Universidade e, com isso, contribuiu-se para empurrar muitos dos primeiros para o exílio e muitos dos últimos para a oposição clandestina e violenta ao regime. Entre aqueles que engrossaram a nova oposição, estavam, em número considerável, antigos ativistas anti-Batista, muitos dos quais eram também férreos anticomunistas ou militantes ativos da Agrupação Católica Universitária, que passaram a se reunir no novo “Diretório Revolucionário Estudantil”. No regime que nascia, não havia lugar para os diversos

¹⁷ Aparentemente, Pedro Boitel tinha se mostrado disposto a desistir da candidatura no dia da eleição, mas por fim manteve-a diante do pedido geral dos estudantes que o apoiavam.

¹⁸ Segundo parece, foi anunciada no rádio a suspensão das eleições e assim muitos estudantes não foram votar. Ver, entre outros, Jaime Suchlicki, *University Students and Revolution in Cuba, 1920-1968*, Miami, University of Miami Press, 1969; “Taking control of the students”, em James Nelson Goodsell, *Fidel Castro’s Personal Revolution in Cuba: 1959-1973*, Nova York, Alfred Knopf, 1975; Juan Clark, *Cuba: mito y realidad*, Miami, Saeta Ediciones, 1990; Eusebio Mujal-León, *The Cuban University Under the Revolution*, Washington, The Cuban American National Foundation, 1988; Luis Boza Domínguez, *La situación de las Universidades en Cuba*, folheto, (s/d.).

componentes da ampla aliança de inspiração nacionalista e popular que tinha levado à queda da ditadura de Fulgencio Batista.¹⁹

Nesse mesmo ano de 1960, Pedro Luis Boitel foi detido e levado para a prisão, onde morreu, em greve de fome em 1972 (ressaltemos brevemente que seu vencedor, Rolando Cubelas, faria parte da oposição a Castro poucos anos mais tarde e seria preso em 1966, acusado de participar do planejamento de um atentado contra o próprio Castro). Muito rapidamente, ficou claro que dentro da Universidade a máxima que deveria reger seria aquela que Fidel Castro tinha dirigido aos intelectuais: “Dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada”,²⁰ e que seria a própria cúpula do regime que determinaria o que estava a favor e o que estava contra a Revolução. E, sobretudo, ficou claro que nenhuma organização de massas podia exigir autonomia em relação aos desígnios superiores da Revolução e da interpretação dos mesmos. As organizações populares tinham a missão de ser componentes orgânicos do todo revolucionário, cuja orientação seria dada, na ausência de qualquer critério mais orgânico ou programático, pela palavra do seu líder máximo, Fidel Castro. Ou como resumiria Raúl Castro em um editorial de *Revolución*: “Universidade, Governo e Povo devem ser uma só coisa”.²¹

A subordinação do movimento sindical

Assim como Universidade, Governo e Povo devem ser uma só coisa, assim também deveriam ser, aos olhos dos dirigentes máximos da Revo-

¹⁹ A. Müller, um dos principais dirigentes do DRE, passou vários anos na prisão, após partir para os Estados Unidos e voltar clandestinamente para organizar a resistência armada. Outros, como Manuel Artime, voltaram entre os invasores da Baía dos Porcos. Porfirio Ramírez, presidente da FEU na Universidade Marta Abreu de Las Villas e que combateu Batista insurgiu-se em Escambray e foi fuzilado em outubro de 1960. Após o fracasso da invasão e a repressão generalizada da oposição que a sucedeu, o DRE foi definitivamente desmantelado.

²⁰ “Isto significa que dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada. Contra a Revolução nada, porque a Revolução também tem seus direitos; e o primeiro deles é o direito de existir. E frente ao direito da Revolução de ser e existir – já que a Revolução compreende os interesses do povo, já que ela significa os interesses de toda a nação –, ninguém pode alegar com razão um direito contra ela. Acredito que isto está bem claro. Quais são os direitos dos escritores e dos artistas, revolucionários ou não revolucionários? Dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nenhum direito”. Fidel Castro, Discurso pronunciado no Encerramento das Reuniões com os Intelectuais Cubanos, realizadas na Biblioteca Nacional nos dias 16, 23 e 30 de junho de 1961. <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos>

²¹ *Revolución*, 25 de fevereiro de 1960.

lução, os Sindicatos, o Governo e os Trabalhadores. Ou, para dizer nos termos da *Declaração de Princípios* de 1966 da Central de Trabalhadores Cubanos, “o movimento dos trabalhadores, dirigido e orientado pelo Partido, deve contribuir efetivamente para a mobilização das massas cumprindo as tarefas determinadas pela Revolução”.²²

Paralelamente ao que aconteceu no Movimento Estudantil, o núcleo dirigente do regime revolucionário também propôs, dentro da Confederação de Trabalhadores Cubanos (CTC) e através de seus porta-vozes diretos, uma candidatura única por ocasião do Primeiro Congresso Nacional Operário, em novembro de 1959. Como na Universidade de Havana, na CTC o regime revolucionário também encontrou a oposição das bases a uma forma de ação contrária às suas tradições, e foi de novo o próprio Fidel Castro que interveio pessoalmente a favor da petição de unidade, comparecendo de maneira inesperada na Assembleia do Congresso Nacional Operário em 18 de novembro. Ali também o núcleo dirigente cedeu parcialmente ao seu pedido inicial diante da resistência encontrada, mas também ali obteve finalmente o que veio buscar: por sugestão de Fidel, o dirigente David Salvador, líder do setor operário do M-26 e integrante da direção do Movimento, muito popular entre as bases, foi encarregado de elaborar uma lista única apresentada para aprovação do Congresso. E ainda que a lista finalmente aprovada tenha sido bastante diferente da que no início se tentou impor desde a cúpula do poder político,²³ também é certo que a intervenção direta de Fidel Castro marcou com absoluta certeza o início da perda de autonomia do movimento sindical com relação a esse mesmo poder político. Pouco tempo depois, começou dentro da CTC uma luta entre antiunitaristas, acusados de contrarrevolucionários, que atingiu seu auge com o afastamento do próprio David Salvador. Como Boitel e Cubelas, Salvador também passou francamente para a oposição logo depois e foi preso no fim de 1961.

Mais uma vez, podemos destacar que a unidade procurada e finalmente obtida também pode ser vista como a convicção, por parte do grupo dirigente, de contar com um movimento sindical que concor-

²² *Declaración de Principios y Estatutos de la CTC* aprovada no XII Congresso de 1966.

²³ A lista de unidade original, feita pela cúpula do poder, incluía uma representação majoritária de comunistas, produto dos acordos recentes entre o núcleo dirigente da Revolução e o PSP.

dasse com seu projeto revolucionário – juntamente com as inegáveis vantagens dadas à classe operária no que diz respeito à saúde, educação e habitação – o que demandou, sem dúvida, um esforço contínuo.²⁴ Este esforço estaria posto, e esse era seu sentido, a serviço do desenvolvimento de toda a comunidade e não da apropriação particular de seus benefícios. E era fundamental para o regime que isso fosse compreendido pelos próprios trabalhadores e, mais ainda, pelos seus dirigentes: se Revolução, Governo e Povo eram uma só coisa, a função dos dirigentes sindicais não era representar os interesses do Povo diante do empregador – o Governo –, mas sim transmitir ao Povo a necessidade de agir de acordo com os desígnios oficiais e com os propósitos da Revolução.²⁵ Essa convicção forneceu a base para a construção de um movimento sindical que reproduziu para as suas bases as direções da cúpula do poder, disciplinando os rebeldes e inconformados, legitimando a apropriação e a distribuição centralizada dos recursos e sendo a engrenagem essencial do funcionamento do poder total. O XI Congresso da CTC (depois CTC-Revolucionária) sancionou a adesão da Confederação às novas disposições trabalhistas – abolição do 13º salário, universalização da jornada de trabalho de oito horas,²⁶ maior controle sobre faltas por razões de saúde – e ratificou as novas tarefas assumidas pela representação dos trabalhadores: aumento da produtividade, superação das metas do plano, organização da concorrência. As eleições de representantes foram realizadas através de uma lista única e por aclamação, ratificando, assim, a transformação das tradições sindicais, inaugurada no X Congresso. A

²⁴ Como veremos mais adiante, se medirmos em termos estritamente contábeis a exigência a qual foi submetido o trabalho assalariado no que se refere a produtividade e horas de trabalho, nos anos 1960 ela aumentou claramente, sem que os salários aumentassem na mesma proporção (Mesa-Lago, *The labor sector and socialist distribution in Cuba*, New York, Washington & London, Praeger Publishers, 1968).

²⁵ As manifestações neste sentido foram, como se pode imaginar, inúmeras. Além da frase extraída da *Declaración de Principios y Estatutos de la CTC* aprovada no XII Congresso de 1966, que citamos anteriormente, podemos lembrar esta outra, do dirigente comunista e membro do Comitê Central, Blas Roca, na publicação *Hoy*, de 6 de setembro de 1962: “Se antes a função fundamental dos sindicatos era lutar pelas reivindicações parciais e imediatas de cada setor trabalhista (...) hoje a tarefa fundamental dos sindicatos é lutar por um aumento da produção e da produtividade” (citado em R. Hernández y C. Mesa-Lago, “Labor Organization and Wages”, em Carmelo Mesa-Lago, 1971).

²⁶ Estendeu a jornada de alguns trabalhadores, que por convênio cumpriam sete horas.

nova legislação para a organização dos sindicatos que começou a ser executada em 1961 defendia, coerentemente, que o objetivo fundamental dos sindicatos em Cuba era colaborar para a realização cabal da produção e dos planos de desenvolvimento da nação, promover a eficiência e a expansão dos serviços sociais e públicos, contribuir para melhorar a eficiência da administração e organizar e desenvolver atividades de educação política.²⁷

Dessa forma, purgado, ainda no início, de seus líderes mais rebeldes que contestavam a orientação que o regime tomava, a CTC transformou-se em um organismo cuja finalidade foi contribuir para o cumprimento das metas e objetivos determinados pelo poder político. Como já destacamos anteriormente, esta finalidade deve ser observada em sua dupla dimensão construtivista e igualitária, de um poder político que pretende organizar uma sociedade mais equitativa, em conformidade com um plano – um pouco vago, com certeza – de construção vertical, a qual devem responder, por consciência ou coerção, todas as classes sociais. A organização dos trabalhadores, que concentra aqueles que são identificados como seus principais beneficiários e os participantes fundamentais no campo da produção deve ser, sem dúvida, uma engrenagem essencial nessa construção. Em outras palavras, destruição da autonomia, submissão ao poder político e construção da igualdade aparecem indivisivelmente ligados.

Se no calor do entusiasmo revolucionário, e sob a influência da liderança carismática do líder máximo da Revolução, a perda da autonomia e o retrocesso, em vários aspectos, das novas condições trabalhistas podem ser incluídos na epopeia igualitária, quando o entusiasmo dos primeiros anos diminuiu, quando as condições materiais, longe de melhorar, pioraram em razão da desorganização e da improvisação que caracterizaram a primeira década revolucionária, os aspectos repressivos e de controle social da nova organização do trabalho adquiriram mais visibilidade ou um caráter mais unidimensional do que tinham até então, e com isto também os representantes dos trabalhadores ficaram expostos cada vez mais como simples engrenagens nesse sistema de

²⁷ R. Hernández e C. Mesa-Lago, 1971, p. 212. Alinhada com essa orientação, a Lei de Justiça Trabalhista de 1965 não mais mencionará o direito de greve entre os seus artigos.

controle. A representatividade cada vez menor dos dirigentes sindicais diante dos trabalhadores, que tornou sem sentido sua função de organização do trabalho de acordo com as normas do poder político, foi inclusive percebida com inquietação por esse mesmo poder: depois de 1970, em um contexto de maior institucionalização das organizações burocráticas pelas quais o poder transita verticalmente desde a cúpula do regime, foram dadas instruções a fim de retomar formas de eleição dos representantes operários ligeiramente mais competitivas, sempre, claro está, sob o controle ferrenho dos representantes do Partido Comunista de Cuba (PCC), com o fim de restituir alguma legitimidade “de base” aos dirigentes sindicais.

De Lunes de Revolución ao caso Padilla: o fim da ilusão das vanguardas culturais

Observada à luz dos processos anteriores, é possível afirmar que no campo da cultura, o processo de concentração de poder por parte do núcleo revolucionário conheceu, durante a primeira década, as alternativas mais cambiantes, até chegar o momento definitivo de calar todas as vozes dissonantes mesmo quando elas se manifestavam, de acordo com as indicações originais de Fidel Castro, de *dentro* da Revolução. Muito já foi escrito a respeito das razões pelas quais a pluralidade de vozes no campo da cultura pôde ser ouvida durante mais alguns anos do que as vozes nos outros âmbitos da vida política e social cubana. É inegável que foi nesse campo em que se manifestou mais abertamente, durante a primeira década, o leque de expressões que tinha se unido na luta contra Batista e depois no surgimento da Revolução. Se a repressão total da diversidade no movimento estudantil ou no movimento sindical foi consumada nos dois primeiros anos, foi só após quase uma década que terminou definitivamente a tensa disputa entre diferentes compreensões a respeito do que deveria ser a cultura sob o novo regime. Como destaca Rafael Rojas em sua comovedora lembrança de Jesús Díaz, tanto a esquerda intelectual mais visível da Europa e da América Latina, quanto os intelectuais cubanos mais desconfiados como Guillermo Cabrera Infante, Carlos Franqui ou Heberto Padilla, apostaram durante essa primeira década ou parte dela no que acreditavam ser uma experiência libertária que não sucumbiria ao feitiço de chumbo dos “socialismos

reais”.²⁸ O processo contra Padilla, a lamentável paródia de sua confissão de culpa, foi o sinal definitivo de que a possibilidade de discordar dentro da área cultural revolucionária ficava eliminada e também foi um sinal de que, apesar dos esforços para ignorar o rumo que a Revolução tomava já há muito tempo, muitos dos seus antigos amigos já não conseguiram ou quiseram deixar de ouvir.

Os sucessos da cultura durante a primeira década da Revolução se resumem, de maneira emblemática, aos projetos e destinos de alguns de seus principais incentivadores e de suas publicações de maior prestígio. Carlos Franqui, diretor da Rádio Rebelde na luta contra Batista e diretor do jornal *Revolución* escolheu o exílio em 1968,²⁹ quando se convenceu de que a balança que opunha desde 1960 os setores mais libertários e culturalmente mais diversificados da Revolução com os núcleos mais obscuros, homogêneos e pró-soviéticos tinha definitivamente se inclinado a favor dos últimos. O primeiro sinal público desta tensão envolveu logo no início o suplemento cultural do jornal dirigido por Franqui, *Lunes de Revolución* [Segunda-feira da Revolução], que estava a cargo de Guillermo Cabrera Infante. Reunindo em suas páginas, com tiragem de mais de cem mil exemplares, os nomes mais ilustres da literatura cubana e também aqueles que seriam as plumas emergentes dessa década, *Lunes* tinha conquistado um prestígio tão rápido quanto poderoso nos círculos intelectuais de Cuba e do exterior. Em razão do seu conteúdo, de sua estética, do seu amor pela polêmica, *Lunes* tinha se transformado rapidamente em um emblema do caráter vanguardista, inovador, inédito, da Revolução Cubana.³⁰ No entanto, a proibição, em

²⁸ “A esquerda intelectual na América Latina e na Europa (Paz e Sartre, Vargas Llosa e Calvino, Cortázar e Sontag...) acreditava que Cuba era uma experiência social, nacionalista e justiceira, que não sucumbiria ao feitiço da Europa do Leste. Os intelectuais cubanos mais desconfiados, Guillermo Cabrera Infante, Carlos Franqui e Heberto Padilla, também apostaram nesse socialismo libertário até que a perseguição, as prisões e o processo contra este último, entre 1967 e 1971, demonstraram aos três e a milhares de esquerdistas ingênuos que Fidel Castro era apenas uma réplica de Stálin com a oratória de Martí e os gestos copiados de Mussolini”. Rafael Rojas, “Jesús Díaz, el intelectual redimido”, em *ISTOR*, ano II, n. 10, outono de 2002.

²⁹ Consciente de que uma manifestação aberta de sua dissidência tornaria a sua saída impossível, Carlos Franqui, em situação tensa com o regime desde 1963, mas ainda assim transformado em um tipo de embaixador cultural extraoficial, aproveitou uma estada fora de Cuba em 1968 com sua família para declarar seu afastamento do Regime.

³⁰ Ver, entre outros, Carlos Franqui, *Retrato de familia con Fidel*, Barcelona, Seix Barral, 1981, p. 261 e seguintes.

1961, do documentário *P.M.*, de Sabá Cabrera Infante, irmão de Guillermo, provocou protestos por parte do jornal e levou rapidamente ao seu fechamento “por falta de papel”.³¹

Como destaca Lourdes Casal, após dois anos de florescimento cultural assombroso, ao fechar o jornal, ficaram estabelecidas as coordenadas de limitada tolerância que a atividade cultural teria na Revolução – “dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada”, tinha decretado Fidel Castro em suas ‘Palavras aos intelectuais’, quando dessa primeira crise –, coordenadas que se manteriam, bem ou mal, até 1968 com o fechamento da revista *El Caimán Barbudo*.³²

Antes dessa data, Guillermo Cabrera Infante já havia optado por não voltar da Europa. Primeiro em silêncio, depois publicamente, afastou-se do rumo que a Revolução tomava. Sem desejar, seu nome seria o centro de outro importante capítulo da luta nos círculos culturais da Revolução: no final de 1967, desde as páginas de *El Caimán Barbudo*, Heberto Padilla defendeu o romance *Três Tristes Tigres*, de Cabrera Infante, ganhador do Prêmio Seix Barral de 1964, e atacou, por sua vez, *Pasión de Urbino*, de Lisandro Otero, vice-presidente do Conselho Nacional de Cultura. As consequências foram desastrosas: Padilla perdeu

³¹ *Ibid.*, p. 271. Em jornadas dedicadas à religião e à sociedade civil em Cuba, organizadas pelo *Cuban Research Institute* da Universidade Internacional da Flórida em fevereiro de 2008, aprendi que a Revista *Vitral*, pertencente à Diocese de Pinar del Río, teve a sua tiragem recentemente reduzida e depois foi fechada por “falta de papel”. As modificações introduzidas na revista provocaram a renúncia de alguns de seus colaboradores.

³² *El Caimán Barbudo*, suplemento da Juventude Rebelde, órgão da União de Jovens Comunistas, parece ter tido, entre outros, o objetivo de fazer frente à influência do movimento *El Puente*, de José Mario e Ana María Simio, entre os jovens. Sua direção foi dada a Jesús Díaz, jovem e irreverente escritor partidário da Revolução, integrante do Departamento de Filosofia da Universidade de Havana e recente ganhador do Prêmio Casa de las Américas. Entre as circunstâncias que muitos anos depois o próprio Díaz, já no exílio, enumerou como as que tornaram possível aquela experiência, está o fato de que “a coincidência entre o prestígio de que gozava a Revolução e o brilho literário de Havana na época nos cegou, fazendo com que tivéssemos a ilusão de que uma coisa era consequência da outra, de que uma ‘vanguarda política’, como dizíamos então, era conciliável com uma ‘vanguarda artística’ experimental e inclusive herética. Está claro que não era”, acrescenta Díaz, “e logo perceberíamos isso da pior maneira”. Alheios à Revolução, Mario e Simio, os líderes de *El Puente*, já sabiam desde antes: em 1965, tinham sido confinados à UMAP [Unidades Militares de Ajuda à Produção]. Ver, entre outros, Pío Serrano, “Cuatro décadas de políticas culturales en marcha”, em *Revista Hispano Cubana*, n. 4, 1999, p. 35-54; Jesús Díaz, “El fin de otra ilusión. A propósito de la quiebra de *El Caimán Barbudo* y la clausura de *Pensamiento Crítico*”, em *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 16-17, p. 107, 2000.

seu emprego, foi proibido de viajar à Itália e a direção de *El Caimán Barbudo* foi completamente trocada. Seus jovens e heterodoxos diretores refugiaram-se no departamento de filosofia da Universidade de Havana, desde onde reeditaram a aventura editorial a partir da revista *Pensamiento Crítico*, a qual teve suas atividades encerradas no início dos anos 1970.

Heberto Padilla permaneceu no centro do conflito cultural quando o seu livro *Fuera de juego* obteve, por unanimidade, o primeiro prêmio no concurso de poesia da UNEAC (União de Escritores e Artistas de Cuba), em 1968. A própria UNEAC, organizadora do concurso, acusou o autor do livro de atacar a Revolução e pressionou os jurados para que mudassem a sua decisão; apesar disso, os jurados a mantiveram e o livro de Padilla foi publicado – acompanhado, isso sim, de uma apostila crítica da instituição organizadora. A partir daí, a linha cultural do governo endureceu-se cada vez mais e seus mecanismos de controle ficaram mais fortes – como lembra Lourdes Casal, o júri que deu o prêmio a Padilla foi o último composto não só totalmente por cubanos.³³

Por fim, três anos mais tarde, a detenção de Padilla significou, como dizíamos, o fim definitivo de muitas ilusões e alinhou, se podemos dizer desta forma, a realidade da área cultural cubana com o que acontecia há vários anos no resto da vida política da ilha. A representação de uma patética cena de confissão de culpa, da qual participaram não só Padilla, mas também muitos de seus colegas e que lembrava os piores tempos do stalinismo, terminou de convencer muitos amigos da Revolução de que a sorte dela estava marcada: em uma carta assinada, entre outros, por Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Italo Calvino, Carlos Fuentes, Susan Sontag e os já exilados Carlos Franqui e Ricardo Porro,³⁴ um grupo de relevantes intelectuais de todas as latitudes manifestou “[sua] vergonha e [sua] cólera”. Pouco tempo depois, o fechamento do departamento de filosofia, decidido “por ordem da direção do partido”,³⁵ marcou o

³³ Para uma crônica dos acontecimentos que levaram ao caso Padilla e os diferentes documentos desse processo ver Lourdes Casal, “Literature and Society”, em Carmelo Mesa-Lago, 1971; e *El caso Padilla: Literatura y Revolución en Cuba*, Miami, Ediciones Universal, s/d.

³⁴ O arquiteto Ricardo Porro tinha projetado, nos primeiros anos da Revolução, as vanguardistas Escola de Artes Plásticas e Escola de Dança Moderna de Havana, no contexto do inconcluso projeto de Escolas Nacionais de Arte.

³⁵ Ver Jesús Díaz, 2000, op. cit., p. 117.

fim da aventura intelectual dos jovens diretores da revista *Pensamiento Crítico*, os mesmos que tinham sido nomeados e em seguida expulsos da direção da revista *El Caimán Barbudo*.

Essa nova intervenção deixou uma geração brilhante de intelectuais no ostracismo público por vários anos. Muitos de seus integrantes mais conhecidos chegaram, com o tempo, à conclusão da impossibilidade de tentar modificar desde dentro um regime pétreo e optaram pelo exílio ou pela oposição aberta. Jesús Díaz aproveitou, nos anos 1990, uma viagem ao exterior para não voltar nunca mais à ilha; no exílio definitivo, transformou-se até a sua morte no incentivador desse projeto tão interessante de multiplicação das vozes cubanas que foi e continua sendo o projeto “Encontro da Cultura Cubana”. O poeta Raúl Rivero, integrante daquele grupo original de *El Caimán Barbudo* e *Pensamiento Crítico*, passou abertamente para a oposição no início dos anos 1990 e condenado em 2003 a vinte anos de prisão, foi libertado graças à pressão internacional após dezoito meses e partiu para o exílio em 2005. Outros como Hugo Azcuy, Juan Valdés Paz e Aurelio Alondo, saíram de seu silêncio e ressurgiram publicamente a partir do Centro de Estudos sobre a América (CEA), no início dos anos 1990, para sofrer, em 1996, uma nova investida promovida desde a cúpula do poder: nesse ano, por ordem direta de Raúl Castro, o prestigiado grupo diretor do CEA – cujos diretores também eram, vale mencionar, membros do Partido –, foi submetido a um tipo de “processo político” que terminou com o desmantelamento do Centro, a dispersão dos seus integrantes e finalmente com o exílio de alguns deles.³⁶

Silêncio, ostracismo, exílio ou prisão, tais foram as opções para aqueles que tinham imaginado, na primeira década da Revolução, que ela poderia ser compatível com a liberdade e a criatividade das pessoas que, acreditando identificar-se com seus fins, tinham se disposto a entender, no aforismo de Fidel, “dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada”, um convite para pensar e não uma intimação para obedecer.

³⁶ No *El caso CEA. Intelectuales e Inquisidores en Cuba. ¿Perestroika en la Isla?*, Miami, Ediciones Universal, 1998, Maurizio Giuliano reproduz as horríveis alternativas daquele “julgamento” contra o CEA, que, apesar da dignidade dos “acusados”, não deixa de lembrar, também, as cerimônias de confissão de culpa clássicas do totalitarismo de tipo soviético. Hugo Azcuy morreu de infarto um dia após a primeira reunião de acusação. Haroldo Dilla exilou-se alguns anos depois.

O processo de concentração do poder político

O processo de disciplinamento dos atores propriamente políticos não foi menos avassalador e bem-sucedido do que descrevemos até agora. Nas fileiras do Exército Rebelde, que se transformou após a vitória nas Forças Armadas Revolucionárias, a depuração foi ao mesmo tempo radical e imediata. Sem dúvida, o caso de Huber Matos, designado chefe militar de Camagüey após a Revolução foi o mais emblemático. Professor com longa trajetória sindical em sua província, líder de uma aclamada coluna guerrilheira, a coluna *Guiteras* na época de Sierra Maestra, Matos era, junto com Fidel, Che Guevara e Camilo Cienfuegos, um dos líderes mais populares da Revolução. Em outubro de 1959, discordando do rumo que a Revolução tomava, particularmente com a presença cada vez maior do velho PSP nos quadros dirigentes, e cada vez mais em conflito com Raúl Castro, Matos manifestou em uma carta privada a Fidel Castro sua decisão de renunciar discretamente ao cargo de chefe militar de Camagüey e separar-se da Revolução sem que sua partida pudesse ser capitalizada pelos seus inimigos. Em resposta à solicitação de Matos, Fidel Castro mandou prendê-lo sob a acusação de traição em uma operação a cargo de Camilo Cienfuegos. Não parece difícil acreditar, como muitos na época acreditaram, que Fidel tinha encomendado aquela tarefa a Camilo para comprometer o mais popular dos líderes revolucionários em uma ação que ele sabia que iria despertar reações adversas nas fileiras revolucionárias.³⁷ Junto com Matos, e apesar da oposição deste, também entregou-se a maioria dos oficiais sob o seu comando e que tinham formado a coluna *Guiteras* durante a luta contra Batista. Matos e seus oficiais foram condenados a vinte anos de prisão. A destituição e prisão de Matos também provocou a demissão de quatro ministros do governo: o comandante Faustino Pérez, ministro de Recuperação de Bens Malversados; Manuel Ray, ministro de Obras Públicas; Enrique Oltuski, ministro das Comunicações; Manuel Fernández, ministro do Trabalho e a demissão do presidente do Banco Nacional de Cuba, Felipe Pazos. Em uma tumultuada reunião de ministros e apesar da defesa que o próprio Guevara tinha feito sobre a coragem dos defensores de Matos, Fidel sentenciou a sua saída do governo: “Não podem continu-

³⁷ Carlos Franqui, 1981, p. 115-116.

ar sendo ministros”, lembra Carlos Franqui, testemunha presencial da reunião, sobre as palavras de Fidel: “não têm a confiança da Revolução”. Em apenas um movimento Castro reafirmava que ninguém, além dele, encarnava a Revolução e mostrava as consequências para aqueles que, desde posições de liderança, pretendiam dissociar-se dela, como Matos, ou para aqueles que se opusessem – como os ministros do gabinete revolucionário – ao tratamento contundente a respeito de qualquer manifestação de dissidência.³⁸

Não só Matos, antes dele o comandante da Aeronáutica do governo revolucionário Pedro Díaz Lanz, depois dele, o comandante e ministro da Agricultura Sorí Marín e o presidente Urrutia,³⁹ assim como muitos outros oficiais do Exército contra Batista, escolheram o exílio ou passaram para a oposição – muitas vezes armada – quando a Revolução tomou um rumo com o qual não concordavam. Com o desaparecimento nunca esclarecido de Camilo Cienfuegos dias após a prisão de Matos – e sobre o qual foram feitas as mais diversas conjecturas⁴⁰ – e a partida de Ernesto Guevara na metade da década, desapareceram também as de-

³⁸ Franqui, 1981, p. 108-109. De acordo com Franqui, na reunião de ministros, diante da defesa que Pérez, Ray e Oltuski faziam diante dos irmãos Castro sobre a inocência de Matos, Ernesto Guevara reagiu ironicamente (“Vamos ter que fuzilar todos”, expressou acidamente) e defendeu a permanência dos ministros no Gabinete. Apesar disso, eles foram demitidos de seus cargos. Alguns, como Faustino Pérez, mantiveram-se fiéis ao regime, outros, como Manuel Ray, logo passaram para a oposição.

³⁹ O afastamento durante os dois primeiros anos de importantes personalidades do governo revolucionário está relacionado, na maioria dos casos, com o desacordo a respeito da aproximação da Revolução com o PSP e a URSS, e a constatação de que se afastava a perspectiva de uma convocação para as eleições e a consolidação institucional nos termos de uma república democrática constitucional. Díaz Lanz e Sorí Martín passaram para a oposição ativa; o primeiro escapou de Cuba em um dos aviões comandados por ele e se exilou nos Estados Unidos, onde se uniu aos anticastristas mais radicais, e o segundo foi fuzilado em 1961, como conspirador. Manuel Urrutia, reconhecido magistrado contra Batista, quem após a fuga de Díaz Lanz o tinha condenado e também criticado a influência cada vez maior do PSP, viu-se forçado a renunciar ao seu cargo diante da pressão que culminaria com a acusação pública de traição feita pelo próprio Castro em 17 de julho de 1959, e asilou-se imediatamente na Embaixada da Venezuela.

⁴⁰ Camilo Cienfuegos desapareceu uma semana depois da prisão de Matos. Perdeu-se o rastro de seu avião no trajeto entre Camagüey e Havana. Nunca foi encontrado nenhum vestígio do avião e foram elaboradas as mais diversas teorias, que iam desde um acidente até um atentado cuidadosamente planejado e ocultado pelo regime. Camilo, de origem camponesa, era sem dúvida o líder mais popular, junto com Fidel ou inclusive mais do que ele; como destacamos anteriormente, sempre se acreditou que sua participação na prisão de Matos teve o objetivo de neutralizar Camilo, comprometendo-o diretamente no fato e diminuindo também a possibilidade de rebelião de outros setores do Exército Revolucionário.

mais figuras de indiscutível prestígio, as únicas que eventualmente poderiam disputar a liderança com Fidel Castro, uma liderança que tinha sido sempre evidente e que agora também se confirmava, ao eliminar toda oposição real ou eventual, invulnerável.

Junto com as depurações anteriores, o núcleo no poder – ou talvez devamos dizer simplesmente, Fidel Castro – enfrentou a tarefa de institucionalizar de alguma maneira a sua existência, como força propriamente política. Como podemos ver com base nos capítulos anteriores, no rápido processo de concentração de poder nas mãos de Fidel, o M-26 e o Diretório não tinham mais, se é que haviam tido alguma vez, importância alguma do ponto de vista institucional na formação do grupo no poder.⁴¹ Os partidos tradicionais, que forneceram algumas de suas principais figuras para o governo revolucionário, não só eram meras cascas sem representatividade real, como também foram vítimas do rápido processo de concentração de poder nas mãos de Fidel Castro. Se ainda havia alguma esperança de encontrar uma expressão no novo governo revolucionário, a renúncia e o exílio de Urrutia, o exílio de Chibás, as mudanças no gabinete e nas Forças Armadas Revolucionárias deixou esses partidos tradicionais definitivamente fora do jogo.⁴²

A criação das Organizações Revolucionárias Integradas (ORI) e logo depois do Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), determinou o caminho a seguir para institucionalizar uma estrutura partidária que resultou na formação de um novo Partido Comunista de Cuba, ordenado também, como as demais estruturas estatais ou as organizações políticas e sociais, em direção à cúpula do poder político nas mãos daquele que seria o novo secretário-geral do Partido, o comandante

⁴¹ Ver, entre outros, Jorge Domínguez, 1978, p. 206-207. A concentração de poder nas mãos de Fidel viu-se favorecida, já antes do triunfo revolucionário, pela morte nas mãos das forças de Batista, dos dirigentes que melhor podiam ter-lhe disputado a liderança: José Antonio Echeverría, dirigente máximo do Primeiro Diretório Revolucionário, e depois Frank Pais, líder do M-26 na planície, quem tinha substituído Echeverría como principal dirigente na cidade.

⁴² O Movimento 26 de julho, criado por Fidel Castro, surgiu no interior do Partido do Povo Cubano ou Partido Ortodoxo, que tinha sido fundado por Eduardo Chibás, morto em 1951, quando rompeu com as práticas corruptas do velho Partido Autêntico. Como muitos outros políticos ortodoxos, Raúl Chibás, irmão de Eduardo e dirigente do Partido, uniu-se ao M-26 após o golpe de Batista. Tesoureiro do M-26 e Comandante do Exército Rebelde, exilou-se em 1960 condenando o afastamento do processo revolucionário dos propósitos de restituição de uma ordem constitucional baseada em eleições livres e na Constituição de 1940.

Fidel Castro. Mais uma vez, ficou evidente nesse processo a extraordinária capacidade de Castro de eliminar a oposição e concentrar o poder. O velho Partido Comunista de Cuba, que tinha aderido tarde à oposição contra Batista, integrou, junto com o M-26 e o Diretório, as ORI. Provavelmente por ser o único que tinha não só uma tradição partidária sólida, mas conservava uma estrutura organizacional em melhores condições, também foi o mais capaz de executar a tarefa de institucionalizar as forças revolucionárias que, se supunha, deveriam representar a formação das ORI. Entretanto, nesse processo, a presença e a influência cada vez maior dos comunistas começaram a provocar um descontentamento importante entre o resto dos grupos políticos e, principalmente, começaram a ser vistas como um perigo para o monopólio político do núcleo hegemônico da Revolução. Praticamente de um dia para outro, Fidel Castro desferiu uma ofensiva violenta e pública contra o velho dirigente comunista e secretário-geral das ORI, Aníbal Escalante, que, acusado de sectário e ambicioso, foi destituído do cargo ao mesmo tempo que se punha em marcha uma reestruturação das ORI na qual o velho Partido Comunista foi relegado a um papel absolutamente subordinado. Anos mais tarde, em 1968, uma nova limpeza contra a denominada “microfacção”, constituída por integrantes do novo PCC provenientes novamente e em sua maioria do velho PSP, levou à expulsão de dois membros do Comitê Central do PCC, a expulsão e prisão de outros nove membros do Partido e a prisão de aproximadamente outras quarenta pessoas.⁴³ A intervenção de Fidel Castro, fora da própria estrutura do ORI na primeira ocasião e na condição de secretário-geral do PCC na segunda, colocou nas duas oportunidades as coisas em seu lugar para que não houvesse dúvidas a respeito de quem dava as cartas na distribuição dos papéis na Cuba revolucionária.

⁴³ Jorge Domínguez, 1978, p. 162. A perseguição contra a “microfacção” deixava clara a tensão política levantada pela reticência de alguns sectores, particularmente dos provenientes do PSP, a respeito da radicalização da Revolução por ocasião da “ofensiva revolucionária” de 1968.



CAPÍTULO 2

A organização e mobilização da sociedade. Entusiasmo, temor, controle social

Os elementos apresentados até aqui devem ser, a partir de agora, complementados por uma descrição do movimento de organização e mobilização da sociedade que aconteceu durante a década de 1960 e cujo sentido, acreditamos, só pode ser compreendido no contexto de igualação das condições sociais e do processo de concentração do poder político descritos anteriormente.

Como acertadamente destacou Richard Fagen,¹ a mobilização de toda a sociedade foi um dos grandes pilares da Revolução promovido desde o início pelo regime. Se focalizarmos a extraordinária mobiliza-

¹ Richard R. Fagen, *The Transformation of Political Culture in Cuba*, Stanford, Stanford University Press, 1969.



ção de recursos dirigidos à campanha de alfabetização ou se nos ativermos à política que arregimentou uma parcela significativa da população nos Comitês de Defesa da Revolução nos períodos em que ela se sentia e se via efetivamente ameaçada por uma oposição interna cada vez mais dada à violência e pela perspectiva de uma invasão externa, nos encontraremos, com certeza, diante de um fenômeno participativo de grande alcance que – a despeito de suas diferentes motivações – teve, no primeiro momento de entusiasmo revolucionário, uma característica majoritariamente voluntária; tratava-se, sobretudo, de contribuir com a Revolução e de defendê-la de seus inimigos. Como tentaremos mostrar, o caráter voluntário – ou, mais precisamente, inspirado pela vontade de defender a Revolução – desta participação foi diminuindo com o tempo e a participação nas organizações de massas foi adquirindo um sentido cada vez mais conservador para aqueles que, por meio dela, faziam os gestos mínimos requeridos pelo regime para não serem considerados seus opositores e para preservar, dessa forma, os canais de acesso mais fáceis aos recursos – trabalho, educação, algumas recompensas materiais – controlados de maneira absoluta por aquele regime.²

Assim como o sentido da participação majoritária nos órgãos revolucionários adquiriu diversos significados simultâneos e sucessivos, também a finalidade desses órgãos, observada da ótica do poder, pode ser analisada sob diferentes sentidos. Para o núcleo revolucionário, a mobilização e a participação apareciam, nos primeiros tempos, tanto como um meio de garantir a Revolução diante de seus inimigos internos e externos, de consolidar seu poder diante das diferentes manifestações dentro dela, como também, principalmente para as expressões mais voluntaristas e ideológicas, para os homens mais próximos de Che Guevara, um meio de criar naqueles que participavam a nova consciência que devia contribuir, com a prática, a transformá-los naquilo que a época que estava por vir exigia: homens novos, solidários, que des-

² Sem dúvida, também podemos reconhecer a presença, por certo decrescente, tanto de “verdadeiros crentes” na Revolução através do tempo, como também de grupos para os quais a mobilização a partir de uma liderança forte, qualquer que fosse a sua orientação, proporcionava um sentido para a sua existência. No entanto, aqui nos interessa destacar o que consideramos o fenômeno ao mesmo tempo mais difuso e mais representativo, que engloba a grande massa da população e que mais contribui com a reprodução do regime da Revolução Cubana.

conheciam o egoísmo e o desejo de supremacia. Para estes últimos, a participação deveria ser um veículo essencial para o descobrimento e a adoção na prática de novos valores que iriam formar a moral que estava surgindo. A mobilização das massas era, nesse sentido, uma engrenagem fundamental da fabulosa experiência de engenharia social que o núcleo revolucionário imaginava ser possível realizar, e a construção simultânea de um socialismo e um comunismo era uma maneira de expressar – contrariamente ao *dictum* do marxismo vulgar – que a consciência do homem novo, do comunista, não era um simples produto do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim, forjava-se na prática cotidiana revolucionária. Se este era, assim entendemos, o múltiplo significado do sentido da participação no início da Revolução, também ressaltamos que uma vez neutralizado o perigo real de revolta interna a partir de 1964-1965, esgotada a expectativa de “mudança das consciências” após o fracasso da experiência voluntária dos anos 1960, e aventada a partir dos anos 1970 a possibilidade real de uma intervenção militar norte-americana, a mobilização e a organização da população pareceu consolidar-se de maneira privilegiada como um instrumento a serviço do poder pessoal de Fidel Castro e do sistema capilar e vertical de controle social, que poderia ser ativada em momentos de dificuldades internas.

A mobilização da sociedade

A campanha contra o analfabetismo lançada em 1961 ofereceu, no momento de maior euforia do processo revolucionário, o exemplo mais cabal da maneira como a mobilização da população podia ser posta a serviço da política do regime revolucionário. Ali se reuniram um esforço de justiça e de igualação incontestáveis, e uma vontade formidável de organização e de mobilização da sociedade de acordo com os desígnios determinados pelos líderes da Revolução, na qual é possível detectar as várias dimensões às quais nos referimos – formação da “consciência”, aprofundamento do processo revolucionário e organização. Dessa forma, a campanha criou o terreno de ensaio para muitas ideias, táticas e formas de organização que seriam incorporadas ao estilo revolucionário de governo e de mobilização de massas; o ataque ao analfabetismo não era tanto uma questão técnica, mas sim um esforço político

intimamente ligado à transformação da sociedade e à consolidação do poder revolucionário.³

É incontestável que a maior parte da população participou voluntariamente da campanha de alfabetização⁴ e provavelmente é correto afirmar que tal campanha marcou o momento de maior euforia revolucionária. Sem dúvida, a pressão social foi um elemento importante para que alguns se envolvessem, sempre voluntariamente, nessa cruzada: como já indicamos antes, desde muito cedo a identificação de um cidadão como contrarrevolucionário ou como carente de entusiasmo pela Revolução começou a ter sérias consequências sobre a possibilidade de ter acesso à universidade ou conseguir determinados empregos ou promoções. Ainda assim, acreditamos não nos equivocarmos em atribuir a esta campanha um tom claramente festivo, de epopeia coletiva, que encheu de entusiasmo especialmente os jovens urbanos que dela participaram. Na literatura cubana e nos ensaios especializados, abundam as primeiras crônicas de adolescentes que descobriram ao mesmo tempo, naquela época, a autonomia, a sexualidade e o entusiasmo revolucionário, e também relatos que mostram o temor de muitas famílias ao ver partir seus filhos muito jovens, de 12 ou 13 anos, para as campanhas de alfabetização em condições materiais muito precárias. Em uma palavra, o clima de epopeia, o caráter altruísta e eminentemente justo da campanha, somados à forte pressão exercida sobre aqueles que eram acusados de contrarrevolucionários e o controle social cada vez maior exercido pelos então recém-criados Comitês de Defesa da Revolução em cada quadra, em cada lugar de trabalho ou de estudo, contribuiu para o caráter praticamente universal da mobilização e tornou, ao mesmo tempo, difícil que os setores menos entusiasmados manifestassem seu ceticismo ou sua oposição.

Precisamente, os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), que surgiram em setembro de 1960 com o objetivo de vigiar a atividade con-

³ Ver Richard R. Fagen, 1979. E também Jorge Domínguez, *Cuba: Order and Revolution*, Cambridge, Harvard U.P., 1978, p.165-166.

⁴ De acordo com as cifras fornecidas por Fagen, 25% da população em condições de fazê-lo, participou diretamente da campanha de alfabetização, como educando ou educador. Se somarmos os indiretamente envolvidos – em tarefas de organização ou os familiares dos jovens que partiram para o campo – podemos ter uma ideia do impacto daquele movimento sobre toda a sociedade.

trarrevolucionária, foram um dos instrumentos de participação e mobilização de maior impacto naqueles primeiros anos. Diferentemente das milícias, criadas em outubro de 1959 – cuja função específica era apoiar a ação militar das Forças Armadas Revolucionárias em caso de necessidade e ainda que estivessem abertas à toda a população, exigiam certas condições físicas e uma disponibilidade maior de tempo –, os CDR possibilitaram à população, qualquer que fosse a sua idade, sua condição física ou sua ocupação, somar-se ao esforço de vigilância revolucionária. Esses comitês cumpriram quase que um batismo, uma primeira e relevante função de denúncia de potenciais contrarrevolucionários quando da invasão da Praia Girón/Baía dos Porcos, após a qual foram detidos milhares de cidadãos – as cifras mais verossímeis falam de aproximadamente cem mil detenções efetuadas em toda a ilha.⁵ Ainda que provavelmente seja certo que a participação efetiva dos CDR na derrota da contrarrevolução tenha sido menor do que se declara, sobretudo porque a contrarrevolução era menos articulada e abrangente do que se afirma, também parece inegável que a entusiasta tarefa de delação em massa de eventuais inimigos da Revolução teve efeitos simbólicos poderosos e prolongados na vida cotidiana. Foi então que, sem dúvida, para qualquer cubano que não era incondicionalmente favorável ao regime, a presença dos CDR adquiriu a feição de uma ameaça instalada na porta de sua casa, que avaliava a sua periculosidade para a Revolução fazendo um inventário de suas atividades sociais, seus gostos musicais ou sua participação em atividades voluntárias.⁶

Com um crescimento fortemente espontâneo e horizontal em um primeiro momento, a partir de 1963, os Comitês foram progressivamente objeto de um processo de organização que, ainda que mantendo seu caráter horizontal na base, ordenou a estrutura de maneira vertical

⁵ Ainda que não existam dados oficiais, a cifra de detidos parece ter superado os 100 mil. Assim entende, entre outros, Richard Fagen, um dos cronistas mais críveis desse período, que considera que a cifra de 200 mil detidos dada pelo jornalista italiano Gianni Corbi, mesmo que não seja inverossímil, parece exagerada. Seja como for, parece evidente que não existia uma oposição organizada e que as detenções em todo o país tiveram um efeito atemorizador sobre a população que não era ativamente comprometida com a Revolução. A maioria dos detidos foi liberada pouco tempo depois.

⁶ De 1960 até 1966, os CDR formaram-se em dois âmbitos, dentro do município e do trabalho (fábricas, fazendas estatais e organizações da burocracia pública).

desde a cúpula do Partido.⁷ Sufocada a ameaça de revolta depois da derrota da invasão, os braços municipais do aparato revolucionário adquiriram por sua vez e com o passar do tempo, funções cada vez maiores de ação social e de educação revolucionária a nível local, deixando de lado a função explícita de vigiar as atividades conspiratórias ou contrarrevolucionárias, mas sem deixar de exercer um controle social permanente sobre o grau de adesão ao regime por parte dos habitantes do lugar em que operavam.⁸

Se no início a militância nos CDR foi inegavelmente a expressão do apoio entusiasta ao processo revolucionário, com o tempo a participação nas atividades sociais organizadas pelo Comitê foi sendo cada vez mais uma prova da integração dos moradores à sociedade revolucionária, e com isto a participação nos Comitês, ainda que tenha sido apenas formal, foi se tornando mais constante e menos política. Para fazer parte dos CDR, era preciso apenas estar “favoravelmente disposto” à Revolução; o título de membro do Comitê, ainda que se limitasse ao pagamento da prestação mensal, era uma espécie de certificado de amizade com o regime, sua integração a ele e, com isto, uma garantia da não exclusão de certos benefícios. Assim, se em 1963, 33% da população maior de 14 anos participava das atividades dos CDR, essa porcentagem aumentou para 80% em 1974. Nesse mesmo movimento, foi a *não* participação que adquiriu cada vez mais uma conotação de claro significado político.⁹

Desse modo, ao mesmo tempo em que se consolidava a presença disseminada da Revolução e de seus organismos na vida cotidiana, esta organização de massas foi mudando o seu sentido: de ser um organismo cuja finalidade era organizar as massas entusiastas em favor da defesa da Revolução e da denúncia de seus opositores, passou, sobretudo, a ser a organização do regime mais próxima da vida privada dos cidadãos, à

⁷ Na época, o Partido era o chamado PURS. Ver Juan Clark, *Cuba: Mito y Realidad*, Miami, Saeta Ediciones, 1990, p. 136; Jorge Domínguez, 1978, p. 324. Para uma descrição do processo de institucionalização da liderança na estrutura dos CDR, ver Jorge Domínguez, *ibid.*, p. 261-267.

⁸ Durante a “ofensiva revolucionária” de 1968, sob o impulso de Raúl Castro, os CDR retomaram explicitamente a função original de vigilância revolucionária, que ainda que nunca tivesse sido abandonada, tinha sido complementada por uma diversidade de funções locais. Ver Jorge Domínguez, *ibid.*

⁹ Jorge Domínguez, *ibid.*, p. 264.

qual convinha pertencer se alguém não queria ver-se exposto aos riscos do ostracismo político e social. Ainda que voluntária, a adesão aos CDR representou cada vez menos a afiliação a um ideal coletivo e uma manifestação da vontade de colaborar com o regime, e cada vez mais um interesse particular de integração sem problemas ou mesmo de sobrevivência, em uma sociedade de controle.

Paralelamente, também a participação das crianças em idade escolar na organização dos pioneiros, destinada a educar as crianças de acordo com as normas da nova sociedade, cresceu exponencialmente à medida que mudou o seu sentido: esta participação, que tinha começado sendo altamente seletiva, alcançou, no final de 1975, 98,7%. Aqui também podemos perceber que naquela época já não era a participação, mas sim, pelo contrário, a *não* participação, que constituía uma manifestação política evidente, cujas consequências – a oportunidade de progresso nos estudos e sua posterior inserção no mercado de trabalho – os pais, mesmo que não fossem partidários do regime, não estavam, em geral, dispostos a impor aos seus filhos.¹⁰

Assim como a participação nas organizações de massa foi adquirindo um caráter cada vez mais conservador, a utilização da mobilização como fator de pressão contra os adversários do regime, implementada por este desde o início, também adquiriu, com o tempo, um aspecto muito mais instrumental. Com efeito, a mobilização das massas foi um recurso utilizado pelo núcleo dirigente do regime desde o início, em cada uma das ocasiões nas quais precisou consolidar seu poder perante setores adversos: quando Camilo Cienfuegos prendeu Huber Matos e seus oficiais em Camagüey, o povo foi convocado a se mobilizar com o argumento de que eles tinham se levantado contra a Revolução. De acordo com o que conta Matos, o próprio Fidel viajou para Camagüey para mobilizar a população contra “a conspiração de Huber Matos” e se dirigiu ao quartel seguido por três ou quatro mil pessoas.¹¹

¹⁰ Ver *ibid.*, p. 279. Em *El Mañana. Memorias de un éxodo cubano*, USA, Vintage Books, 2006, p. 34-35 a escritora cubana Mirta Ojito, que emigrou com sua família desde o Porto de Mariel em 1980, relata como seus pais, claros opositores da Revolução desde o início, tornaram-se membros do CDR em 1976 para evitar problemas e para facilitar o acesso de sua filha às oportunidades de progresso. Este tipo de relato é frequente na literatura cubana do exílio dos anos 1980 e 1990.

¹¹ Huber Matos, *Cómo llegó la noche*, Buenos Aires, Tusquets, 2000, p. 345-346. De acordo com o relato de Matos, após sua prisão Fidel dirigiu-se ao povo de uma sacada, acusando-o de traidor e sabotador.

No entanto, se a mobilização daqueles homens e mulheres convocada pelo líder indiscutível da Revolução poucos meses depois do triunfo teve, sem dúvida, um caráter claramente voluntário em defesa de uma revolução que acreditavam estar ameaçada, é difícil dar o mesmo sentido aos atos de repúdio instrumentados pelo regime contra aqueles que, em 1980, por ocasião do êxodo do Porto de Mariel, tinham solicitado sua saída do país. Nos locais de trabalho, nos bairros, as organizações do regime (células do partido, CDR) promoveram uma agressão coordenada contra os emigrantes, que foram hostilizados e atacados fisicamente em seus locais de trabalho, em seus bairros e em suas próprias casas por aqueles que até o dia anterior tinham sido seus colegas e vizinhos. Sem dúvida, alguns participavam com entusiasmo daquele tipo de *pogroms*, como também existiram aqueles que evitaram fazê-lo. Entretanto, de novo, não participar desses atos coletivos podia parecer suspeito; participar – convocados pelo Partido no local de trabalho ou pelo CDR do bairro – dos atos de repúdio contra a então batizada “escória” foi o preço que muitos cubanos estiveram dispostos a pagar para não se expor, eles mesmos, à terrível acusação de contrarrevolucionários.¹²

Por fim, as “Brigadas de resposta rápida”, criadas em 1991 por iniciativa oficial¹³ como um tipo de institucionalização dos grupos de repúdio surgidos por ocasião do êxodo de Mariel, são a expressão mais perfeita da instrumentalização definitiva e unidimensional da mobilização sob a forma de grupos de choque, ativados cada vez que se considera necessário amedrontar os que, apesar de tudo, se atrevem a manifestar – individualmente ou coletivamente, como o movimento pelos direitos humanos ou as Damas de Branco¹⁴ – sua oposição ao regime.

¹² São numerosos os testemunhos, na literatura cubana, sobre o exílio após o Porto de Mariel, tanto sobre o caráter terrível desses acontecimentos, como sobre a “incomodidade” que muitos dos atacantes manifestaram, em algum momento, diante de suas vítimas. De minha parte, pude escutar relatos assustadores de alguns “marielitos”, vítimas dessas perseguições. De acordo com um rumor persistente, Haydée Santamaría, sobrevivente de Moncada, velha amiga de Fidel e personalidade de destaque da Revolução, fundadora e diretora da Casa de las Américas, se suicidou em julho de 1980, transtornada pela constatação de que as esperanças revolucionárias terminaram criando um monstro de hordas profascistoides, organizadas pelo regime para hostilizar em suas casas, na rua ou em seus locais de trabalho, os candidatos à emigração através do Porto de Mariel.

¹³ De acordo com o relatório anual 1992-1993 da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, as “Brigadas de Ação Rápida” foram criadas em junho de 1991 por iniciativa da Procuradoria-Geral da República. Ver <http://www.cidh.oas.org/annualrep/92span/cap.4.htm>

¹⁴ As “Damas de Branco” surgiram da iniciativa de familiares do grupo “dos 75”, nome com o qual ficaram conhecidas as vítimas de uma ação que, em 2003, enviou 75 opositores pacíficos na prisão.

A organização da força de trabalho e o trabalho voluntário

No capítulo anterior, observamos como a função dos sindicatos foi reorientada após a Revolução em direção ao novo papel de organizadores e promotores das políticas ditadas pelo poder político. Junto com a subordinação das reivindicações corporativas às exigências do desenvolvimento econômico global, as organizações sindicais, unidas às organizações políticas que derivaram da estrutura hierárquica instalada após a Revolução e presente nos locais de trabalho (Partido, CDR de fábrica), contribuíram como “correias de transmissão” da vontade revolucionária para a mobilização dos trabalhadores a favor do novo regime. Foram elas que, aderindo às instruções da direção revolucionária, asseguraram tanto a mobilização dos trabalhadores *fora* de suas unidades produtivas, fazendo trabalho voluntário, participando das milícias, acudindo aos chamados do poder político, como nos próprios locais de trabalho, dispondo-se a desempenhar um papel de trabalhadores de vanguarda e apoiar o esforço produtivo. Lembremos que os próprios sindicatos não só tomaram para si a promoção do trabalho voluntário e a emulação, como apoiaram a eliminação de determinados benefícios adquiridos pelos setores assalariados (salário histórico, 13º salário, etc.). Durante a década de 1960 se produz, também no campo do trabalho, um processo de ressignificação das medidas destinadas a reorganizar e mobilizar as forças de trabalho, parecido ao que descrevemos para os CDR ou outras formas de organização de massas, no qual podemos ver a progressiva mudança de sentido da contribuição de um trabalho maior ao esforço exigido pelo regime.

Mais uma vez, entendemos que é possível verificar que no fervor da onda de entusiasmo inicial, a insistência por parte dos dirigentes revolucionários de que dali em diante o objetivo dos trabalhadores e de seu empregador, o Estado, dirigido pelo governo revolucionário, devia ser o mesmo, ou seja, o aumento da produtividade visando a melhorar as condições de vida de toda a população, ecoou favoravelmente em um setor que tinha se beneficiado diretamente da orientação igualitária do regime. Como já ressaltamos anteriormente, o aumento do salário mínimo, a diminuição dos serviços básicos e dos alugueis no início da Revolução, o incremento do acesso a diversos serviços sociais e a gratuidade progressiva de outros, significaram um aumento indireto da renda

dos setores assalariados. A mobilização do trabalho voluntário, a renúncia de determinados benefícios por parte de alguns setores assalariados, podia ser entendida como um esforço igualitário que a Revolução exigia de todos e que disponibilizaria de maneira equitativa para todos.

Ainda assim, a perda de certos benefícios históricos para os setores mais desenvolvidos da indústria, somada à reivindicação de trabalho suplementar gratuito – trabalho voluntário – e o aumento das exigências de produtividade, representaram, se podemos dizer desta forma, uma deterioração no sentido geral das condições de trabalho. Como veremos mais adiante, qualquer que tenha sido a retribuição, material ou moral, que premiou os trabalhadores exemplares, ela só se tornou efetiva para aqueles que superaram o padrão de produtividade fixado, e esse padrão aumentou cada vez mais desde a Revolução. Esta exigência de aumento do esforço ou esta deterioração das condições de trabalho no sentido tradicional, só podia ser enfrentada com uma maior “consciência”, como exigiam os setores mais voluntaristas do regime ou com mais coerção – ou, porque não, com uma combinação de ambas. Novamente, a dinâmica desses primeiros anos pode ser observada pela ótica das tarefas que impõe um governo decidido a implantar um modelo igualitário de sociedade e do ponto de vista da concentração progressiva de poder e da disposição de medidas de coerção que qualquer projeto de organização total da sociedade, seja de que tipo for, deve executar para submeter as diferentes condutas à sua vontade arquitetônica. Mais uma vez, é nesta dupla dinâmica – de vontade niveladora e de vontade totalizadora – que se desenha o destino paradoxal de um modelo de organização social que, em nome da liberdade, instaurou uma nova forma de servidão.

Anteriormente, nos referimos aos benefícios, diretos e indiretos, de que usufruíram os setores assalariados durante os primeiros tempos da Revolução. Se observarmos agora as modificações das condições de trabalho da ótica de sua subordinação a uma vontade unificada, podemos perceber que as regras para fornecer mão de obra, instituídas pela Segunda Lei Orgânica do Ministério do Trabalho em 1960, a centralização do processo de admissão através do mesmo Ministério, a atribuição dada ao Estado para determinar o traslado dos trabalhadores, a impossibilidade dos mesmos de mudar de trabalho por vontade própria ou o fornecimento de uma carteira de trabalho para ocupados e deso-

cupados pela Terceira Lei Orgânica,¹⁵ podem ser entendidas tanto como as ferramentas que permitiram assegurar o emprego a todos os trabalhadores cubanos, como a execução do planejamento central da economia com o objetivo de utilizar mais racionalmente os recursos escassos, quanto como o primeiro degrau da estrutura de controle absoluto da fidelidade, mobilidade e escolha autônoma dos próprios trabalhadores – provavelmente nesse primeiro momento todas essas leituras são corretas. Assim, como exemplo, podemos observar que a carteira de trabalho era, ao mesmo tempo, o instrumento para a destinação planejada de recursos por parte do Estado, uma avaliação sobre o caráter revolucionário do trabalhador que influenciava no momento de decidirem o seu futuro laboral e representava, além disso, um inegável instrumento de controle político.

Quando, para os setores populares, o entusiasmo com a Revolução e suas primeiras medidas – universalização e gratuidade da saúde e da educação, divisão de terras, diminuição dos aluguéis – estava no auge, é possível imaginar que o horizonte de controle total da força de trabalho, que se vislumbrava na nova organização do trabalho, tenha ficado esmaecido pela euforia revolucionária. O prolongamento da jornada em razão do trabalho voluntário, o aumento da produtividade exigido para obter o salário, podiam ser contabilizados, em grande parte, por um esforço que beneficiava a todos e, para começar, o próprio trabalhador. A hesitação em aumentar o esforço adquiria, com facilidade, o aspecto, mesmo para o próprio trabalhador, de um egoísmo injustificável naqueles tempos heroicos. Sob o influxo das tendências mais voluntaristas da Revolução, a modificação das condições de trabalho, fossem elas a eliminação dos benefícios históricos dos setores mais privilegiados do movimento trabalhista, a promoção do trabalho voluntário ou o aumento da produtividade, devia contar a favor do desenvolvimento da consciência revolucionária que permitiria a formação de um novo homem, sem egoísmo, habitante de uma sociedade comunista que em Cuba, pela primeira vez, seria construída simultaneamente com o socialismo.

¹⁵ Para uma descrição exaustiva da situação laboral durante este período, ver VV.AA. *Investigación sobre las condiciones de trabajo, La experiencia cubana*, Miami, Universidade de Miami, Marymar, 1963.

Em um trabalho precoce, Carmelo Mesa-Lago fornece os cálculos que permitem estimar algumas das consequências da modificação das condições de trabalho durante os primeiros anos da Revolução¹⁶: de acordo com as “Instruções para a Implantação de Normas e Salários” de abril de 1964, o padrão quantitativo exigido em uma unidade de trabalho do setor industrial foi fixado em 10% acima da média da produção por trabalhador na unidade de trabalho considerada. Para alcançar o salário correspondente a sua categoria, estabelecido de acordo com uma escala salarial determinada pelo Ministério do Trabalho, o trabalhador deveria cumprir esse novo padrão; caso superasse essa quota, ganhava uma bonificação, se a esta não fosse alcançada, tinha o seu salário diminuído.¹⁷ A revisão semestral dos padrões levaria a um aumento periódico dos mesmos, ocasionado pelo fato de que, como regra geral, nos primeiros meses os operários se esforçariam para cumprir e superar as metas fixadas a fim de obter os benefícios correspondentes, o que, por sua vez, levaria a direção a determinar que tais padrões eram muito baixos e deveriam ser aumentados. Ao mesmo tempo, junto com a elevação dos padrões de produtividade, desde 1962 os trabalhadores começaram a ser mobilizados pelo governo e pelos sindicatos para fazer trabalho voluntário, não remunerado, fora do seu horário de trabalho, nos fins de semana e nas férias. Ainda que seja difícil medir tanto o seu volume real quanto o seu caráter autenticamente voluntário, o fato é que a pressão a favor do trabalho voluntário tornou-se mais forte durante a ofensiva revolucionária de 1967-1968.

Em 1962, o líder comunista e membro do Comitê Central, Blas Roca, defendeu que “o trabalhador que hoje é lento em seu trabalho e produz menos do que realmente pode e deve é nosso inimigo, um inimigo do povo”.¹⁸ Com uma CTC subordinada, desde o início, à orientação dada pelo poder político revolucionário, a possibilidade de apelar ao sindicato para resistir à imposição de um nível maior de exploração (ritmo maior de trabalho, trabalho gratuito) não existia e o cumprimento das normas definidas desde a cúpula, quando não fosse conse-

¹⁶ Carmelo Mesa-Lago, *The labor sector and socialist distribution in Cuba*, NY, Washington & London, Praeger Publishers, 1968. Ver também VVAA, 1963; e Efrén Córdova, *El mundo del trabajo en Cuba Socialista*, Caracas, Fondo Latinoamericano de Ediciones Sociales, 1992.

¹⁷ Carmelo Mesa-Lago *Breve historia económica de la Cuba socialista*, Madri, Alianza, 1994, p. 34.

¹⁸ Carmelo Mesa-Lago, 1968, p. 61.

quência da adesão do trabalhador aos slogans revolucionários propagados desde o centro do poder, era – ainda que fingida – uma simples questão de bom-senso para aqueles que não queriam passar a engrossar as listas de potenciais “inimigos do povo”. Raúl Castro, ministro das Forças Armadas, já avisara que, caso “existisse algum trabalhador atrasado que não entendesse completamente a diferença (...) entre produzir para os capitalistas, como fazia antes, e produzir para a nação, para a sociedade, para ele mesmo”, um elemento que dividisse, “desejoso de quebrar o bloco monolítico da unidade do povo”, ele seria “derrubado e derrotado”.¹⁹ Paralelamente, quem quisesse se beneficiar das vantagens concedidas para aqueles que superassem com destaque os padrões – férias, bens duráveis e outros – devia cumprir, por interesse ou por convicção, as tarefas exigidas “aos trabalhadores de vanguarda”: além do cumprimento em dobro das quotas, devia estar sempre presente, participar das reuniões políticas nos locais de trabalho, contribuir para o trabalho voluntário, fazer parte das milícias.²⁰ O caráter nem sempre entusiasmado dessa participação reflete-se de várias formas na literatura cubana, mas também, e de modo inconfundível, nas sucessivas manifestações dos funcionários do Ministério do Trabalho. De acordo com o que se depreende de seus relatórios, a emulação socialista, através da qual deviam ser formados os “trabalhadores de vanguarda”, não parecia despertar grande entusiasmo entre os trabalhadores; as reuniões organizadas nas unidades de trabalho tinham se transformado rapidamente em estruturas burocráticas, as quais, se os trabalhadores compareciam, faziam-no, sobretudo, para não ser malvistas pelas autoridades político-administrativas do lugar.

É preciso insistir no fato de que é inegável que, especialmente nos primeiros tempos da Revolução, existiu, como na campanha de alfabetização, uma forte corrente de entusiasmo participativo em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária que incentivou boa parte da população a participar voluntariamente de diferentes ativida-

¹⁹ Mesa-Lago, 1968, p. 114.

²⁰ Ver as numerosas declarações dos ministros de Trabalho, ministros das Indústrias e da direção da CTC-R, citadas por Mesa-Lago, 1968, p. 145-160. Segundo Domínguez (1978, p. 273), a pouca popularidade dos dirigentes sindicais era diretamente proporcional à impopularidade das medidas trabalhistas, impulsionadas pelo governo que defendiam.

des (construção, trabalho no campo, etc.). Ainda assim, em condições políticas nas quais, ao mesmo tempo que usufruíam dos ventos do entusiasmo inicial, a oposição às determinações do poder tornava-se mais difícil, a produtividade da economia cubana diminuiu de maneira pronunciada a partir de 1962-1963. A situação de pleno emprego obtida através da absorção do desemprego por parte do Estado sem que esta absorção se traduzisse em emprego real, junto com o aumento de moeda em circulação e a paralisação da produção com a decorrente escassez de bens de consumo, desestimularam, por sua parte, um aumento da produtividade que era um dos pontos centrais do discurso oficial e favoreceram as faltas. Simultaneamente, o racionamento, imposto progressivamente a partir de 1962 com o objetivo de repartir equitativamente a escassa produção e evitar que o jogo de oferta e procura empurrasse os preços para cima favorecendo os setores mais ricos, teve o efeito de aumentar o mercado negro, o que levou a mais repressão e controle social. Dito de outro modo, o bem-sucedido e declarado propósito igualitário entrou em choque com a exigência de aumento da produtividade e também com o propósito não menos declarado de disciplinar os trabalhadores sob a condução única e exclusiva do poder político revolucionário.²¹ Longe de mudar com o apelo à moral revolucionária, esta tendência viu-se dramaticamente agravada pela aposta – falida – da experiência voluntarista de substituição de incentivos materiais por incentivos morais desenvolvida na segunda metade da década, o que levou a uma sensível diminuição da produtividade e a um aumento das faltas no trabalho, e que mostrou claramente que a maioria dos trabalhadores cubanos não estava disposta a fazer “por consciência” um trabalho maior se este não fosse materialmente recompensado ou se fosse possível livrar-se dele sem risco.²²

A igualação material promovida desde o início do processo revolucionário e fortemente impulsionada pela ofensiva radical de 1968 não

²¹ Em 1970, calcula-se que as faltas no trabalho alcançavam 20% da população economicamente ativa, isto é, tomando qualquer dia de trabalho, a porcentagem de faltosos era próxima desta cifra. Ver Mesa-Lago, 1994, Jorge Domínguez, 1978, p. 274-275.

²² Como explicou o órgão ideológico do Partido, as mudanças ainda não tinham “erradicado da consciência dos operários os preconceitos burgueses em sua atitude a respeito do trabalho. Em grande parte, o trabalho continua sendo considerado uma obrigação onerosa”. Citado por Mesa-Lago, 1968, p. 147.

produziu a tão procurada igualação das consciências que resultaria na criação do novo homem, na construção simultânea do socialismo e do comunismo, mas sim, levou à perda do estímulo em relação ao trabalho e ao colapso da produção colapso para o qual, como destacamos anteriormente havia contribuído a reorientação da economia cubana em direção à produção de açúcar, ao desafio da “safra dos dez milhões”.²³ Diante da queda nos índices econômicos, o regime teve que tirar as conclusões sobre o fracasso do voluntarismo radical: era preciso reintroduzir o incentivo material e aumentar, ao mesmo tempo, a sensação de risco para aqueles que não cumprissem com a contribuição mínima exigida. O restabelecimento de um sistema diferenciado de salários a partir de 1970, a militarização da produção, particularmente na agricultura e na construção civil e a lei contra a ociosidade de 1971 – que penalizava com até dois anos de prisão os homens aptos, com idade entre 17 e 60 anos que, não sendo estudantes, não estivessem vinculados a um centro de trabalho estatal e que perseguia duramente os faltosos ao trabalho –, foram ferramentas utilizadas para tal fim.²⁴

É possível imaginar, para concluir este capítulo, que se para os setores tradicionalmente mais desfavorecidos da sociedade cubana – desempregados, subempregados, trabalhadores rurais ou empregados dos níveis mais baixos da escala salarial – a absorção do desemprego, o aumento do salário mínimo e do salário social tinham significado um claro progresso na qualidade de vida, sem que o desabastecimento de bens aos quais nunca puderam ter acesso e a anulação de benefícios históricos dos quais nunca tinham usufruído os afetasse, para os setores mais bem integrados da sociedade salarial cubana, para os operários qualificados e para os empregados do antigo setor privado e do setor público, a política de subordinação dos sindicatos ao poder político, a anulação do salário histórico, a diminuição das oportunidades de consumo, unidas à

²³ Sem dúvida, a reorientação da economia cubana em direção à produção de açúcar em prol do objetivo da “safra dos dez milhões” contribuiu muito para esta catástrofe, ao direcionar uma quantidade enorme de recursos, muitos deles impossíveis de ser aproveitados racionalmente por falta de capacitação e organização, para a colheita de cana-de-açúcar. Cabe recordar que o slogan dos “dez milhões” foi lançado abruptamente como um desafio por Fidel Castro e logo depois defendido como bandeira de mobilização nacional, apesar da maior parte dos assessores técnicos saberem que suas consequências seriam, como o foram, nefastas para a economia cubana.

²⁴ Ver, entre outros, Jorge Domínguez, 1978, p. 274; Carmelo Mesa-Lago, 1994, p. 71.

exigência de aumento da produtividade e a exigência, difícil de resistir, de contribuir com trabalho voluntário, foram progressivamente postas na conta de um processo que tinha em haver não só a redistribuição a favor dos setores assalariados, a obtenção de benefícios referentes ao salário social (saúde, educação, gratuidade de vários serviços), mas também a mobilização de uma ilusão de regeneração política e moral da sociedade pós-Batista, ilusão que, no entanto, foi sendo progressivamente desfeita no processo de concentração absoluta de poder.

As dificuldades encontradas pelo regime durante sua experiência voluntarista não podem ser separadas, em nossa opinião, da maneira indissociável com que suas pretensões recriadoras e construtivistas se mesclaram com a necessidade de aumentar o controle social, a coerção e a pressão sobre a produtividade – o aumento da exploração, teríamos dito em outro contexto – na organização da força de trabalho. Como dissemos antes, mesmo deixando de lado a improvisação que o caracterizou, o regime percebeu que suas conquistas – a diminuição do desemprego, a melhoria das condições sociais – muitas vezes se contradiziam com a finalidade de obter maior produtividade e que apelar para a consciência revolucionária não propiciava a solução esperada. A percepção cada vez maior de que só com mais controle e repressão poderia enfrentar a situação crítica terminou reforçando o mecanismo de alienação de importantes setores da população a respeito dos objetivos anunciados pelo poder político e foi transformando a participação, inicialmente muitas vezes voluntária e entusiasta, em um comportamento orientado pelo medo de uma estigmatização política com inegáveis consequências negativas.

O trabalho forçado e a repressão à dissidência

Devemos concluir este capítulo destacando que junto com o trabalho voluntário, destinado ao mesmo tempo a incrementar a produção gratuitamente e a aumentar o nível de envolvimento da população com os fins determinados pelo regime, foram estabelecidas, durante a primeira década de poder revolucionário em Cuba, outras formas de trabalho propriamente obrigatório, que tinham tanto o objetivo econômico de contribuir gratuita ou quase gratuitamente para a produção,

quanto o objetivo político de perseguir, confinar e eventualmente “reeducar” os inimigos do regime.

Como já ressaltamos anteriormente, na metade da década de 1960, as tentativas da oposição clandestina ou dos diversos esboços de oposição, tanto na cidade quanto na serra, foram sufocadas; as organizações sociais, estudantis e sindicais, as forças políticas, as Forças Armadas e as manifestações culturais foram sendo articuladas em estreita relação com a vontade expressa pela cúpula do poder político. Mas, uma vez assegurado o caráter absoluto deste último, o regime também concebeu uma “terapia” para aqueles que, sem serem opositores políticos declarados ou constituírem uma eventual alternativa ao poder concentrado, tampouco estavam aptos a se integrar à Revolução: homossexuais, ativistas religiosos católicos, testemunhas de Jeová, hippies, proxenetas ou prostitutas, em uma palavra (a do regime), os elementos antissociais, culpados de “diversionismo ideológico”, foram enviados a campos de trabalho forçados comandados por militares, nos quais se esperava que abandonassem suas tendências, incompatíveis com a criação do Homem Novo. Calcula-se que nos três anos de existência das Unidades Militares de Ajuda à Produção (UMAP), entre 25 e 30 mil cubanos foram enviados a esses campos.²⁵

As UMAP inauguraram da maneira mais brutal possível a lógica da fabricação de um novo tipo de homem destinado à Revolução. Os indivíduos enviados a estas Unidades eram considerados inaptos a integrar o regime e, nesta condição, também não estavam aptos a fazer o Serviço Militar Obrigatório, que exigia uma consciência revolucionária comprovada; conseqüentemente, deviam ser enviados a campos de reeducação, onde, pelo trabalho, se tornariam aptos a desempenhar o papel que a Revolução exigia; enquanto isso, colaborariam com a Revolução fornecendo uma força de trabalho de baixíssimo custo e altíssima explo-

²⁵ O tema das UMAP, assim como também, mais globalmente, o tema da repressão política e dos sistemas de espionagem e delação generalizados em Cuba, foi muito pouco tratado pela Academia. Seu reflexo é, novamente, muito mais vívido na literatura ou nos testemunhos. Entre estes últimos, ver Félix Luis Viera, *Un ciervo herido*, San Juan de Puerto Rico, Plaza Mayor, 2000; Héctor Maseda, “Los trabajos forzados en Cuba”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 20, primavera 2001, p. 224-227; ver também Enrique Ros, *La Umap: El gulag castrista*, Miami, Ediciones Universal, 2004. No campo literário, entre outros, Leonardo Padura, *La novela de mi vida*, Barcelona, Tusquets, 2002; Eliseo Alberto, *Informe sobre mi mismo*, 1996.

ração. O sistema de recrutamento consistia em convocar os designados para o Serviço Militar Obrigatório e enviá-los, uma vez que se apresentassem, às UMAP, ou caçar os seus futuros internos em incursões destinadas a identificar os elementos antissociais, principalmente por seus sinais exteriores. Pablo Milanés, o atual cardeal de Havana Jaime Ortega Alamino, o poeta José Mario,²⁶ só para citar alguns nomes famosos ou que adquiriram notoriedade ao longo do tempo, passaram por ali. Ainda que com o passar dos anos a consideração do regime a respeito dos homossexuais ou dos Beatles²⁷ e, inclusive, da religião,²⁸ tenha se modificado, a lógica da criação das UMAP – a repressão da diferença não autorizada pelo regime sob a forma de um discurso de regeneração – manteve-se praticamente inalterada.

Junto com as UMAP, os anos 1960 e 1970 conheceram outros episódios que contribuem para ilustrar a vontade construtivista e recriadora do regime. Um dos primeiros anúncios do provável curso do processo revolucionário aconteceu em uma noite de 1961, conhecida como “a noite dos 3 P”, na qual homossexuais, proxenetas e prostitutas haviam sido objeto de uma “caçada” de grande alcance em Havana. Nessa ocasião, a prisão do poeta Virgilio Piñera causara grande preocupação entre os setores revolucionários mais “liberais”.²⁹ Anos mais tarde, um dos experimentos de mobilização forçada mais impactantes, ainda que menos

²⁶ José Mario era animador do Grupo literário *El Puente*, que foi objeto, em 1966, de um virulento e polêmico ataque por parte do diário *El Caimán Barbudo* que expressava nessa polêmica a voz da Revolução. Anos depois, já exilado, Jesús Díaz pediu desculpas explícitas por misturar literatura e política naqueles ataques. Ver Jesús Díaz, “El fin de otra ilusión. A propósito de la quiebra de *El Caimán Barbudo* y la clausura de *Pensamiento Crítico*”, ver *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 16-17, p. 107, 2000. Pablo Milanés se tornaria, com o tempo, um cantor famoso de Cuba.

²⁷ Novamente, a literatura nos oferece a mais potente e irônica ilustração sobre o contraste entre a proibição dos Beatles nos anos 1960 e a “reabilitação” de John Lennon nos anos 1990. Ver, por exemplo, José Antonio Ponte, *La fiesta vigilada*, Barcelona, Anagrama, 2006.

²⁸ É possível pensar que o relaxamento da proibição de professar uma religião tenha sido outra manifestação da capacidade do regime de enfrentar suas deficiências. Com efeito, através da religião foi canalizada, a partir da década de 1990, boa parte do descontentamento e da angústia dos cubanos diante das duríssimas condições de vida e da falta de perspectiva de futuro, de um modo provavelmente menos perigoso para o regime do que o que poderiam ter sido outras eventuais vias para canalizar a frustração. A religião – parece ter lembrado o regime em seu proveito –, é o ópio do povo.

²⁹ Ver Carlos Franqui, 1981, p. 280-286; Néstor Almendros e Orlando Jiménez Leal, *Conducta impropia*, Madri, Playor, 1984. A ‘caçada’ se chamou “a noite dos 3 P” porque, de acordo com seus inspiradores, foi dirigida contra proxenetas, prostitutas e pederastas.

conhecidos, inclusive internamente, seria o dos “povos cativos”, construído sob o regime de trabalho forçado e direcionado a pessoas consideradas *non gratal* para a Revolução. Estes experimentos deslocariam famílias inteiras dos trabalhadores forçados que permaneceriam durante anos em condições de quase prisioneiros nos povoados vigiados.³⁰

Já mencionamos brevemente a difusão de uma vastíssima rede estatal de espionagem e delação, da qual Carlos Franqui fora objeto em 1959 quando ainda era diretor do jornal *Revolución* e participava da intimidade do poder, e que o escritor Eliseo Alberto, filho do reconhecido poeta cubano Eliseo de Diego, relata de maneira vívida no *Informe contra mi mismo*. Este mecanismo de vigilância, ao mesmo tempo onipresente e difuso, propagaria progressivamente a sensação de controle da população sobre qualquer vida pessoal e coletiva, forçando as condutas a adaptar-se não só de maneira pública, mas também de maneira privada, à correção política tal como esta era determinada pelo regime. A prática regular da visita de funcionários da Segurança do Estado às casas dos cidadãos a fim de recolher informação sobre qualquer pessoa suspeita de que esta tenha conhecimento faz com que omitir uma suspeita, por menor que seja, possa ser perigoso, e denunciar um desafeto e suspeito eventual possa ser considerado um simples ato de proteção pessoal. A delação de amigos e conhecidos a pedido da Segurança do Estado tornou-se uma prática comum para todos os cidadãos, com o consequente impacto nas relações interpessoais.³¹

Para terminar, é impossível esquecer que desde o início dos anos 1960 a prisão política é, em Cuba, o destino que ameaça todos aqueles indivíduos suspeitos de dissidência, aumentando ainda mais, se necessário, o preço a pagar dos desafetos em relação ao regime.³² Com a

³⁰ Dos 21 povos cativos descritos, a maior parte estava localizada na região de Pinar del Río. Ver “Pueblos Cautivos. Entrevista com o Dr. José Luis Piñeiro”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 20, p. 228-231.

³¹ *Informe contra mi mismo* (Madri, Alfaguara, 1996) relata a trama inescapável da delação generalizada e é, nesse sentido, uma leitura imprescindível: sua primeira frase diz: “O primeiro relatório sobre minha família foi-me solicitado no final de 1978”.

³² Desde Huber Matos e Pedro Luis Boitel até Raúl Rivero, a lista de antigos revolucionários ou amigos da Revolução que passaram para a oposição e foram presos durante anos é longuíssima e inclui Martha Frayde, Diretora do Hospital Nacional de Havana e delegada na Unesco nos anos 1960; Gustavo Arcos, que participou do assalto a Moncada; Vladimiro Roca, filho do dirigente comunista Blas Roca, só para citar alguns. Sobre as condições deploráveis nas quais eram mantidos os opositores políticos, ver, entre outros, Huber Matos, *Cómo llegó la noche*, Buenos Aires, Tusquets, 2002.

eliminação de qualquer tentativa mais violenta de oposição ao regime desde a metade dos anos 1960, os presos políticos das décadas seguintes foram essencialmente presos de consciência, militantes dos direitos humanos e ativistas religiosos; ainda que seja difícil obter um número completo de presos políticos e de opinião em Cuba desde 1959, seu número permanente nos últimos anos aproxima-se de trezentos, contabilizando, aproximadamente, 1.500 entradas e saídas das prisões por períodos curtos, a cada ano.

Pouco a pouco, o medo de ficar estigmatizado como inimigo do regime, junto com a compreensão de que o acesso aos benefícios distribuídos unicamente por aquele exigia a realização de gestos claros de adesão, foram tecendo as coordenadas particulares por meio das quais a conduta racional da população cubana foi sendo progressivamente orientada, nos CDR, nas organizações juvenis ou nos locais de trabalho. Do mesmo modo, cabe acrescentar que tornar-se membro do Partido Comunista e de suas organizações paralelas se consolidou como as vias praticamente obrigatórias para ter acesso a benefícios variados, desde a entrada na Universidade até a possibilidade de viajar ao exterior.

Dessa forma, com o tempo e de modo quase imperceptível, os comportamentos orientados primeiramente pelo entusiasmo participativo dos momentos iniciais foram sendo alimentados pelo medo, pelo conformismo e pela aceitação resignada a desempenhar publicamente o papel que a Revolução exigia de cada cidadão. Tanto para aqueles que nunca tinham apoiado realmente a Revolução, quanto para aqueles que tinham perdido o entusiasmo inicial diante do aumento das dificuldades ou do controle político e da repressão, ficou claro que o preço de uma manifestação pública de descontentamento em um regime que controlava todos os recursos e castigava qualquer tipo de oposição era muito alto. É possível pensar que o custo de uma manifestação visível de qualquer tipo de descontentamento em relação ao regime foi se tornando tanto mais alto quanto mais altas eram as expectativas sociais: mais alto para um artista, para um estudante ou para um professor universitário que espera ser autorizado a prosseguir seus estudos ou participar de eventos no exterior, do que para um camponês ou um operário. Apesar disso, também para o cubano com menos expectativas sociais, o custo de uma manifestação pública de descontentamento mostrou-se cada vez mais elevado à medida que se tornaram mais difíceis as condições de subsistência, pois podia significar uma restrição ainda maior

no âmbito do trabalho, moradia ou mobilidade, mas, sobretudo, um aumento na vigilância das microcondutas que implicavam algum delito (compra no mercado negro, compra de moedas estrangeiras, desvio de bens públicos, etc.) das quais, como veremos mais adiante, grande parte da população, por necessidade, participou desde muito cedo, e que envolveu toda a população a partir da crise de 1990.

Sendo assim, a vigilância revolucionária entusiasta do início se transformou em delação como forma de autoproteção, e a mobilização na praça, a participação nas organizações de massa e em atos de repúdio transformaram-se em manifestações da vontade de representar publicamente o papel determinado pela Revolução, ainda que por trás dos comportamentos exibidos publicamente assomasse cada vez mais a frustração, a hipocrisia e o que os próprios cubanos batizaram de uma “dupla moral”: uma moral aparente, de adesão aos ditames e aos slogans do regime, e uma moral subterrânea, para a qual o roubo de bens públicos, o tráfico no mercado negro, os empreendimentos privados clandestinos, a aquisição ilegal de moedas estrangeiras ou a procura de mil maneiras de “resolver” os inumeráveis e cada vez maiores problemas da vida cotidiana foram se tornando o modo mais normal e generalizado de sobrevivência.³³

É difícil para um observador encontrar na experiência política cubana posterior a 1970 qualquer traço dos ares de emancipação que atravessaram, de maneira contraditória e decrescente, nos anos posteriores à Revolução. Ares que foram deslocados pela instalação de um sistema de controle total que encontrou no medo o princípio de ação que podia substituir a Virtude, entendida como consciência e entusiasmo revolucionário. O funcionamento da máquina estatal deveria, de agora em diante, conseguir que, por prepotência do poder absoluto, o

³³ Voltaremos a falar sobre isso no final do Capítulo 3. De Mirta Ojito, 2006, p. 142, não resisto a transcrever este parágrafo [tradução livre]: “Orestes, Mirta! Você estão aí? gritaram pela última vez, talvez por que suspeitassem de que estivéssemos em casa e não estivessem satisfeitos de que nos atrevéssemos a estragar a meta de participação perfeita (na manifestação contra a “escória” do Porto de Mariel); ou talvez ninguém se importasse com a meta e só fingiam ir para que os demais achessem que eram verdadeiros revolucionários”. Um dos meus interlocutores, antigo membro do Comitê Central do PCC, homem coerentemente de esquerda, exilado desde os anos 1990, me explicou, por sua vez, que para qualquer cidadão comum que enfrenta a necessidade praticamente inevitável de agir à margem da lei para poder sobreviver em condições de relativa dignidade, o maior perigo na vida cotidiana em Cuba é encontrar um “verdadeiro crente” na Revolução, sempre disposto a denunciar as condutas legais de seus concidadãos. Existem poucos, me disse, mas sempre pode sobrar algum.

comportamento dos homens fosse, necessariamente, por medo ou por prudência, aquilo que não se dispunha a ser em razão de uma vontade revolucionária, aquilo que tinha demonstrado não ser simplesmente por “consciência”. A mudança do entusiasmo para o medo, do espírito de transformação em adaptação e conformismo parece ter-se completado definitivamente durante o “quinquênio cinza”, denominação com a qual muitos cubanos aludem, não sem ironia, aos quinze anos de domínio do modelo soviético na ilha. Esse período foi, paradoxalmente, o de maior crescimento econômico e social sob o regime que surgiu da Revolução Cubana e o de repressão definitiva da energia revolucionária liberada durante a primeira década; o de maior prosperidade e o de maior desencanto e distanciamento.

Com efeito, a aceitação do modelo soviético de desenvolvimento, que permitiu a Cuba usufruir de subsídios milionários e de termos de troca extremamente favoráveis com a URSS e com os países do Comecon fez com que, entre 1972 e 1985, fossem produzidos os melhores resultados dos cinquenta anos do processo da Revolução Cubana. Desse período datam os índices mais favoráveis de desenvolvimento social: como exemplo, lembremos que a mortalidade infantil passou de 33,4% em 1958 para 10,7%, em 1990; o número de médicos por habitantes passou de 9,2 em 1958 para 36,4, em 1990 (com uma diminuição notável em razão do exílio desses profissionais em 1962, só alcançando em 1974 as cifras pré-revolucionárias); a taxa de analfabetismo – que tinha sido reduzida pela metade na primeira década revolucionária – diminuiu cerca de 75%, entre 1970 e 1979, e a construção de casas aumentou fortemente a partir de 1972 (ainda que tenha continuado inferior às necessidades acumuladas).

Ao mesmo tempo, a inclusão definitiva da experiência cubana no modelo institucional da ditadura de partido único de tipo soviético colocou um fim à expectativa de experimentação revolucionária, para aqueles que ainda a conservavam. O regime que se instalava definitivamente deixava claro que certa segurança mínima compartilhada – real, ainda que insuficiente³⁴ – era inseparável de uma forma polí-

³⁴ Que essa segurança econômica era real, experimentaram-na especialmente os que tinham se beneficiado, da melhor maneira, dos progressos sociais introduzidos pela Revolução; que era insuficiente, viveram todos os cubanos nas filas de racionamento e nos becos do mercado negro e comprovariam-no especialmente os que receberam pela primeira vez, em 1978, a visita de seus parentes enriquecidos, emigrados aos Estados Unidos durante as duas primeiras ondas de êxodo.

tica que não só não tinha lugar para as liberdades individuais ou públicas, mas que já não esperava – se é que alguma vez o tinha feito – que de dentro da sociedade civil surgisse uma maneira de organizar uma nova forma de sociabilidade. Uma forma política de acordo com a qual a sociedade era o terreno de operações, moldado à vontade pelo controle total dos recursos econômicos, políticos, ideológicos, coercitivos, de um plano superior executado a partir da observação de um olhar absoluto aboletado no topo da pirâmide. A institucionalização centralizada do ordenamento político, sob a égide indiscutível do Partido Comunista de Cuba, o planejamento centralizado da economia sob o controle total do Sistema de Direção e Planejamento da Economia (SDPE), reproduziram de um modo mais ou menos imperfeito os instrumentos de controle e organização que vigoravam nos países do Comecon. Curiosamente, só o poder indiscutível de Fidel e sua liderança autocrática incontestável deram um colorido diferente ao modelo cubano de organização política centralizada e total, comparado ao estatismo burocrático soviético.

O êxodo desesperado, desordenado, de mais de 120 mil pessoas do Porto de Mariel mostrou, como nenhum outro fato, o fim da ilusão de que o triunfo da Revolução significaria uma oportunidade inédita para a liberdade e para a regeneração política da sociedade cubana. Para aqueles que escaparam, para aqueles que a partir desse momento sonharam em fazê-lo e não desistiram de inventar mil maneiras de cruzar o mar em balsas,³⁵ a frágil balança que mantinha equilibrado o prato da igualdade de condições em um contexto de segurança econômica (mesmo que de baixo nível) e de subordinação política absoluta com a ânsia de liberdade pública e civil, de desenvolvimento auto-orientado do próprio destino, já tinha começado a pender para um lado sem volta.

³⁵ Os diferentes relatos que tive a oportunidade de escutar no decorrer de minha pesquisa sobre as maneiras como as pessoas conseguiram sair de Cuba são extraordinários, pela mistura de criatividade, paciência, risco e desespero que costumam combinar. Como disse um dos meus interlocutores, que após uma das mais sofisticadas estratégias (desenvolvida no decorrer de quatro anos), consegui sair do país legalmente junto com sua mulher e sua filha, “de uma maneira ou de outra, todos nós, cubanos, que conseguimos sair somos balseiros”. Para uma história conhecida publicamente sobre estas estratégias incríveis, ver José Luis Llovio-Menéndez, *Insider: My Hidden Life As a Revolutionary in Cuba*, Nova York, Bantam Books, 1988.





CAPÍTULO 3

Sobre o princípio de ação do regime cubano, o medo e a dominação total

Un gouvernement républicain a la vertu pour principe; sinon, la terreur. Que veulent ceux qui ne veulent ni vertu ni terreur?
Saint-Just, *Fragments, Oeuvres*, 381.

As páginas anteriores pretenderam apresentar, no decorrer da primeira década da Revolução Cubana, os elementos que deram origem, ao mesmo tempo, ao processo radical de nivelamento das condições procurado e obtido pelos dirigentes máximos e ao processo concomitante de concentração de poder nas mãos desses mesmos dirigentes, particularmente nas mãos de Fidel Castro, para a formação de um regime de dominação total. Tentei manter o equilíbrio ou a tensão entre a postulação implícita da hipótese de que o propósito da Revolução foi, para os seus principais dirigentes, a realização de uma sociedade igualitária e de que tal propósito foi, para Fidel Castro, inseparável da concepção



construtivista do social, da ideia segundo a qual a nova sociedade devia ser organizada de cima para corresponder ao que podia e devia ser. E tentei descrever, também, o modo como, no decorrer desse processo, a participação voluntária e a manifestação pública de adesão ao regime foram transformando, pouco a pouco, a sua própria natureza.

Nessa descrição, procurei desconsiderar qualquer outra hipótese sobre os desejos e motivações de Fidel Castro e dos que o acompanharam e parti voluntariamente da aceitação da melhor interpretação possível a respeito de sua ação: a de um revolucionário decidido a instalar, da maneira que fosse, uma sociedade mais justa e igualitária, que considerava que só submetendo todos os mecanismos de poder ao seu controle poderia alcançar este fim. Optei por esta interpretação, entre outras coisas, porque o propósito do meu trabalho não é demonizar os líderes da Revolução, mas sim, questionar a associação entre construtivismo e igualitarismo radical, seu caminho na direção da dominação total, da Revolução Cubana. Mas assim como não me interessa considerar características tais como a ambição ou a vontade de poder de Castro, considero, sim, importante refletir sobre o impacto do seu carisma na rápida formação de um poder total altamente personalizado e a particularidade de que a permanência desse elemento carismático, personalista, dá ao regime de dominação total em Cuba. Concluirei este ensaio propondo alguns pontos de ancoragem na dinâmica igualação/opressão que tentei mostrar no capítulo anterior.

Revolução e concentração de poder: o beco sem saída da lógica revolucionária

Da descrição acima, é possível afirmar que não se pode separar, na história da Revolução Cubana, o processo de consolidação da Revolução e, com ela, o forte avanço do nivelamento das condições, do processo de concentração do poder nas mãos de Fidel Castro. Diante do argumento que defende que a ausência de uma estrutura política revolucionária orgânica favoreceu a concentração de poder em uma pessoa, agora parece mais acertado pensar que o processo de concentração de poder foi destruindo implacavelmente os focos de organização da estrutura política revolucionária existente: o caminho feito até aqui tentou evidenciar o modo como Fidel Castro executou decididamente este processo de concentração, sufocando, em um curto espaço de tempo, todos os fo-

cos de organização e iniciativa política que não aceitaram subordinar-se completamente ao seu comando. Em outras palavras, a destruição das expressões políticas preexistentes ou sua subordinação à expressão inconstante da vontade de Fidel Castro – primeiro como ORI, depois como PURS e finalmente como PCC, passando pelas diversos expurgos do grupo de Escalante e a microfusão – não é tanto o resultado não desejado de uma história anterior, mas principalmente o resultado de um processo colossal e bem-sucedido de concentração de poder nas mãos de quem conseguiu se transformar, incontestavelmente no dirigente máximo da Revolução.

Como já destacamos, no início da Revolução os contornos do projeto construtivista e recriador, a ideia do que a nova Cuba poderia e deveria ser, careceram de uma definição precisa e as disputas entre as vozes mais voluntaristas e radicais, como a de Che Guevara e as vozes mais afins com as teses soviéticas, foram se definindo no terreno e, em última instância, precisamente através da intervenção de Fidel Castro. Com efeito, a coexistência da convicção de que se devia *construir* a sociedade desejada, unida ao contorno indefinido da ideia dessa sociedade, parece ter sido o terreno propício para que a lacuna entre o ideal e sua concretização encontrasse sua encarnação em um líder dotado de vontade férrea de cobrir com sua pessoa essa distância entre um ideal difuso e uma sociedade a ser construída de acordo com tal ideal.

Outras revoluções do século XX – a soviética, a chinesa – nos ensinaram a respeito da afinidade entre personalização e concentração do poder revolucionário e comprovaram a convicção de que o afã construtivista, a pretensão de moldar de cima a sociedade, está indissolivelmente ligado à convicção de que esta tarefa deve ser encarada de modo onipotente desde o ponto mais alto da sociedade. Para organizar o todo social, para atribuir a cada parte do todo a sua função, as suas metas, os seus critérios de sucesso e de fracasso, nada mais apropriado do que o surgimento de uma vontade absoluta capaz de organizar o todo, dotada de um poder igualmente absoluto capaz de fazer cumprir essa vontade.

No processo da Revolução Cubana, observamos de que modo, para concretizar essa ideia, para determinar o que está de acordo com o princípio revolucionário, levantou-se de maneira inconfundível a palavra do líder: na pessoa de Fidel, na sua vontade carismática, será resolvida, definitiva e brutalmente, a polissemia revolucionária. Fidel, já dissemos repetidas vezes, *é* a Revolução, e só ele poderá distinguir os leais dos trai-

dores, saber quem está *dentro* e quem está *fora* ou *contra* a Revolução. Seu poder será a encarnação da Totalidade, do destino do povo cubano, da Revolução como redenção e realização. A encarnação do ideal na palavra do líder, longe de encobrir esse ideal, dará a ele uma definição extraordinária: ao povo corresponde amar a Revolução, e a Revolução será, em seu conteúdo, enunciada por Fidel.

A concentração total de poder nas mãos do líder parece fornecer, dessa forma, uma orientação sem falhas para perseguir o ideal revolucionário. A extraordinária rapidez com que Fidel Castro conseguiu eliminar qualquer oposição e concentrar o comando em suas mãos durante os anos 1960, que já descrevemos anteriormente, pode ser percebida nesta indicação: submeter o ideal da Revolução ao conflito hermenêutico de interpretações opostas colocaria em risco o papel planejador e construtor da direção revolucionária. Como seria possível exigir de cada um que ocupasse disciplinadamente o lugar que a Revolução lhe atribuía, se esse lugar podia ser disputado? Opor-se à decisão do líder só podia ser um erro grave ou uma traição.

Há mais de 70 anos, os julgamentos de Moscou nos ensinaram que não foi só por medo que revolucionários de primeira linha aceitaram fazer parte da dramática paródia de confissão de culpa montada por Stálin e seus comparsas. Presos na armadilha implacável da lógica revolucionária, não puderam escapar do fato de que, se a Revolução se personificava em uma cúpula onisciente, a designação como traidores feita por esta cúpula era imbatível. Para alguns, foi mais fácil sobrepor-se à própria certeza subjetiva – eu sei que não sou um traidor – do que destruir a lógica revolucionária da qual faziam parte, na qual tinham formado a sua inteligência do mundo.

Essa impossibilidade para os “comunistas de boa-fé”, como os chamou Claude Lefort, de transpor essa adesão a uma visão dos assuntos humanos tão totalizadora quanto torturante, ainda que batesse de frente com sua certeza subjetiva de inocência e podendo custar-lhes a vida, foi tratada de diversas maneiras na literatura e na teoria política.¹ Não há dúvida de que também em Cuba podemos imaginar que para alguns

¹ Ver, entre outros, Claude Lefort, *La Complication, Retour sur le Communisme*, Paris, Fayard, 1999; Arthur Koestler, *El Cero y el Infinito*, Barcelona, Destino, 1980; Jean-Toussaint Desanti, *Un destin philosophique*, Paris, Grasset, 1982; Georges Orwell, 1984, Barcelona, Destino, 2008.

revolucionários da primeira hora, assim como para os que foram executados em Moscou, o preço de pagar com sua liberdade ou com sua vida era menor do que destruir de uma vez tudo o que tinha dado sentido a sua vida. Tendo afirmado, no momento devido, de bom ou mau grado, a convicção de que só a Revolução podia designar objetivamente os papéis e os lugares de culpados e inocentes e de que o Terror deveria ser uma arma da Virtude, viram-se despojados de qualquer resposta aceitável para eles mesmos quando o curso dos acontecimentos destinou-lhes o lugar de vítimas para o sacrifício.²

Com certeza, também houve os que preferiram sobrepor-se às próprias certezas subjetivas para não abandonar o desenrolar de um processo ao qual tinham dedicado sua vida e que sabiam estar definitivamente identificado com a pessoa de Fidel Castro. É possível que esta tenha sido a opção de Che Guevara quando partiu definitivamente de Cuba. Talvez tenha sido também a opção do general Arnaldo Ochoa, herói indiscutível da Revolução, fuzilado após reconhecer que era culpado – sem apresentar defesa alguma – de traição à pátria por esconder atividades ilegais de seus subordinados (especialmente o narcotráfico) que Ochoa sem dúvida conhecia, mas que seus superiores – até chegar aos irmãos Castro – não podiam desconhecer.³ Como com certeza também foi a

² A repentina e brutal ruptura de sentido de toda uma vida revolucionária é apresentada de uma maneira literariamente pobre, mas vitalmente estremeecedora em *El furor y el delirio* de Jorge Masetti (Buenos Aires, Tusquets, 1999). Filho de Jorge Ricardo Masetti, o jornalista argentino fundador da *Prensa Latina* que morreu quando comandava as forças que, procedentes da Argentina, deviam se unir a Che Guevara na Bolívia, Jorge Masetti teve uma vida de revolucionário profissional a serviço do Estado cubano. Casado com Ileana de la Guardia, filha de um alto funcionário do regime castrista, Antonio de la Guardia, Masetti viu literalmente cair em pedaços o seu entendimento sobre o mundo quando, em 1989, seu sogro foi acusado de traição e fuzilado no mesmo julgamento que sentenciou à morte Arnaldo Ochoa.

³ A versão generalizada desses acontecimentos é que efetivamente alguns subordinados de Ochoa, particularmente os irmãos De la Guardia, executavam operações importantes de narcotráfico, que ao mesmo tempo que forneciam uma renda considerável ao regime, não podiam ser desconhecidas de Ochoa ou de seus superiores (até chegar aos próprios irmãos Castro). Como em outros aspectos da vida cotidiana em Cuba, também aqui, mas em outra escala, as atividades ilegais permitiam financiar os gastos – por exemplo, a manutenção das tropas em Angola através do contrabando de marfim – até que a cúpula do regime decidiu, por um motivo qualquer, sacrificar os seus agentes. Sobre a motivação, parece certo que Ochoa manifestava simpatias com a *perestroika* em andamento na URSS e dada a sua reputação de peso, era motivo de preocupação nos níveis superiores da Revolução e o seu sacrifício resolvia, simultaneamente, um problema diplomático sério (com países amigos de Cuba, mas também com os Estados Unidos) devido ao tema do narcotráfico e um potencial problema de política interna. Ver, entre outros, Jorge Masetti, 1999; Norberto Fuentes, “A diez años del caso Ochoa”, em *El Nuevo Herald*, Miami, 11 de julho de 1999.

opção de outras vítimas do poder castrista, assim como Ochoa, antigos companheiros do início, que aceitaram seu próprio destino de prisão ou de morte resignadamente.

Entretanto, não devemos esquecer que também existiram aqueles que, por nunca terem participado do ideal revolucionário de construção de uma sociedade desde cima ou por terem acreditado no caráter de restauração democrática da Revolução, dela afastaram-se muito cedo sem ser vítimas do *double bind* implacável da lógica revolucionária: Huber Matos, Manuel Ray. Contudo, existiram outros que, fiéis às suas convicções transformadoras, puderam, porém, escapar já no início da identificação entre Fidel e a Revolução, mesmo com o risco de ser acusados de traidores: Carlos Franqui entre os primeiros. E existiram muitos outros que após longos anos de fidelidade incômoda com o regime romperam de repente, ou talvez progressivamente, esse laço duplo e fatal que parecia condená-los a ser fidelistas ou traidores: Jesús Díaz, Raúl Rivero e tantos outros cubanos presos, exilados ou mortos por terem, um dia, desmontado os mecanismos de uma adesão que mantinha cativa a sua percepção do mundo e a sua sensibilidade.

Não é ocioso nos perguntarmos se a revolução moderna, entendida de uma forma construtivista, recriadora da sociedade, pode prescindir da instituição de uma liderança inquestionável que impeça os efeitos dissolventes do conflito a respeito do seu sentido, do mesmo modo que o estabelecimento de uma hierarquia militar férrea impede o questionamento das ordens no momento do combate. Também é preciso questionar se a Virtude pode, tal como é concebida desde a cúpula do poder revolucionário, separar-se do Terror, se pode a Revolução, que concentra o poder em nome do poder do povo, do Povo Único, devolver logo, efetivamente, esse poder à sua fonte – a pluralidade de vozes de uma cidadania variada. No entanto, se a resposta a estas perguntas for negativa, se finalmente só puder se institucionalizar aquela Virtude e aquele Terror sob a roupagem antiemancipadora da obediência ao poder e o aparecimento resignado de um medo obediente, isto não deveria fazer com que questionássemos a Revolução e não endeusássemos esses novos tipos de despotismo? Se isto for assim, que liberdade e igualdade as revoluções estariam prometendo? Para estas perguntas tentaremos, se não responder, pelo menos fazer frente a elas.

Que liberdade, que igualdade? Os caminhos do medo e da obediência

Como traduzir em palavras a percepção de uma liberdade em ação que se transforma em comportamento obediente? Como traçar, no fenômeno revolucionário, o limite entre a emancipação e seu oposto, entre liberdade e submissão? O que restou, cinquenta anos depois, do sonho de uma nova moralidade, de uma liberdade plena, do amor igual da Virtude?

Nos capítulos anteriores tentamos mostrar de que maneira, no processo de concentração de poder e de eliminação da legitimidade de qualquer resistência, o entusiasmo geral inicial, acompanhado de uma intensa mobilização voluntária, foi se transformando progressivamente durante a primeira década da Revolução até formar um tipo de conduta que poderíamos identificar como guiada, sobretudo, pela convicção de que só realizando os gestos externos que o regime exigia – estar presente nas manifestações, fazer trabalho gratuito, participar dos órgãos coletivos – o cubano médio podia pretender certos benefícios materiais, ter acesso aos caminhos preferenciais de promoção social (educação, trabalho) e podia, também, escapar da perigosa designação de inimigo da Revolução. Procuramos indicar de que maneira aquilo que, no início, expressava o entusiasmo da ação livre foi adquirindo características de um comportamento mais bem compreendido em termos de obediência ou de submissão, fosse ela resultado do medo ou da conveniência, sob um regime que dava um caráter ilegal a qualquer manifestação de independência de critérios, de autonomia de pensamento. Tentamos mostrar, na descrição dos acontecimentos, o movimento subterrâneo pelo qual o apelo moral à Virtude foi sendo substituído pela instrumentação da obediência, ao mesmo tempo que o Terror destinado à contrarrevolução ia se transformando em um medo difundido e disseminado, destinado a ordenar o comportamento da população em sintonia com as exigências de reprodução do regime.

Agora, ao descrever a transformação do entusiasmo em medo, do apelo à virtude revolucionária em igualação no temor, procuramos evitar sucumbir tanto à tentação de simplificar uma mutação complexa, a instituição de uma nova configuração de sentido, que não pode se resumir a uma subordinação muda, efeito do terror, a um regime despótico. Nos parágrafos anteriores defendemos que o medo, sozinho, não pode explicar a docilidade de tantos revolucionários em aceitar o

seu destino de morte ou o ostracismo; nessa mesma direção, devemos nos perguntar sobre a maneira, também complexa, na qual o medo se inscreve, de modo mais generalizado, no emaranhado de significados que organiza a compreensão do social, como paixão organizadora do novo regime. De que maneira a nova articulação posta em andamento pelo regime da Revolução Cubana ou, mais precisamente, a nova articulação que o regime da Revolução Cubana *é*, fez do medo a sua paixão organizadora? De que maneira fez do medo, como princípio de ação, o núcleo de compreensão de comportamentos que são, ao mesmo tempo, de simples sobrevivência, mas também de acomodamento, de progresso e de socialização? Dito de outro modo, acreditamos que é preciso definir melhor o modo particular pelo qual, na estrutura de uma nova forma de governo, o medo ergueu-se como o que podemos denominar – seguindo Montesquieu – o princípio de ação do regime que se consolidou após a Revolução Cubana.

É necessário esclarecer algo: ao afirmar que o regime cubano pode ser mais bem compreendido se o observarmos pelo prisma do princípio de ação do medo, não pretendemos defender que o medo é a única paixão ativa que mantém o regime – sem dúvida, outras paixões, entre elas o nacionalismo, ao qual o regime apelou cada vez mais desde o fim dos regimes comunistas no resto do mundo, agem como fatores de coesão – e nem, como dizíamos, que o medo deve ser entendido como um comportamento passivo diante de uma ameaça externa. Entendemos que, de acordo com Montesquieu, a afirmação de que o medo tornou-se o princípio de ação do regime significa que para se reproduzir de maneira estável, o regime teve que ser capaz de criar e recriar essa paixão e os comportamentos que essa paixão inspira, através das leis, das convicções e dos costumes. Em outras palavras, a reprodução do medo na estrutura da vida social deve ser compreendida não só como simples medo – medo consciente – mas também como a inclusão, através da vivência cotidiana, da certeza de que nada de bom (e muito de mau) espera aqueles que discordam publicamente do regime. Essa certeza, essa convicção, é interiorizada pelos súditos do regime, permeando seus cálculos, seus comportamentos, sua leitura da realidade, ainda mais porque, para a maioria dos cubanos, qualquer perspectiva de que os assuntos de interesse comum possam, em razão das ações dos indivíduos que deles discordam, ser de outra maneira, parece estar excluída: o dissenso público – tal é o conselho que o medo, incorporado aos costumes, susurra –, só pode trazer problemas.

Tentaremos, para concluir este capítulo, dar um olhar, por assim dizer, geral sobre o medo: por um lado, destacando de que maneira a lei e o poder político em Cuba formaram um sistema de coerção que fez do medo o seu princípio regulador. Por outro lado, refletindo sobre a maneira pela qual a dinâmica do sonho revolucionário de igualação das consciências através do amor à Revolução converteu-se na igualação pelo medo. Finalmente, perguntando-nos sobre o modo pelo qual o medo é, por sua vez, a base de uma nova moralidade que mantém, à sua maneira, a reprodução do regime.

A deterioração do sonho de liberdade política: a imbricação entre poder, lei e a palavra do líder

Em diferentes oportunidades, Claude Lefort destacou que a posição do poder e a dimensão da lei podem nos fornecer uma chave privilegiada para compreender o dispositivo simbólico que organiza as coordenadas para distinguir o justo do injusto, o legítimo do ilegítimo, o verdadeiro do falso, em um regime político visto em um sentido mais amplo, ou seja, como uma forma de instituição da vida em comum. Entendemos que essa indicação também pode nos ajudar a compreender melhor de que modo um impulso original de emancipação pôde, no decorrer da Revolução Cubana, transformar-se em submissão, de que maneira o medo, entendido como princípio de ação, se molda, se expressa e se alimenta do próprio regime.

Utilizando as indicações de Lefort na sua abordagem sobre o regime totalitário na União Soviética, podemos observar que, também em Cuba, assistimos à superposição progressiva das instâncias do Poder e da lei, instâncias estas dissociadas, tanto em sua produção, quanto, sobretudo, na sua referência de legitimação, dos regimes democráticos modernos. Se em um primeiro momento, o momento revolucionário, a condensação da nova legalidade em movimento no Poder Constituinte e a encarnação deste em uma liderança revolucionária parece obedecer às necessidades criadas pelo próprio processo revolucionário, a concretização definitiva dessa condensação sob as formas institucionais da Revolução nos anos 1970 já demonstram uma forma de regime propriamente dito. Ou seja: como em todas as revoluções modernas, a afirmação de que o poder reside no povo abriga tanto a possibilidade de uma experiência de disseminação dos espaços de criação de poder, como a

possibilidade – verificada, finalmente, em todas as revoluções socialistas do século XX – da apropriação do poder por parte de um núcleo restrito que, em nome da legitimidade revolucionária instituída e da realização de uma legalidade suprapolítica, personificará em seu corpo esse poder. Este último foi, também, o destino da Revolução Cubana.

Dessa forma, a superposição entre poder e lei que identificamos em seu caráter simbólico nas revoluções do século XX também pode ser identificada no emaranhado institucional do regime que surgiu após a Revolução Cubana. Ilustraremos com alguns exemplos esta afirmação. Notamos, por exemplo, que isto está inscrito sem reservas na Constituição da República de Cuba que afirma em seu artigo 53 que “se reconhece aos cidadãos liberdade de expressão e liberdade de imprensa em conformidade com os fins da sociedade socialista”, ao mesmo tempo que enuncia, em seu artigo 5º que “o Partido Comunista de Cuba, martiano (guiado pelos ideais de Martí) e marxista-leninista, vanguarda organizada da nação cubana, é a força dirigente superior da sociedade e do Estado, que organiza e orienta os esforços comuns em direção aos mais altos fins da construção do socialismo e o avanço em direção a uma sociedade comunista”.⁴ Isto é, a frase “a conformidade com os fins da sociedade socialista” a respeito das liberdades está ligada, não só na prática do regime, mas em seus próprios fundamentos, à interpretação que o Partido Comunista de Cuba faz dessa conformidade. Em outras palavras, os fins da sociedade socialista, tal como eles são interpretados em última análise pelo PCC, “força dirigente superior da sociedade e do Estado”, estabelecem o alcance das liberdades consagradas na lei fundamental. A função da lei, que em um regime plural conta com uma terceira instância através da qual se neutralizam, se objetivam e se dirimem os conflitos entre as partes, aparece nesta forma de regime como *representante* de uma delas, como representante do detentor do poder político.

Da mesma forma, o artigo 3º introduzido pela reforma de 2002, expressa que: “o socialismo e o sistema político e social revolucionário estabelecido nesta Constituição, testado por anos de heroica resistência mediante todo tipo de agressões e pela guerra econômica dos governos da potência imperialista mais poderosa que já existiu e tendo

⁴ Constituição da República de Cuba (1976, reformada em 1992).

demonstrado sua capacidade de transformar o país e criar uma sociedade inteiramente nova e justa, é irrevogável, e Cuba não voltará jamais ao capitalismo”.

Dito de outra maneira: a Constituição coloca, acima de sua fonte aparente, que seria a vontade majoritária do povo reunido na Assembleia Nacional do Poder Popular, o caráter irrevogável de uma forma de regime cuja garantia, recordemos, é o Partido Comunista de Cuba. Em outras palavras, é novamente em última análise o Partido Comunista de Cuba (art. 5) quem deverá decidir se uma reforma da Constituição, decidida por uma maioria de dois terços da Assembleia Nacional do Poder Popular (art. 137) está, por sua vez, de acordo ou não com o sistema político e social declarado irrevogável pelo artigo 3º.⁵

Também observamos que a coincidência da lei e do poder político transforma potencialmente qualquer pessoa em desacordo com o poder político, qualquer dissidente político, em delinquente, em infrator da lei. Esta coincidência, própria da natureza do regime, que imprime a sua marca na compreensão da diferença entre legal e ilegal, entre legítimo e ilegítimo, também é visível institucionalmente. Dessa forma, confrontados com um poder político que além de coincidir com a lei, exige dos cidadãos uma manifestação pública de sua conformidade para com ele – no trabalho voluntário, na participação nos CDR, na mobilização nas praças –, a manifestação de desinteresse ou de dissociação a respeito dos fins da Revolução, isto é, do poder, pode não só levar rapidamente ao ostracismo social e à marginalização no trabalho ou na educação, mas também ter consequências penais: a figura legal da “segurança pré-delituosa”, contida nos artigos 72 a 84 do Código Penal Cubano, dirigida contra aqueles que são “propensos a cometer delitos (...) demonstrado pelo comportamento que manifesta[m], contradizendo as normas da moral socialista”, paira como uma sombra sobre qualquer manifestação pública de crítica ao poder, sobre a relação amistosa com algum suspeito

⁵ Artigo 137 (reforma 2002): Esta Constituição só poderá ser reformada pela Assembleia Nacional do Poder Popular mediante acordo adotado em votação nominal, por uma maioria não inferior a duas terças partes do número total de seus integrantes, exceto no que se refere ao sistema político, econômico e social, cujo caráter irrevogável é estabelecido pelo artigo 3 do Capítulo I, e a proibição de negociar acordos sob agressão, ameaça ou coerção de uma potência estrangeira.

ou inclusive sobre uma manifestação muito clara de indiferença.⁶ E a figura do “dissidente” é, em Cuba, como foi na URSS, na Tchecoslováquia ou na Polônia, uma figura que carrega na sua própria denominação a associação entre opositor político e delinquente: ali onde a lei e o poder coincidem, discordar do poder é estar fora da lei. A interiorização dessa situação – que a discordância da opinião política hegemônica é uma infração à lei – comprova o que foi dito anteriormente: a anulação de um espaço público, a orientação do próprio comportamento em razão do medo prudente, o incentivo ao conformismo e, também, a despolitização radical se por ela entendemos a destituição do pensamento político próprio por parte dos cidadãos.

Agora, esta ligação entre lei e poder adquire uma característica particular dada pelo caráter extraordinariamente personalista do regime, encarnado na figura de Fidel Castro. No entanto, ela não é, já destacamos antes, uma característica apenas da Revolução Cubana: na União Soviética, com Stálin; na China, com Mao Tsé-Tung, assistimos a fenômenos parecidos que podem ser diferenciados pela personalidade dos dirigentes máximos e identificados, por sua vez, pela possibilidade ou pela necessidade, gerada por este tipo de regime, de promover desde dentro até uma posição limite, personagens que encarnam em seu corpo o fantasma da onipotência da Revolução.⁷ Entretanto, não é a afi-

⁶ Artigo 72: Considera-se em estado perigoso a propensão especial de uma pessoa a cometer delitos, *demonstrada por seu comportamento, observado em clara contradição com as normas da moral socialista.*

Artigo 73.1: O estado perigoso pode ser verificado quando a pessoa possui algum dos indícios de periculosidade seguintes: a) embriaguez constante e alcoolismo; b) dependência de drogas; c) *comportamento antissocial.*

Artigo 73.2: Considera-se em estado perigoso por comportamento antissocial aquele que quebra habitualmente as regras de convivência social mediante atos de violência ou outros atos provocadores, viola direitos dos demais ou que, *por seu comportamento em geral, rompe as regras de convivência ou perturba a ordem da comunidade* ou vive como um parasita social, vive do trabalho alheio ou explora ou pratica vícios socialmente reprováveis (...).

Artigo 75.1: Aquele que, sem estar compreendido em algum dos estados perigosos a que se refere o artigo 73, *por seus vínculos ou relações com pessoas potencialmente perigosas para a sociedade, para as demais pessoas e para a ordem social, econômica e política do Estado socialista, possa resultar propenso ao delito*, será objeto de advertência pela autoridade policial competente, para prevenir que incorra em atividades socialmente perigosas ou delituosas. (Frases colocadas em destaque pela autora.)

⁷ A respeito da função da “personalidade excepcional”, de um Outro, na formação dos regimes totalitários, ver Claude Lefort, cap. 3, “Légocrate”, em *Un homme en trop*, Paris, Editions du Seuil, 1986. Na literatura leninista, em particular, ou soviética, em geral, proli-

nidade entre regimes de dominação total e a promoção de figuras de exceção o que nos interessa neste ponto. Queremos destacar brevemente de que modo a personalização extrema, ao mesmo tempo que contribui para dar consistência ao regime e se transforma em fator de estabilidade, constitui também e paradoxalmente, seu fator de instabilidade.

É desnecessário lembrar que Fidel Castro foi, desde o início do processo revolucionário e depois, desde a instituição do Partido Comunista como órgão dirigente da Revolução, até sua renúncia por razões de saúde em fevereiro de 2008, Chefe de Estado, Secretário-Geral do Partido Comunista e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Dito de outro modo, enquanto na União Soviética ou na China os partidos comunistas se transformaram, após a morte de Stálin e de Mao, nos órgãos burocráticos nos quais se resolvia a luta pelo poder que pairava sobre a sociedade, em Cuba este poder foi, durante as cinco décadas de existência do regime, indissociável da pessoa de Fidel Castro. Durante esse tempo, apesar dos níveis oscilantes de institucionalização do Partido Comunista de Cuba, os movimentos no seu interior, as mudanças bruscas de direção na orientação das políticas, o fato de subir e de cair em desgraça, só podem ser entendidos com base nas decisões absolutas de seu líder máximo.

Como apareceu ao longo dos capítulos anteriores, o processo de identificação entre a Revolução e a palavra de seu líder máximo consolidou-se de maneira radical desde o início. Conforme já destacamos anteriormente, a tarefa construtivista, de formação da sociedade à imagem e semelhança de um ideal, encontrou sua concretização ao se personificar em uma figura, a figura do líder: é na sua palavra – na qualidade de Presidente, Comandante, Secretário-Geral e no seu caráter carismático de Pai da Revolução – que se expressa a união da lei e do poder na cúpula do regime. Como aconteceu com a palavra de Mao Tsé-Tung e de Stálin até sua morte, a palavra de Fidel não admite réplica ou desmentido nem de outras palavras nem da realidade.

feram as afirmações que legitimam o exercício do poder ditatorial como expressão da verdadeira natureza da Revolução e com isto a essência da vontade do povo. “Assim”, defendia oportunamente Lênin, “não existe absolutamente nenhuma contradição de princípios entre a democracia soviética (ou seja, socialista) e o exercício do poder ditatorial por certas pessoas” (V. I. Lênin, “Seis tesis acerca de las tareas inmediatas del poder soviético”, em *Obras Escogidas*, Moscou, Progreso, 1973, t. VIII, p. 50).

A longevidade de Fidel Castro atrapalhou a passagem da encarnação personalista para a consolidação burocrática dos meios do poder. Sua presença como líder indiscutível da Revolução tornou, durante cinquenta anos, inimaginável a possibilidade de conflitos abertos no regime; as únicas mudanças bruscas foram as introduzidas por ele mesmo; os conflitos internos foram resolvidos, inevitavelmente, com defenestrações brutais. E pelo menos até 2008 nenhum funcionário do regime cubano, fosse qual fosse seu cargo ou sua rede de ligações dentro do regime, podia sentir-se seguro de estar a salvo de tal defenestração, brusca e brutal, decretada por Fidel. Tudo parece indicar que só depois do desaparecimento físico, definitivo, de Fidel Castro, assistiremos em Cuba a movimentos importantes de questionamento e abertura dentro do regime. Ainda que fisicamente fraco, só sua presença parece suficiente para impedir (ou quase impedir) qualquer manifestação de dissidência interna; a queda em desgraça, em março de 2009, de Carlos Lage e Felipe Pérez Roque, acusados por Fidel de “indignidade” e “ambição”, só confirmam esta percepção.

Assim, o carisma de Fidel teve, durante muito tempo – entre os setores afins ao regime que surgiram após a Revolução – um efeito estabilizador à medida que o regime foi perdendo a sua aura emancipadora: na sua figura exorbitante se deposita o conteúdo da lei revolucionária. Mas, ao mesmo tempo que este caráter extraordinariamente personalista dá estabilidade ao regime como tal, já que personifica na figura perene de Fidel a continuidade da Revolução e coloca ao mesmo tempo o regime a salvo de movimentos internos importantes, essa mesma característica também torna instável – já ressaltamos –, as posições já instáveis de uma grande massa de funcionários burocráticos e introduz um fator adicional de arbitrariedade, e com ele, de temor.

Como já observamos reiteradamente, o funcionário cubano – constantemente ameaçado pelo perigo de que os fracassos de um regime ineficiente e centralizado sejam atribuídos à falta de compromisso revolucionário dos escalões mais baixos do poder – fez da falta de iniciativa e do conservadorismo um culto quase religioso. O medo de cair vítima deste sistema contribuiu para uma paralisia progressiva de qualquer tipo de criatividade e alimentou, conseqüentemente, os comportamentos conspiradores que poderiam facilitar, quando o momento chegasse, colocar a culpa em terceiros. Simultaneamente, o medo como tal se mostra – pelo mesmo motivo – o instrumento de promoção

no regime: as alianças com os setores adequados, a extrema prudência na manifestação das opiniões próprias, a ortodoxia mais vulgar, não só foram os caminhos para se proteger de um regime com vocação para a dominação total, mas também os caminhos que devem ser percorridos para nele ascender. Entretanto, ao mesmo tempo, a subordinação em última instância de qualquer decisão à vontade sem oposição de Fidel na cúpula do poder faz com que esta estratégia de sobrevivência tenha sempre uma sombra de incerteza: nenhum sistema de cumplicidades, nenhuma trama de afinidades, nenhuma posição institucional, faz com que os homens e mulheres inseridos no sistema de poder cubano estejam a salvo de uma mudança brusca na sua sorte. Como experimentaram José Abrantes e Arnaldo Ochoa, Carlos Lage, Felipe Pérez Roque e tantos outros antes deles, a preeminência da palavra de Fidel, pairando acima da máquina burocrática partidária-estatal, acrescenta um último e inelutável fator de imprevisibilidade para os integrantes mais importantes do regime.

Dentro de uma trama na qual a lei não fornece uma proteção efetiva contra os ditames do poder e na qual o poder personifica a vontade sempre potencialmente arbitrária do líder, o medo constitui, assim, nessa forma de regime, não só a paixão orientadora daqueles que não se filiam a ele, mas também, com a mesma intensidade, o sentimento encarregado de orientar o comportamento daqueles que procuram inserir-se no regime da melhor maneira.⁸ Para uns e para outros, a dependência absoluta de um poder total, que distribui todos os recursos e que possui a prerrogativa – na palavra do Partido Comunista, que durante décadas significou exclusivamente a palavra de Fidel Castro – de determinar a linha divisória entre comportamentos permitidos e proibidos, entre

⁸ Lembremos que segundo o próprio Montesquieu, o medo é a paixão que anima, sobretudo, os servidores do regime despótico: destaca que já que o poder do príncipe passa inteiramente para aqueles aos quais o confia, se essas pessoas forem “capazes de estimarem muito a si mesmas, seriam capazes de promover revoluções. É preciso que o *temor* acabe com todas as coragens”. Ou também: “Quando, num governo despótico, o príncipe cessa por um momento de erguer o braço; quando não pode destruir imediatamente aqueles que possuem os primeiros lugares, tudo está perdido” (*L'esprit des lois*, Paris, Flammarion, 1979, Livro III, cap. IX, “Do princípio do governo despótico”). Em minhas conversas informais com cidadãos cubanos, realizadas durante uma temporada igualmente informal na ilha, me chamou atenção constantemente que quanto mais próximos meus interlocutores estavam de posições de poder, mais elípticas eram suas referências críticas ao regime e mais me custava transpassar o discurso “oficial” para chegar a uma conversa mais franca.

traição e fidelidade, o caminho a seguir desaconselha qualquer iniciativa, qualquer visibilidade excessiva, ainda quando esta possa (circunstancialmente) encontrar os favores do regime. Medo, conservadorismo, ausência de iniciativa pessoal, obediência às instruções superiores são os comportamentos que melhor garantem aos indivíduos a possibilidade de transitar tranquilamente dentro de uma forma de regime que possui, entre as suas principais características, a eliminação da existência de um cenário público autônomo.⁹

O que resta, podemos nos perguntar, do alento emancipador de uma Revolução quando a determinação do sentido do Bem, do legítimo, do desejável, tornou-se inquestionável, quando desde a cúpula de um poder absoluto capturou-se completamente tal determinação e colocou esta captura dentro da lei? O que resta da liberdade quando a ação pública vê-se reduzida a orientar-se essencialmente pelo medo? Ou, mais precisamente, o que resta da liberdade na ausência da possibilidade da política?

A deterioração do sonho de igualação moral: da Virtude como “consciência” revolucionária à unificação no medo

As perguntas com as quais concluímos o parágrafo anterior podem continuar com estas: o que resta do sonho revolucionário de igualação moral quando os comportamentos se acomodam à orientação sugerida pelo medo? O que resta, então, da aspiração de uma comunidade da Virtude? A Revolução prometia o reencontro com a própria natureza, a natureza dos homens iguais, amantes da igualdade acima de qualquer coisa. A Virtude tinha que ser, como o fora para Rousseau, o suplemento de moralidade que permitiria ao homem afastado da natureza reencontrar-se com ela; e o Terror, o modo para submeter, para

⁹ Existe, nos estudos contemporâneos sobre Cuba, uma literatura em desenvolvimento que tenta pensar uma saída para a paralisação econômica em termos do modelo vietnamita de promoção da iniciativa privada. Um dos pontos interessantes em discussão é o de imaginar se em Cuba, após várias décadas de formação de comportamentos moldados na anulação da iniciativa, essa possibilidade seria viável. Outra dúvida crucial é saber se os dirigentes cubanos se arriscariam a uma liberalização econômica no estilo vietnamita ou se o temor de que a mesma pudesse abrir as portas – diferentemente do que acontecesse na China ou no Vietnã – para uma liberalização política freará essa abertura, a qual Fidel sempre se opôs e a qual Raúl parecia, em princípio, mais favorável.

fazer com os que tinham se afastado imperdoavelmente dela, aderissem aos seus desígnios.

Sugerimos, ao longo do texto, que a mudança que observamos, do entusiasmo ativo para a submissão e o medo, também pode ser lida a partir da transformação da Virtude e do Terror, que dominaram durante os primeiros tempos da Revolução, em obediência e temor. Dito de outro modo, a cristalização de uma forma política com vocação de dominação total, sustentada na vontade absoluta do líder máximo é inseparável do movimento que levou do terror revolucionário ao medo conservador, da virtude revolucionária à obediência formada no temor. Não se trata, é preciso ficar claro, de elogiar o terrorismo da virtude próprio do momento revolucionário, cuja decadência posterior em um medo obediente deploramos. Pelo contrário, trata-se de defender que a consolidação da Revolução é dificilmente entendida sem essa mutação da dinâmica da Virtude e do Terror em medo e obediência, e que tal mutação já estava contida no terrorismo da virtude. Em outras palavras, trata-se de tentar captar o movimento através do qual o entusiasmo revolucionário que pode ser expresso no regozijo de ser *Todos Uns*, no reconhecimento da mesma singularidade, pôde se transformar quase imperceptivelmente na invocação de ser *Todos Um*, no convite a uma fusão que, pelo contrário, anula qualquer singularidade.¹⁰ É preciso compreender de que maneira, então, o apelo à Virtude tornou-se indissociável da invocação à fusão no desejo revolucionário tal como ele se expressa desde a cúpula e, também, de que maneira a aspiração de forjar homens iguados em suas paixões revolucionárias levou, a partir dessa pretensão de unificar pelo amor à Revolução expresso na palavra do líder, a nivelar pelo *medo* da Revolução. Dito de outra maneira, trata-se de perceber os caminhos através dos quais a inspiração emancipadora do momento revolucionário, sua liberdade, pôde se transformar em uma nova forma de submissão.

Não existe nada, com certeza, que condene, por sua natureza, os homens em comunidade a recair em novas formas de submissão; mas também não existe nada, devemos acrescentar, que os destine – com igual naturalidade – a manter no tempo as experiências da liberdade.

¹⁰ Retomo esta distinção entre “Todos Uns” e “Todos Um” da leitura que Miguel Abensour faz do *Discurso sobre la servidumbre voluntaria* de Étienne de la Boétie em seu artigo “Du bon usage de l’hypothèse de la servitude volontaire?”, em *Réfractons*, n. 17, hiver 2006.

Talvez uma das grandes lições que podemos tirar do republicanismo moderno seja, precisamente, que o apelo à Virtude, como condição para a reprodução estável da ordem política, leva à convicção de que aqueles que não podem ser disciplinados pela Virtude devem sê-lo pelo Terror, e prepara o caminho para novas formas de submissão. É possível que Montesquieu também tenha pensado nisso quando advertiu: até a Virtude tem necessidade de limites. E a *virtù* das instituições é, para o republicanismo moderno, a sua capacidade de preservar, em sua estrutura, as condições de liberdade política sem pedir o impossível ou o excessivo, à moral.

Como defendemos reiteradamente, entendemos que a consolidação do regime de dominação total em Cuba é difícil de compreender se não considerarmos a pretensão construtivista e igualitária à qual nos referimos ao longo do nosso trabalho. A pretensão de construir uma sociedade plenamente igualitária é inseparável de uma concepção da sociedade segundo a qual o individualismo, o particularismo, a preferência por si mesmo, próprias do “velho homem” do capitalismo, podem ser erradicadas da mesma maneira com que se igualam as condições materiais; e de uma concepção que entende que o “homem novo” sem o egoísmo e a preferência por si mesmo pode ser construído desde cima através da persuasão e da repressão e, por fim, da retribuição simbólica daqueles que compreenderam que tal construção artificial supõe, em última análise, o reencontro do homem com sua verdadeira natureza.

É dentro desse registro que identificamos, nesta como em outras revoluções, a pretensão virtuosa da dinâmica do Terror. A Virtude, já dissemos, é o suplemento moral que preenche a lacuna que há de levar-nos ao reencontro com nossa condição natural de seres que, em condições de igualdade objetiva e material, reencontrarão uma igualdade subjetiva, a igualdade em seus desejos e, entre eles, sobretudo, o amor de igualdade como desejo primordial. Este amor encontra, por sua vez, sua definição e sua concretização no amor à Revolução portadora da igualdade: desejar a igualdade é aderir voluntariamente aos ditames da Revolução. Diante disso, o Terror será, então, a maneira pela qual se submeterão ao ditame natural construtivista da Revolução aqueles que, por ter-se afastado irremediavelmente da possibilidade de se reencontrar com a natureza primordial dos homens, só consigam agir de acordo com suas exigências em razão do temor.

No decorrer do nosso trabalho, procuramos mostrar que o fracasso das políticas radicais da década de 1960, baseadas na confiança de que

era possível transformar “desde cima” os sentimentos e as consciências para construir o novo homem que amaria a igualdade e a Revolução acima de tudo, parece ter levado o regime da Revolução Cubana à conclusão de que se não era possível que os homens submetessem o seu comportamento ao que ditava o regime por consciência, então deveriam submeter-se pelo temor. Dessa forma, quando – passado o fervor revolucionário dos primeiros anos com a consequente mobilização, muitas vezes voluntária, e trabalho também, muitas vezes voluntário – os recursos da ideologia mobilizadora começaram a mostrar perigosos sinais de esgotamento, os revolucionários recorreram, sem saber, a um velho ensinamento hobbesiano: se não é possível fazer com que todos os homens *desejem* de forma duradoura o mesmo, é possível fazer com que todos *temam* de forma duradoura o mesmo. A fabricação vertical da sociedade exige que cada um cumpra o papel que o poder, desde a cúpula, lhe atribui; se não cumprir por *consciência*, cumprirá por temor. A dinâmica de igualar os sentimentos realizou-se sob a forma mais degradante, ou seja, a universalização do medo como paixão pública predominante.

Chegamos, assim, à asseveração que o relato anterior nos propiciou de que, no itinerário de uma concepção que objetiva igualar os desejos e que, desde muito cedo, afogou o desejo emancipador de ser “Todos Uns” pelo apelo do desejo unificador de ser “Todos Um”, sob a liderança incontestável de Fidel Castro, o regime da Revolução Cubana encontrou, enfim, no medo igual, a paixão que pôde igualar as consciências quando elas resistiam a se igualar na Virtude, entendida como uma submissão passional à Revolução, expressa na palavra de Fidel.

O medo, a dupla moral e o “circuito da luta”: resistência ou reprodução do regime?¹¹

Neste relato tentamos mostrar também que o medo ao qual aludíamos poderia ser visto em seu entrelaçamento múltiplo, em sua capacidade de organizar condutas, comportamentos, relações sociais.

¹¹ Tomo emprestada esta denominação do “circuito da luta” dos excelentes trabalhos de Vincent Bloch. A respeito, ver em particular Bloch “L’imaginaire de la lutte”, *Problèmes d’Amérique Latine*, n. 61/62, été/automne 2006, p. 105-129; e “Le sens de la lutte”, em *Communisme*, n. 85/86, 2006, p. 125-147.

Ressaltamos de que modo a transformação do entusiasmo em temor foi dando às condutas visíveis um sentido em transformação, cada vez mais conservador e adaptativo, cada vez mais afastado do apelo original à Virtude. Concluiremos agora este capítulo analisando brevemente a maneira pela qual a transformação quase imperceptível da Virtude em medo difuso e generalizado foi sedimentando, para uma importante parcela da população, uma dissociação cada vez maior entre dois discursos, entre duas moralidades: uma moral de uso público, para ser vista e que repete os sinais exigidos de fidelidade política, e outra “real”, de uso privado, destinada à sobrevivência, que inventa e resolve, sempre à beira da legalidade, os problemas da sobrevivência cotidiana. Ou seja, observaremos brevemente o modo pelo qual esta reversão foi construindo as bases do que os próprios cubanos chamam de “dupla moral”.

Dessa forma, em um paradoxo somente aparente, é possível perceber que ao mesmo tempo que na junção da lei e do poder era tecida a trama do medo como princípio de ação e que a exigência de se igualar na Virtude resultava na caricatura de se igualar pelo medo, uma brecha cada vez maior foi se abrindo ao longo dos anos em grande parte da sociedade cubana, entre o comportamento e as manifestações visivelmente exibidas para uso “externo” e as práticas cotidianas. Com efeito, como já foi observado tanto desde a descrição etnográfica quanto desde a crônica jornalística ou a literatura, e como é imediatamente percebido por qualquer pessoa que visite a ilha, o caráter disfuncional do planejamento centralizado foi criando cada vez mais em Cuba a necessidade, para praticamente todos os indivíduos em todos os níveis da escala social, de “resolver” os inumeráveis problemas da vida cotidiana através de ações proibidas por lei – trocas privadas, mercado negro, microempreendimentos clandestinos de serviços, quando não desvio de bens públicos. O cubano que se mobiliza na praça todo dia 26 de julho é o mesmo que rouba os bens de sua empresa para vendê-los no mercado negro; o funcionário do Partido que organiza as manifestações de repúdio aos dissidentes é aquele que vende os vistos de saída do país. O agente oficial que denuncia a oposição cubana no exterior é quem vive das remessas de seus parentes de Miami. Em outras palavras, assistimos não só a uma dissociação entre manifestações públicas de adesão e objeção privada, mas também entre a adesão externa aos princípios da legalidade “socialista” e a proliferação de circuitos, mecanismos e comportamentos que rompem com esta legalidade, assumidos com naturalidade (ainda que sempre com a consciência do perigo) por praticamente todos os cidadãos.

Se os comportamentos de objeção e desinteresse – roubo de bens do Estado, faltas no trabalho, corrupção, ineficiência, passividade – já minavam o funcionamento da máquina produtiva e administrativa quando ela ainda podia responder, mesmo de maneira limitada, às exigências do fornecimento universal de bens, estes mesmos comportamentos ficaram dramaticamente claros quando o desaparecimento da URSS “revelou”, se podemos dizer desta forma, os dados da economia cubana e transformou muitas dessas práticas em práticas quase imprescindíveis para a sobrevivência. A partir da crise de 1990, impulsionada pela necessidade à qual o regime já não podia corresponder, a brecha entre as condutas aparentes de adesão e os comportamentos de distanciamento, não parou de crescer sob o olhar sempre vigilante do poder. Por baixo dos rituais “visíveis” de adesão ao regime que asseguram a sobrevivência com o menor risco possível, se desenvolve um imenso leque de comportamentos de não adesão passiva – desvio de bens, faltas no trabalho, favoritismo, mercado negro, etc.: todos os cubanos, quase sem exceção, participam dos “circuitos de luta”.¹² Dito de outro modo, praticamente *todo* cidadão cubano participa de atividades ilegais quase todos os dias, as quais, ao mesmo tempo que parecem contribuir para prejudicar o funcionamento material e simbólico do regime, mantém toda a população no temor de que em algum momento, por qualquer motivo (rancor pessoal, mudança brusca de direção política), esse comportamento tolerado possa ser denunciado e punido.

No entanto, estas práticas efetivamente contribuem para prejudicar o funcionamento do regime ou elas se transformaram em outra engrenagem, estranhamente pervertida, deste mesmo regime? A dupla moral não opera como substituta eficaz do fracasso do sonho de igualar a moral revolucionária, perpetuando para uso oficial – interno, mas principalmente externo – os sinais da vontade revolucionária do povo, ao mesmo tempo que o circuito da ilegalidade e a “luta” resolvem, na prática, os problemas de sobrevivência mantendo simultaneamente a consciência do perigo e do medo por trás da vida social?

¹² Como mostra Vincent Bloch, a referência à “luta” sintetiza, apelando para um termo próprio do discurso do regime, os infinitos mecanismos para “inventar” e “resolver”, ou seja, para sobreviver sempre à margem da legalidade, na difícil cotidianidade cubana. Os textos de Bloch também dão uma descrição dos diversos mecanismos de acomodamento destinados a manter os benefícios de uma posição privilegiada, como a permissão de entrar e sair do país ou simplesmente ficar a salvo de problemas.

Observamos que, apesar de praticamente todos os cubanos participarem desses comportamentos ilegais, e saberem que todos são conscientes disso, todos continuam fazendo os gestos de adesão exigidos pelo poder, sabendo, também, que a represália poderá vir ao menor gesto. A arte de tentar compreender o limite da manifestação pública de adesão exigida em cada caso é praticada por todos os cubanos com maestria, mas sempre com incerteza: aquilo que hoje é tolerado pode deixar de sê-lo amanhã. Da habilidade de operar nesse limite sempre potencialmente variável, sempre subordinado a uma repentina mudança de rumo, depende a tranquilidade cotidiana do cidadão cubano: tanto de quem goza dos maiores benefícios – a possibilidade de entrar e sair do país como os artistas, esportistas ou intelectuais, a permissão para exercer atividades ligadas ao turismo (paladares, postos de artesanato) ou, simplesmente, a possibilidade de continuar operando no circuito da ilegalidade cotidiana sem ser objeto de castigo.¹³ Esses limites podem ser variáveis, mas têm uma constante: a manifestação pública de adesão ao regime. Assim, como destaca acertadamente Vincent Bloch, as diversas formas e motivos contribuem, em conjunto, para perpetuar os sinais da existência da “vontade revolucionária do povo” e o funcionamento social do regime.¹⁴

Mais uma vez, o medo e o conformismo aparecem como o motor para fornecer as condutas mais visíveis que o regime exige – participação nas manifestações, participação nos CDR, participação nas organizações do Partido – mas, se contribuem para o sucesso do regime, o fazem, poderíamos dizer, pagando o preço de uma degradação irremediável do espírito público. A expressão pública de fidelidade à Revolução é somente a cara visível dessa dupla moral: a face pública de uma moral que considera normal e necessário o desvio de bens públicos, o comércio no mercado negro, o suborno, em uma palavra, a infração contínua à lei. O temor contínuo e difuso a respeito da ação da lei, indissociável

¹³ Na minha temporada de pesquisa em Miami, pude constatar não sem assombro que também para muitos “cubanólogos” do exterior opera esta lógica de maneira eficaz: o regime cubano permite ou proíbe a entrada de pesquisadores estrangeiros, muitos deles de origem cubana, de acordo com sua avaliação do grau de amizade ou inimizade com o regime. Para o pesquisador desejoso de poder entrar em Cuba, o tratamento adequado dos limites (incertos) da crítica ao regime é fundamental.

¹⁴ Vincent Bloch, “L’imaginaire de la lutte”.

do poder político, sem cuja violação a vida cotidiana tornar-se-ia impossível, acompanha o cubano permanentemente e também caracteriza as relações interpessoais: ali também não se pode evitar a desconfiança e a dissimulação. Em uma sociedade marcada pela espionagem e pela delação como estratégia quase inevitável de proteção individual, a culpabilidade potencial permanente é outra forma na qual o medo opera como fator de controle social impregnando com sua marca todas as relações.

Em outras palavras, neste regime cujo princípio de ação é a reprodução do medo, a recriação de diversos gestos de expressão pública de adesão é o tributo mínimo que todo cubano deve pagar para poder seguir sem maiores inconvenientes em seu empenho de “resolver”, de mil maneiras que entram em choque com a legalidade, os problemas da vida cotidiana e assim ter a possibilidade de progredir nos circuitos do regime, ou, também, para escapar da perigosíssima qualificação de inimigo da Revolução que o incapacitará definitivamente tanto a ascender socialmente, quanto a se beneficiar dos circuitos das atividades ilegais e que, por último, também poderá enviá-lo para a prisão sob a acusação de periculosidade pré-delituosa.

Ao chegarmos aqui, o que resta, então, da promessa da Revolução? O que resta da livre igualdade, da igual liberdade? O que pode restar, para uma esquerda democrática e plural, do seu entusiasmo pela Revolução Cubana?





EPÍLOGO

Para terminar com o “sim, mas...”

O que resta, hoje, dos ventos de liberdade que varreram a ditadura de Batista em 1959? O que resta, hoje, do sonho emancipador da fabricação de um homem novo, igualado em seu amor pela igualdade e pela Revolução?

Se os parágrafos anteriores concluíram com um balanço certamente pouco edificante do caráter libertador dos princípios que animam o funcionamento do regime que surgiu após a Revolução Cubana, e igualmente pouco alentador no que se refere ao balanço do projeto revolucionário de “igualação das consciências”, é preciso reconhecer, para terminar, que após cinquenta anos de poder absoluto, o balanço da igualdade material, mesmo que não a relacionemos com a formação desse poder total (o que, já vimos, não pode ser feito) também não deveria suscitar por si só grandes entusiasmos. Após cinco décadas da instauração de um regime revolucionário com vocação de dominação total, que controla de maneira praticamente absoluta a destinação dos recursos hu-



manos e materiais, ele não só anulou completamente as liberdades civis e políticas, mas fracassou, também, ainda para quem tenha um olhar benevolente, em seus próprios parâmetros de desenvolvimento, igualdade e justiça. Mesmo se pensássemos que a liberdade é um bem supérfluo, que a ação política plural e autônoma é um assunto menor, poderíamos nos contentar, em nome de nossos antigos princípios de igualdade e justiça, com o resultado desses cinquenta anos de dominação total?

Com efeito, ainda que o balanço igualitário do regime que surgiu da Revolução Cubana tenha tido, como vimos, grande impacto na primeira década da Revolução, é preciso não só insistir em que, tal como foi forjado, a conversão em um regime de dominação total parece ter sido inevitável, assim como lembrar que ele levou à paralisação, inclusive ao colapso, da economia cubana durante essa década e que foi esse colapso o que fez com que os dirigentes cubanos aderissem ao modelo soviético. Dito de outro modo, o fracasso das políticas de desenvolvimento dos anos 1960 confirmou o fim da influência ultravoluntarista, que entendia assegurar os progressos da igualação econômica e do crescimento a partir da igualação das consciências, da entrega incondicional à Revolução tal como ela foi enunciada desde a cúpula do regime. A conclusão que se impôs, já ressaltamos, foi a necessidade de uma submissão sem questionamentos ao modelo soviético de desenvolvimento econômico e político, ao poder absoluto do partido único e de seu dirigente máximo e, também – com um controle absoluto do regime – a reintrodução dos estímulos materiais e de certa diferenciação social. As políticas desenvolvidas nos anos 1970 e 1980 como espelho das práticas dos países do Comecon reintroduziram uma diferenciação material maior – ainda que os índices de igualdade material continuaram sendo, comparativamente, destacados – e, apoiados nos enormes subsídios provenientes do Leste, permitiram um crescimento que, ainda que estivesse longe de ser espetacular, foi medianamente regular e sustentável. Em outras palavras, o maior sucesso de crescimento da Revolução, que manteve índices de igualdade importantes e melhorou significativamente os índices sociais, aconteceu durante o período cultural e politicamente mais sombrio, no qual o regime cubano aceitou seguir completamente as indicações e as condições da URSS e dos especialistas dos países da Europa Oriental.

Os termos privilegiados de intercâmbio com a URSS junto com os subsídios diretos e indiretos que chegavam a seis bilhões de dólares anuais, contribuíram, desta forma, durante duas décadas, para dissimular o

fato de que também sob este modelo aparentemente bem-sucedido o regime era incapaz de organizar eficazmente a produção econômica. Mas após a queda da URSS, em 1989, ficou evidente que mesmo sob esta forma mais cinza, menos voluntarista, de tipo soviético, o modelo cubano era incapaz de se autossustentar.

A política igualitária do “período especial” no início dos anos 1990 mostrou-se, ela também, economicamente inviável e agravou a crise até níveis extraordinários. A primeira resposta do regime diante da gravíssima crise consistiu em tentar fortalecer a máquina de controle do Estado e regular com pulso firme os recursos cada vez mais escassos: as primeiras medidas fortemente impulsionadas por Fidel Castro, apesar das prevenções (sempre discretas) dos especialistas e que foram comparadas por numerosos estudiosos com o “período voluntarista” dos anos 1960, pretenderam enfrentar a crise com instrumentos que evitassem a reintrodução, no panorama socioeconômico cubano, de ilhas de atividade privada e de diferenças sociais – ou seja, mantinham uma preocupação de repartir equitativamente os terríveis efeitos da crise¹ ou, se preferirem, de manter tudo sob o controle da máquina centralizada do Estado nos momentos de colapso. O resultado da perseguição política a qualquer pretensão de enfrentar a crise através de mecanismos não centralizados, entre elas a proibição de todas as iniciativas de pequena produção privada de alimentos e de outras atividades de subsistência provocou, no entanto, como muitos previam, o aprofundamento da crise econômica e do desabastecimento, o crescimento do mercado negro e a deterioração das condições sociais.

Para ilustrar a magnitude da crise, bastam estas cifras²: entre 1991 e 2002, a taxa de crescimento do PIB em Cuba foi de -1,4%, a mais baixa de toda a América Latina; em 1993, o PIB por habitante estava na casa dos 27% abaixo do nível de 1989 e em 2002 – passados nove anos do pior momento da crise – ainda estava 17% abaixo do nível de 1989. De acordo com dados da OPS e do PNUD, 13% da população cubana sofria de desnutrição entre 1998 e 2000, e Cuba ocupava o oitavo lugar

¹ Julio Carranza Valdés, “La economía cubana: balance breve de una década crítica”, em *Temas*, n. 30, julho-setembro de 2002, p. 30-41.

² É importante perceber que os dados não se limitam, na maior parte dos casos, aos piores anos da crise, mas se estendem ao processo de relativa diminuição dela, produto das políticas de maior abertura.

na região. Por sua vez, dados de pesquisadores cubanos indicam que o consumo pessoal caiu 40% entre 1989 e 1993, e em 2000 ainda se encontrava 22% abaixo dos índices de 1989. O percentual de pobreza em 1995 rondava, de acordo com as mesmas avaliações, entre 61% e 67% da população cubana e o salário médio real no setor do governo caiu, segundo cálculos da Cepal, 45% entre 1989 e 1998. De acordo com análise de Mesa-Lago, o percentual de pobreza em Cuba era, em 2001, maior do que o do Chile e o da Costa Rica.³

Diante da magnitude da crise, acuado pela paralisia da economia, pela queda brutal do produto interno bruto e pelo desabastecimento e após diversas idas e vindas, o regime optou, finalmente, a partir de 1993, por uma abertura econômica ao capital estrangeiro, pela legalização de algumas atividades por conta própria, pela introdução de um sistema duplo de moedas (em pesos cubanos e em moeda estrangeira, os chamados pesos cubanos convertíveis) e conseqüentemente por um duplo mercado de consumo. Ainda que estas formas de abertura tenham conseguido, aos trancos e barrancos, fazer a economia cubana sair do auge da crise, só puderam fazê-lo pagando o preço de reintroduzir desigualdades marcantes que, por sua vez, dada a sua irracionalidade, contribuíram para aumentar a distorção das políticas planejadas de desenvolvimento. Em outras palavras, o regime mostrou-se finalmente mais capaz de manter o controle da máquina centralizada do Estado do que repartir equitativamente os custos da crise. Dessa forma, segundo se depreende dos cálculos de Carmelo Mesa-Lago e de Jorge Pérez López, em 2003 os cupons de racionamento só cobriam entre 25% e 30% as necessidades mensais mínimas de consumo; o resto dos bens deviam ser obtidos no mercado livre a preços até 49 vezes superiores aos do desabastecido mercado oficial. Entretanto, por sua vez, o salário médio mensal só permitia adquirir, além dos cupons, uma barra de sabão, meio litro de azeite e meio quilo de mandioca.⁴ Uma situação dessa natureza contribuiu notadamente para a já crônica falta de incentivo no

³ Carmelo Mesa-Lago, "Problemas sociales y económicos en Cuba durante la crisis y la recuperación", em *Revista de la Cepal*, n. 86, agosto de 2005. Ver também Carmelo Mesa-Lago, *Buscando un modelo económico em América Latina. ¿Mercado, socialista o mixto? Chile, Cuba y Costa Rica*, Caracas, Venezuela Nueva Sociedad, 2002.

⁴ Carmelo Mesa-Lago e Jorge Pérez-López, *Cuba's Aborted Reform. Socio-economic Effects, International Comparisons and Transition Policies*, Gainesville, University Press of Florida, 2005.

trabalho, já que o salário em pesos sobrava para prover-se no desabastecido mercado oficial, mas era absolutamente insuficiente para comprar no mercado de pesos convertíveis. Por sua parte, o acesso a moedas estrangeiras através de atividades ligadas ao turismo – desde a venda de artesanato até a prostituição, passando por todo tipo de contato com estrangeiros em hotéis, na rua ou no fornecimento, autorizado ou não, de serviços de alojamento e comida – fornecia uma renda centenas de vezes superior à do salário oficial.

A introdução de um sistema duplo de moedas e de um mercado duplo de consumo terminou, dessa forma, criando grandes desigualdades entre aqueles que têm, por sua relação direta com o turismo ou em razão de seus parentes no exterior, acesso aos pesos cubanos convertíveis e podem, portanto, comprar produtos vendidos no mercado de pesos convertíveis e aqueles que não têm – apesar da dificuldade de estabelecer uma quantia exata, calcula-se que as remessas provenientes de cubanos no exterior constituam há vários anos, depois do turismo, a segunda fonte de entrada de divisas em Cuba. A migração de todas as ocupações e profissões para atividades que gerassem bens convertíveis, autorizadas ou ilegais, foi desde então uma constante, com o conseqüente desestímulo ao trabalho que pagasse em pesos, o aumento das faltas no trabalho e a reorganização selvagem e irracional da pirâmide de renda. De acordo com cálculos de Mesa-Lago, se a relação entre os salários mais altos e os mais baixos era, em salários oficiais, de 4,5 para 1 em 1989, as diferenças maiores de renda foram de 829 para 1 em 1995 e de 12.500 para 1 em 2002. Podemos acrescentar a esta cifra que em 2001, 10% da população localizada no topo da pirâmide tinha uma renda 199 vezes maior do que os 10% da população localizada no degrau mais baixo.⁵

No momento em que concluo estas linhas, Raúl Castro acaba de advertir a população de que terá que enfrentar uma nova época de restrições. Anuncia, também, o fim dos restaurantes operários e a progressiva eliminação de todas as formas de “salário social”, que deverá ser substituído por aumentos que farão parte do salário, com o argumento de que são muito custosos para a economia cubana. Estas restrições não são alheias, sem dúvida, à dificuldade do governo da Venezuela em

⁵ Carmelo Mesa-Lago, 2005, p. 189.

continuar subsidiando a economia cubana como o faz desde 2001 ou 2002, com uma ajuda que chegou a alcançar cifras parecidas as dos subsídios soviéticos nos anos 1970 e 1980.⁶ A desaceleração do crescimento na Venezuela restringiu a ajuda a Cuba e mais uma vez a inviabilidade das sucessivas políticas de desenvolvimento teve impacto sobre o que deviam ser as conquistas do sistema: a equidade e o desenvolvimento social.

Desta forma, com a economia cubana deixada às suas próprias forças, o balanço igualitário é hoje, também no terreno material, dificilmente passível de defesa nos termos do próprio regime: o aparecimento flagrante de desigualdades irracionais e relevantes, tanto na renda direta como nos benefícios indiretos; uma diferenciação cada vez maior no sistema de saúde – com claro benefício para as Forças Armadas e a hierarquia política –, uma deterioração importante tanto dos serviços fornecidos pelo sistema de saúde quanto em razão da política de “exportação” de equipes médicas, em quantidade de médicos por habitantes; e uma igualdade de base de baixíssimo nível, apenas de subsistência, para uma grande parte da população – aquela excluída dos benefícios aos quais tem acesso os escalões superiores do regime, privada das vantagens dos que trabalham com turismo e nas empresas mistas ou menos beneficiadas pelas remessas de parentes exilados no exterior – que sofre, mais do que todas, com a deterioração da assistência sanitária, com o déficit de moradia, com a falta de água potável e eletricidade, em uma situação de sobrevivência que dificilmente pode, mesmo para aqueles que rejeitam a liberdade e a autonomia, ser um argumento válido para cinquenta anos de dominação total.

É possível argumentar que, mesmo nessas condições, Cuba continua sendo um país bastante igualitário se o compararmos com outros países da região e é possível defender também que seus índices sociais, apesar de caírem desde 1989, continuam entre os melhores da América

⁶ Carmelo Mesa-Lago ressaltou, em 2006, que desde 2000 a Venezuela fornece a Cuba entre 90 mil e 98 mil barris de petróleo por dia (4.6 a 5.8 milhões de toneladas anuais), que cobrem 50%-54% de suas necessidades. O preço máximo fixado desde 2005 era de US\$ 27 por barril, ou seja, menos da metade do preço do mercado mundial (US\$ 68 em abril de 2006), o que implica um subsídio de preços de US\$ 1 bilhão em 2005 e um subsídio ainda maior em 2006. Acrescenta-se a isto que Cuba não pagou a maior parte desse petróleo, acumulando uma dívida aproximada de US\$ 2.5 bilhões no período 2000-2005. O pagamento consistiu, em sua maioria, no envio de pessoal e insumos médicos – o que contribuiu, por sua vez, para a deterioração dos serviços de saúde em Cuba, diante da impossibilidade de substituir esses profissionais e obter mais insumos. Cf. Carmelo Mesa-Lago, “Venezuela reemplaza a la URSS en Cuba”, em CADAL, 3 de maio de 2006. http://www.cadal.org/articulos/nota.asp?id_notas=1210#

Latina. Entretanto, não devemos esquecer que já em 1959 os índices de desenvolvimento social de Cuba a situavam, em todos os casos, entre os quatro primeiros lugares da América Latina – ou seja, a situação na época em Cuba tinha que ser comparada com a do Chile, do Uruguai ou da Argentina, e não com a do Haiti ou de El Salvador. Como também não se pode ignorar que o resultado da Revolução foi igualar notavelmente o acesso à saúde e à educação para o conjunto da população, além de melhorar vários índices, sobretudo durante as décadas de 1970 e 1980. Ainda que, insistimos, o colapso de 1990 tenha feito com que a situação social em Cuba retrocedesse a níveis muitas vezes inferiores, inclusive, aos do início da Revolução, a igualdade de acesso aos serviços básicos se manteve (se excetuarmos a diferenciação de um serviço de saúde privilegiado ao qual já fizemos referência).

É possível argumentar, o que já foi feito muitas vezes, que mesmo nas atuais condições um morador de um dos setores mais carentes de Cuba goza de melhores condições de vida do que o morador de uma favela da periferia de Buenos Aires, na Argentina. Argumento claramente enganoso – ou por acaso alguém acha lícito defender a ditadura de Pinochet argumentando que os moradores dos assentamentos no Chile viviam, naquela época, melhor que os habitantes de Soweto ou vice-versa? E é um argumento ainda mais enganoso, com certeza, quando pretendemos esquecer quais eram as esperanças que a esquerda latino-americana e mundial depositou, em 1959, na Revolução Cubana: a esperança de uma revolução que realizaria, enfim, o sonho de uma sociedade de homens livres, emancipados, libertos da exploração. Se o único argumento contrário que o defensor do regime que governa Cuba de maneira absoluta há cinquenta anos encontrasse fosse o de comparar um cubano pobre com o morador de uma favela, nosso contraditor imaginário assinaria a sua capitulação: a promessa da Revolução não era que o cubano pobre estivesse, porque não reconhecer, “um pouco melhor” do que o morador de uma favela na Argentina.⁷ A promessa

⁷ Para qualquer um que tenha apenas dado um passeio por Havana como turista ou frequentado o “realismo sujo” dos romances de Pedro Juan Gutiérrez, o estado de deterioração das moradias dos setores mais populares do Centro de Havana, que têm água e eletricidade apenas algumas horas por dia, que carecem da possibilidade de substituir as janelas quebradas por novas em razão dos temporais, onde vivem famílias inteiras confinadas, apresenta um aspecto que se aproxima mais de uma favela horizontal do que da imagem de bem-estar no socialismo com a qual sonhávamos no passado.

da Revolução Cubana, em nome da qual tantos morreram para imitá-la, tantos outros por opor-se a ela, em nome da qual qualquer diferença foi perseguida e tantos crimes justificados, era realizar, enfim, o sonho de uma sociedade livre da dominação de alguns homens por outros.

Talvez o balanço da Revolução Cubana, o balanço das revoluções de tipo socialista do século XX, deva concluir com o caráter ilusório desse sonho. O resultado não foi a formação de uma sociedade livre da exploração, mas sim a instalação de uma nova forma de dominação que pôde tomar, e tomou de fato em Cuba, formas de distribuição mais igualitárias, ao mesmo tempo que impôs formas de dominação política e de submissão inimagináveis. Não podemos, volto ao princípio, ficar somente com este balanço que igualou as condições, esquecendo o regime no qual ele se insere. As revoluções, tal como as sonhamos – como a instauração de uma forma de sociedade na qual o homem em sua livre igualdade estaria acima de qualquer forma de opressão – fracassaram. Caberá a cada um de nós refletir se o seu resultado – regimes de dominação total com ausência de liberdade, com um esforço igualitário (uma igualdade de baixo nível, não podemos esquecer) baseado na repressão também igual de todos – pode justificar a adesão. Acredito que o que não podemos é continuar defendendo em Cuba aquilo que quisemos imaginar, há cinquenta anos, que podia ser. E que logo mostrou que não seria.

Mesmo sendo claríssimo que o balanço social após cinquenta anos de regime de dominação total, aos nossos olhos, não pode ser defendido, não é nosso propósito terminar este texto baseando nele as nossas conclusões. Não são seus poucos resultados como tais que sustentam o nosso argumento. Eventualmente, esses poucos resultados podem ser entendidos como outra manifestação das dificuldades que encontram aqueles que acreditam ser possível modelar uma sociedade à imagem e semelhança da ideia que se tem dela, dos obstáculos que deve enfrentar um regime autocrático que desconhece a capacidade de liberdade da condição humana, mesmo quando ela se manifesta simplesmente como ausência de compromisso, como resistência passiva, como opção pelo cinismo. Nosso argumento pretendeu mostrar, na descrição do processo revolucionário cubano, o modo pelo qual a promoção da igualdade tal como foi compreendida e impulsionada pelo núcleo dirigente da Revolução Cubana e, particularmente, por sua voz indiscutível, Fidel Castro, esteve indissociavelmente ligado à formação de um regime de dominação total. Sustentamos que, nestas condições, a igualdade foi se

consolidando como igualdade na submissão e no medo, e que foi só ao se aceitar a igualdade na submissão, só ao se aceitar fazer os gestos de fidelidade que o regime exigia (presença na praça, trabalho voluntário, participação nos CDR, filhos pioneiros, etc.) que se tornou possível a igualdade de acesso aos bens que o regime distribuía – acesso a melhores oportunidades de educação, recompensas materiais ao trabalhador exemplar, etc. Em outras palavras: igualdade para os partidários, espontâneos ou fingidos, de um regime que impôs, assim, as coordenadas às quais os próprios cubanos denominaram, com o passar dos anos, a “dupla moral”.

Ao chegarmos neste ponto devemos concluir como resta pouco, após cinquenta anos, da promessa de uma sociedade na qual a vida iria se mostrar em toda a sua dignidade de liberdade, de autonomia, de justiça, iguais para todos. Nada resta do alento emancipador que, em 1959, comoveu tantos cubanos e tantos outros homens e mulheres que sonhavam com um mundo mais justo; nada resta da esperança em uma forma de sociedade na qual os homens teriam a possibilidade de desenvolver em igualdade de condições suas capacidades mais elevadas, com a máxima liberdade.

Resta, sim, uma igualdade de condições, malfeita e de baixíssimo nível, o medo, o conservadorismo e o cinismo cotidiano de uma “dupla moral” que confirma, em apenas um sintagma fixo, o fracasso irreversível de uma utopia que se propôs, qual aprendiz de bruxaria, ao sonho impossível e letal de moldar a matéria humana para fabricar uma sociedade ideal de homens iguais, demasiado iguais.

E por último resta também, até o momento, em Cuba, um regime político de controle total que apesar do fracasso econômico, ideológico e social após cinquenta anos de dominação absoluta, se recusa – também por medo? – a imaginar os meios de favorecer uma transição política que, ainda que só seja por motivos biológicos, hoje parece difícil de ser evitada. Assim como afirmei que acho difícil que o pós-castrismo comece, realmente, antes do desaparecimento físico de Fidel Castro, acho igualmente difícil imaginar que o regime possa, mesmo baseado no medo e no controle total, perpetuar-se quando morrerem os portavozes de sua legitimidade revolucionária original.

Quero poder acreditar que entre os setores mais lúcidos e jovens do regime, a consciência dessa inevitabilidade permitirá que se abram os caminhos para um diálogo com os atores cubanos democráticos

que, em Cuba e fora dela, estão dispostos a imaginar com prudência e criatividade as coordenadas certamente complexas de uma transição ordenada de um regime absoluto para um regime plural, com a recuperação de sua politicidade. Uma transição que em Cuba apresenta-se com características ainda mais complexas do que as que os diferentes processos de transição após os regimes autoritários tiveram que enfrentar na América Latina. Não só será preciso, no melhor dos casos de uma transição ordenada, estabelecer um delicado equilíbrio entre o desejo de justiça (das vítimas do regime), o medo de represálias por parte de muitos implicados – por ou contra a sua vontade – nas redes de delação, e as garantias que sem dúvida exigirão os atuais dirigentes do regime para uma transição combinada, como também será preciso enfrentar os problemas provocados pela propriedade estatal sobre praticamente todos os meios de produção e os problemas não menos complexos que afetam o regime de propriedade de terras e moradias. Os atores da transição deverão enfrentar esses problemas a fim de evitar que o resultado seja ou a apropriação privada por parte dos administradores mais hábeis e inescrupulosos, como aconteceu na URSS após a queda do regime, ou uma tentação revanchista dos exilados mais radicais que poderia afetar especialmente os setores mais desprotegidos da ilha, ou uma exacerbação dos conflitos que se estenderiam por todas as relações sociais e interpessoais no caso de um eventual vazio jurídico.

Tenho esperanças de que o diálogo entre os atores mais lúcidos e democráticos do regime e do exílio permita encontrar o caminho para essa transição. E também tenho esperanças, as quais este texto pretende alimentar, de que o pensamento progressista latino-americano abandone, por fim, seu silêncio vergonhoso, quando não seu apoio explícito, ao regime de dominação total que surgiu após a Revolução Cubana e encontre uma maneira de reabilitar sua tradição libertária e igualitária contribuindo com sua reflexão para uma transição pacífica e bem-sucedida que restitua a liberdade pública e que impeça tanto a desproteção dos setores mais vulneráveis da população cubana, quanto a apropriação mafiosa dos recursos econômicos e políticos por parte dos poderosos, dentro e fora da ilha.



Bibliografía

- Abensour, Miguel. “Du bon usage de l’hypothèse de la servitude volontaire?”, em *Réfractons*, n. 17, hiver, 2006.
- . “Saint Just. Les paradoxes de l’héroïsme révolutionnaire”, em *Esprit*, n. 147, p. 60-78, février, 1989.
- Almendros, Néstor e Jiménez, Leal Orlando. *Conducta impropia*, Madri, Playor, 1984.
- Amaro, Nelson e Portes, Alejandro. “Una sociología del exilio: situación de los grupos cubanos en los Estados Unidos”, em *Aportes*, n. 23, 1972, p. 6-24.
- Amaro, Nelson e Mesa-Lago, Carmelo. “Inequality and Classes”, em Carmelo Mesa-Lago, (ed.), *Revolutionary Change in Cuba*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1971, cap. 12, p. 341-374.
- Arenas, Reinaldo. *Antes que anochezca*, Barcelona, Tusquets, 1992.
- Arendt, Hannah. *Los orígenes del totalitarismo*, Madri, Taurus, 1974.
- . *On Revolution*, New York, The Viking Press, 1963.
- Benigno (Alarcón Ramírez, Dariel). *Memorias de un soldado cubano*, Buenos Aires, Tusquets, 1997.



- Blasier, Cole y Mesa-Lago, Carmelo (eds.). *Cuba in the World*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1979.
- Bloch, Vincent. “Genèse d’un pouvoir totalitaire: le cas de Cuba”, em *Communisme*, n. 85/86, 2006, p. 85-115.
- . “L’imaginaire de la lutte”, em *Problèmes d’Amérique Latine*, n° 61/62, été/automne 2006, p. 105-129.
- . “Le rôle de la Terreur dans la genèse d’un pouvoir totalitaire à Cuba”, em *Communisme*, n. 83/84/85, Paris, 2005/2006.
- . “Lesensdelalutte”, em *Communisme*, n. 85/86, 2006, p. 125-147.
- . “Les rumeurs à Cuba”, em *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n. 7, 2007, on line <http://nuevomundo.revues.org/document3651.html>.
- . “Réflexions sur la dissidence cubaine”, em *Problèmes d’Amérique Latine*, n. 57/58, été/automne, 2005, p. 215-241.
- . “Situations d’attente: les impasses de l’imaginaire national cubain, hier et aujourd’hui”, em *Hérodote*, n. 123, 4ème trimestre, 2006, Paris, p. 199-222.
- Bobes, Velia Cecilia e Rojas, Rafael. *La transición invisible. Sociedad y cambio político en Cuba*, México, Océano, 2004.
- Bobes, Velia Cecilia. “Sociedad civil: ¿Resurrección, cambio o constitución?”, em Velia Cecilia Bobes e Rafael Rojas (coord.), *La transición invisible, sociedad y cambio político en Cuba*, México, Océano, 2004.
- Boorstein, Edward. *The Economic Transformation of Cuba*, New York, Monthly Review Press, 1968.
- Boza Domínguez, Luis. *La situación de las Universidades en Cuba*, fo-lheto, s/d.
- Brundenius, Claes. *Revolutionary Cuba. The Challenge of Economic Growth with Equity*, Boulder, Colorado, Westview, 1984.
- Cabarrouy, Evaldo. “Evolución y perspectiva de la pequeña empresa no estatal en Cuba”, em *Cuba in Transition*, ASCE, 2000.
- Carranza Valdés, Julio e Díaz Vázquez, Julio. “Social Policies in Cuba Within the Context of Development (1900/2002)”, *Project Social Policy in Late Industrializers: A Comparative Study of Latin America*, United Nations Research Institute for Social Development, 2003, em <http://www.docstoc.com/docs/14431788/19591970>.
- Carranza Valdés, Julio. “La economía cubana: balance breve de una década crítica”, em *Temas*, n. 30, julho-setembro de 2002, pp. 30-41.
- Carranza Valdés, Julio; Gutiérrez Urdaneta, Luis; Monreal González, Pedro. *Cuba: la reestructuración de la economía (una propuesta para el*

- debate*), Madri, IEPALA; Sevilha, Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1995.
- Casal, Lourdes. "Literature and Society", em Carmelo Mesa-Lago, *Revolutionary change in Cuba*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1971.
- . *El caso Padilla: Literatura y Revolución en Cuba*, Miami, Ediciones Universal, s/d.
- Castro Ruz, Fidel. *Ideología, conciencia y trabajo político, 1959-1986*, La Habana, Ediciones Pueblo y Educación, 1987.
- . *Informe del Comité Central del PCC al Primer Congreso*, La Habana, Ediciones Ciencias Sociales, 1978.
- . *Main Report: Second Congress of the Communist Party of Cuba*, New York, Center for Cuban Studies, 1981.
- . *Una batalla de ideas, que se transforman en frutos*, La Habana, Editora Política, 1987.
- . *Selección de discursos y artículos*, La Habana, Editora Política, 2 vols., 1988.
- CEON. "Inside Civil Society: an Empirical Study in Cuba of Opinions Among Members of Independent Groups on Problems and Prospects for Democratization", *Occasional Paper Series*, Special edition, outubro, 2001.
- Clark, Juan. *Cuba: mito y realidad*, Miami, Saeta Ediciones, 1990.
- Colomer, Josep. "Las Fuerzas Armadas Revolucionarias: hoy y mañana", Simposio *Cuba: hoy y mañana. Instituciones y actores de una transición democrática*, Fundação Konrad Adenauer, México DF, 20-22 de outubro de 2004.
- Córdova, Efrén (ed.). *40 años de Revolución. El legado de Castro*, Miami, Universal, 1999.
- . *El mundo del trabajo en Cuba Socialista*, Caracas, Fondo Latinoamericano de Ediciones Sociales, 1992.
- Del Águila, Juan M. "Reflections on a non-transition in Cuba. Comments on Elites", *Cuba in Transition*, Paper Delivered at the Ninth Annual Meeting, ASCE, august 1999.
- . "The Politics of Dissidence: A Challenge to the Monolith", em Enrique A. Baloyra e James A. Morris (eds.), *Conflict and Change in Cuba*, Albuquerque, NM, University of New Mexico Press, 1993.
- Dessanti, Jean-Toussaint. *Un destin philosophique*, Paris, Grasset, 1982.
- Díaz, Jesús. *Las iniciales de la tierra*, Barcelona, Anagrama, 1987.
- . *Las palabras perdidas*, Barcelona, Anagrama, 1992.

- . “El fin de otra ilusión. A propósito de la quiebra de *El Caímán Barbudo* y la clausura de *Pensamiento Crítico*”, em *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 16-17, 2000, p. 107.
- Dilla, Haroldo (ed.). *La democracia en Cuba y el diferendo con los Estados Unidos*, La Habana, Ediciones CEA, 1995.
- . “Local Government and Economic and Social Change in Cuba”, *FOCAL*, 2001, www.cubasource.org
- Dominguez, Jorge I. *Cuba: Order and Revolution*, Cambridge, Harvard U.P., 1978.
- (ed.). *Cuba: Internal and International Affaires*, Beverly Hills, Ca., Sage, 1982.
- . “Revolutionary Politics: The New Demand for Orderliness”, em J. Dominguez (ed.), *Cuba: Internal and International Affaires*, Beverly Hills, Ca., Sage, 1982.
- . “Leadership Changes, Factionalism and Organizational Politics”, em Raymond Taras (ed.), *Leadership Change in Communist States*, Boston, Unwin Hyman, 1989.
- . “Politics in Cuba, 1959-1989: The State of the Research”, em Damián Fernández (ed.), *Cuban Studies since the Revolution*, The University Press of Florida, 1992.
- . “La democracia en Cuba. ¿Cuál es el modelo deseable?”, em Haroldo Dilla (ed.), *La democracia en Cuba y el diferendo con los Estados Unidos*, La Habana, Ediciones CEA, 1995.
- . “¿Comienza una transición hacia el autoritarismo en Cuba?”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 6/7, outono/inverno, 1997, p. 142-155.
- . “Aportes a los estudios sobre Cuba y América Latina. Homenaje a Carmelo Mesa-Lago”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 34-35, outono-inverno 2004-2005, p. 7-17.
- . “El sistema político cubano en los noventa”, em Rafael Rojas & Cecilia Velia Bobes (eds.), *La transición invisible. Sociedad y cambio político en Cuba*, México, Océano, 2004.
- . “Cuba’s Economic Transition: Successes, Deficiencies and Challenges”, em Jorge Dominguez; Omar Everley Perez Villanueva e Lorena Barbería, *The Cuban Economy at the Start of the XXIst. Century*, Harvard U.P., Cambridge & London, 2004.
- Dominguez, Jorge I.; Everley Perez Villanueva, Omar y Barbería, Lorena. *The Cuban Economy at the Start of the XXI st. Century*, Harvard U.P., Cambridge & London, 2004.

- Eliseo, Alberto. *Informe sobre mí mismo*, Alfaguara, Madrid, 1996.
- Espinosa Chepe, Oscar. *Cuba, revolución o involución*, Valencia, Aduana Vieja, 2007.
- Fagen, Richard. *The Transformation of Political Culture in Cuba*, Stanford, Stanford University Press, 1969.
- Fernández, Alina. *Alina. Memorias de la hija rebelde de Fidel Castro*, Plaza y Janés, Barcelona, 1997.
- Fernández, Damián (ed.). *Cuban Studies Since the Revolution*, Florida, The University Press of Florida, 1992.
- Fitzgerald, Frank. "The Reform of the Cuban Economy, 1976-1986: Organization, Incentives and Patterns of Behaviour", em *Journal of Latin American Studies*, n. 21, may, 1989, p. 283-310.
- Franqui, Carlos. *Camilo Cienfuegos*, Buenos Aires, Seix Barral, 2001.
- . *Diario de la revolución cubana*, Barcelona, R. Torres, 1996, [1ª ed. Paris, Ruedo Ibérico, 1976].
- . *Retrato de familia con Fidel*, Barcelona, Seix Barral, 1981.
- Fuentes, Norberto. "A diez años del caso Ochoa", em *El Nuevo Herald*, Miami, 11 de julho de 1999.
- . *La autobiografía de Fidel Castro. I. El paraíso de los otros*, Barcelona, Destino, 2004.
- Furet, François. *Le passé d'une illusion. Essai sur l'idée communiste au XXème. Siècle*, Paris, Robert Laffont/Calmann Levy, 1995.
- Galbraith, James; Spagnolo, Laura y Munevar, Daniel. "Inequidad salarial en Cuba durante el Período Especial", em *América Latina Hoy*, n. 48, p. 109-138, Universidade de Salamanca, 2008.
- Giuliano, Maurizio. *El caso CEA. Intelectuales e inquisidores en Cuba. ¿Perestroika en la Isla?*, Miami, Ediciones Universal, 1998.
- Gonzalez, Edward. "Institutionalization, Political elites and Foreign policies", em Cole Blasier y Carmelo Mesa-Lago, *Cuba in the World*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1979.
- . *Cuba Under Castro: The limits of Charisma*, Boston, Houghton Mifflin, 1974.
- Gutiérrez, Pedro Juan. *Animal tropical*, Barcelona, Anagrama, 2000.
- . *Trilogía sucia de La Habana*, Barcelona, Anagrama, 1998.
- Halebsky, Sandor y Kirk, John M. (eds.). *Cuba: 25 years of Revolution, 1959-1984*, Nova York, Praeger, 1985.
- Halperin, Maurice. *The Rise and Decline of Fidel Castro*, Berkeley, University of California Press, 1972.

- Henken, Ted. "Between Ideology and Pragmatism: the Revolution and the Private Sector Before the Special Period, 1959-1990", em *Cuba in Transition*, ASCE, 2004.
- Hernández, R. e Mesa-Lago, Carmelo. "Labor Organization and Wages", em *Revolutionary Change in Cuba*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1971.
- Hirschfeld, Catherine. "Re-examining the Cuban Health Care System: Towards a Qualitative Critique", em *Cuban Affairs*, vol. 2, Issue 3, julho, 2007.
- Horowitz, Irving y Suchlicki, Jaime. *Cuban communism 1959-2003* (11th edition), New Brunswick (NJ), Transaction Publishers, 2003.
- Horowitz, Irving. "The Political Sociology of Cuban Communism", em Carmelo Mesa-Lago (ed.), *Revolutionary Change in Cuba*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1971.
- Karol, K. S. *Guerrillas in Power. The Course of the Cuban Revolution*, Nova York, Hill and Wang, 1970.
- Klosko, George. *Jacobins and Utopians. The Political Theory of Fundamental Moral Reform*, Indiana, University of Notre Dame Press, 2003.
- Koestler, Arthur. *El cero y el infinito*, Barcelona, Destino, 1980.
- Lefort, Claude. *L'invention Démocratique. Les Limites de la Domination Totalitaire*, Paris, Fayard, 1981.
- . *La Complication. Retours sur le Communisme*, Paris, Fayard, 1999.
- . *Un homme en trop*, Paris, Editions du Seuil, 1986.
- Lenin, V. I. "Seis tesis acerca de las tareas inmediatas del poder soviético", em *Obras Escogidas*, Moscú, Progreso, 1973.
- Lewis, Oscar; Lewis, Ruth; Rigdon, Susan. *Four Men: Living the Revolution. An Oral History of Contemporary Cuba*, Illinois, University of Illinois Press, 1977.
- Linz, Juan J. y Stepan, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation. Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1996.
- Linz, Juan J. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, Boulder and London, Lynne Rienner Publishers, 2000.
- Llovio-Menéndez, José Luis. *Insider: My Hidden Life as a Revolutionary in Cuba*, Nova York, Bantam Books, 1988.
- López, Juan J. *Democracy Delayed. The Case of Castro's Cuba*, Baltimore & London, The Johns Hopkins University Press, 2002.

- Lumsden, Ian. *Machos, Maricones and Gays. Cuba and Homosexuality*, Philadelphia, Temple University Press, 1966.
- Manuel, Frank E. & Manuel, Fritzie P. *Utopian Thought in the Western World*, Cambridge (Ma.), The Belknap Press of Harvard U.P., 1979.
- Maseda, Héctor. “Los trabajos forzados en Cuba”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 20, primavera, 2001, p. 224-227.
- Masetti, Jorge. *El furor y el delirio*, Buenos Aires, Tusquets, 1999.
- Matos, Huber. *Cómo llegó la noche*, Buenos Aires, Tusquets, 2002.
- Mesa-Lago, Carmelo. *The Labor Sector and Socialist Distribution in Cuba*, NY, Washington & Londres, Praeger Publishers, 1968.
- . (ed.). *Revolutionary Change in Cuba*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1971.
- . “Economic Policies and Growth”, em Carmelo Mesa-Lago (ed.), *Revolutionary Change in Cuba*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, cap. 11, p. 277-338, 1971.
- . *Cuba en 1970. Pragmatismo e institucionalización*, Albuquerque, Novo México, 1974.
- . *Dialéctica de la Revolución Cubana: del idealismo carismático al pragmatismo institucionalista*, Madri, Playor, Biblioteca Cubana Contemporánea, 1979.
- . *La economía en Cuba socialista. Una evaluación de dos décadas*, Madri, Playor/The University of Mexico Press, 1983.
- . *Breve historia económica de la Cuba socialista*, Madri, Alianza, 1994.
- . “¿Cambio de régimen o cambios en el régimen?”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 6/7, outono/inverno, 1997, p. 36-43.
- . “Growing Economic Disparities in Cuba”, em *Cuban Transition Project*, Institute for Cuban and Cuban-American Studies, University of Miami, 2002.
- . *Buscando un modelo económico en América Latina. ¿Mercado, socialista o mixto? Chile, Cuba y Costa Rica*, Caracas, Venezuela, Universidade Internacional da Flórida, Nueva Sociedad, 2002.
- . “La seguridad social en Cuba en el período especial: diagnóstico y sugerencias de políticas en pensiones, salud y empleo”, em Lothar Witte (ed.), *Seguridad Social en Cuba: diagnósticos, retos y perspectivas*, Caracas, Nueva Sociedad, 2003.
- . “Problemas sociales y económicos en Cuba durante la crisis y la recuperación”, em *Revista de la Cepal*, n. 86, agosto, 2005.

- . “Venezuela reemplaza a la URSS en Cuba”, em CADAL, 3 de maio de 2006. http://www.cadal.org/articulos/nota.asp?id_nota=1210#
- Mesa-Lago, Carmelo e Belkin, June S. (eds.). *Cuba en África*, Centro para Estudios Latinoamericanos, Universidade de Pittsburgh, 1982.
- Mesa-Lago, Carmelo e Pérez-López, Jorge. *Cuba's Aborted Reform. Socio-Economic Effects, International Comparisons and Transition Policies*, Gainesville, University Press of Florida, 2005.
- Monreal, Pedro. “El problema económico de Cuba”, em *Espacio Laical*, n. 2, 2008.
- . “Las remesas familiares en la economía cubana”, em Gabbert (ed.), *Lateinamerika Analysen und Berichte 23-Migrationen*, Bad Honnef, Alemanha, Horlemann, 1999.
- Montesquieu, Charles de Secondat (Baron de). *De l'Esprit des Lois*, Paris, Flammarion, 1979.
- Mujal-León, Eusebio e Saavedra, Jorge. “El posttotalitarismo carismático y el cambio de régimen: Cuba y España en perspectiva comparada”, em *América Latina Hoy*, março, 1998, vol. 18, Universidade de Salamanca, p. 35-40.
- Mujal-León, Eusebio. *The Cuban University Under the Revolution*, Washington, The Cuban American National Foundation, 1988.
- Nelson, Valdés. “Revolution and Paradigms: A Critical Assessment of Cuban Studies”, em Andrew Zimbalist (ed.), *Cuban Political Economy: Controversies in Cubanology*, Boulder, Colorado, Westview, 1988.
- Ojito, Mirta. *El mañana. Memorias de un éxodo cubano*, USA, Vintage Books, 2006.
- Orro Fernández, Roberto. “Education and Labor Skills in Socialist Cuba”, em *Cuba in Transition*, ASCE, 2004.
- Orwell, Georges. *1984*, Barcelona, Destino, 2008.
- Padilla, Heberto. *En mi jardín pastan los héroes*, Barcelona, Argos-Vergara, 1981.
- . *Fuera de juego*, Madri, Universal, 1999.
- . *La mala memoria*, Barcelona, Plaza & Janés, 1989.
- Padura, Leonardo. *La novela de mi vida*, Barcelona, Tusquets, 2002.
- Pedraza, Silvia. *Political Disaffection in Cuba's Revolution and Exodus*, University of Michigan, Ann Arbor, 2007.
- Pérez López, Jorge F. *Cuba's Second Economy: From Behind the Scenes to Center Stage*, New Brunswick, Nova Jersey, Transaction Pub, 1995.

- Pérez Villanueva, Omar E. “La economía en Cuba: un balance necesario y algunas propuestas de cambio”, em *Nueva Sociedad*, nº 216, julho-agosto, 2008.
- Pérez, Louis A. *Historiography in The Revolution: A Bibliography of Cuban Scholarship, 1959-1979*, Nova York, 1982.
- Pérez-Stable, Marifeli, & Grupo de Trabajo Memoria, Verdad y Justicia. *Cuba: la reconciliación nacional*, (informe especial), Miami, Centro para América Latina y el Caribe (LACC), Universidade Internacional da Flórida (FIU), 2003.
- Pérez-Stable, Marifeli. “Commentary on ‘Politics in Cuba, 1959-1989’”, em Damián Fernández (ed.), *Cuban Studies since the Revolution*, Flórida, The University Press of Florida, 1992.
- . “Cuba: Prospects for Democracy”, em Jorge I. Domínguez e Abraham F. Lowenthal (eds.), *Constructing Democratic Governance. Latin America and the Caribbean in the 1990s*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1996.
- . “The field of Cuban Studies”, em *Latin American Research Review*, vol. 26, nº 1, 1991.
- . *La revolución cubana: Orígenes, desarrollo y legado*, Madrid, Colibrí, 1998.
- . *The Invisible Crisis. Toward and New Cuba? Legacies of a Revolution*, Lynne Rienner Publishers, 1997.
- Piñeiro, Luis José. “Pueblos Cautivos. Entrevista com o Dr. José Luis Piñeiro”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 20, 2001, p. 228-231.
- Ponte, José Antonio. *La fiesta vigilada*, Barcelona, Anagrama, 2006.
- Rojas, Rafael. “Anatomía del entusiasmo. La Revolución como espectáculo de ideas”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 45/46, outono de 2007.
- . “El discurso de la justicia en Cuba”, Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), s/d.
- . “Jesús Díaz, el intelectual redimido”, em *ISTOR*, ano II, n. 10, outono de 2002.
- . “Políticas invisibles”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 6/7, outono-inverno, 1977.
- . *Isla sin fin, contribución a la crítica del nacionalismo cubano*, Miami, Ediciones Universal, 1998.
- Ros, Enrique. *La Umap: El gulag castrista*, Miami, Ediciones Universal, 2004.
- Ruiz, Fernando. *Una grieta en la pared*, Buenos Aires, Cadal/Konrad Adenauer Stiftung, 2004.

- Salas, Luis. *Social Control and Deviance in Cuba*, Nova York, Praeger, 1979.
- Scott, James C. *Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven and London, Yale University Press, 1998.
- Serrano, Pío. “Cuatro décadas de políticas culturales en marcha”, em *Revista Hispano Cubana*, n. 4, 1999, p. 35-54.
- . “Pío Serrano: el pensamiento liberado”, entrevista de Elizabeth Burgos, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 45/46, outono de 2007.
- Sixto, Felipe Eduardo. “An Evaluation of Four Decades of Cuban Healthcare”, em *Cuba in Transition*, XII, 325-343, 2002.
- Solchaga, Carlos. “Las reformas económicas en Cuba”, em *Actualidad Económica*, Madri, 1994.
- . “Cuba. Perspectivas económicas”, em *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 3, inverno, 1996/1997.
- Suchlicki, Jaime. “Taking Control of the Students”, em James Nelson-Goodsell, *Fidel Castro's Personal Revolution in Cuba: 1959-1973*, Nova York, Alfred Knopf, 1975.
- . *University Students and Revolution in Cuba, 1920-1968*, Miami, University of Miami Press, 1969.
- Traverso, Enzo: *El totalitarismo*, Buenos Aires, Eudeba, 2001.
- Valdés, Nelson: “A Reply”, em *Cuban Studies* 9, n. 2, julho, 1979.
- . *Cuba: ¿Socialismo democrático o burocratismo colectivista?*, Bogotá, Ediciones Tercer Mundo, 1979.
- . “Revolution and Institutionalization in Cuba”, em *Cuban Studies* 6, n. 1, 1976, pp. 1-38.
- . “The Radical Transformation of Cuban Education”, em Bonachea e Valdés (eds.), *Cuba in Revolution*, Nova York, Garden City, Anchor Books, 1972.
- Valdés, Zoé. *La nada cotidiana*, Buenos Aires, Emecé, 1996.
- Valladares, Armando. *Contra toda esperanza*, Barcelona, Plaza y Janés, 1985.
- Viera, Félix Luis. *Un ciervo herido*, San Juan de Puerto Rico, Plaza Mayor, 2000.
- VV.AA. *Investigación sobre las condiciones de Trabajo. La experiencia cubana*, Miami, Universidade de Miami, Marymar, 1963.
- Yanes Quintero, Hernán. “Algunas tendencias ideológicas alternativas al oficialismo en segmentos bajos e intermedios de las instituciones



cubanas en la última década”, Documentos CADAL, ano III, n. 24, 20 de janeiro de 2005.

Zimbalist, Andrew (ed.). *Cuban Political Economy: Controversies in Cubanology*, Boulder, Colorado, Westview, 1988.

———. “Incentives and Planning in Cuba”, em *Latin American Research Review* 24, n. 1, 1989, p. 65-93.

———. *Cuba's Socialist Economy toward the 1990's*, Boulder, Colorado, Lynne Rienner Publishers, 1987.

Zimbalist, Andrew y Brundenius, Claes. “Crecimiento con equidad: el desarrollo cubano en una perspectiva comparada”, em *Cuadernos de Nuestra América*, nº 13, Havana, 1989.



